

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEO

Marcelo Ferreira Serra

**A PRAÇA DAS MERCÊS: ANÁLISE DE UM ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)**

São Luís – MA

2024

MARCELO FERREIRA SERRA

**PRAÇA DAS MERCÊS: ANÁLISE DE UM ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira

São Luís – MA

2024

AGRADECIMENTOS

À minha Família, em especial a minha mãe, dona Arlete, que sempre acreditou em mim, apoiou minhas decisões e me encorajou a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

A meu orientador, Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, por sua paciência, orientação e pelas valiosas contribuições ao longo deste processo. Sua expertise e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam comigo esta jornada acadêmica. Suas opiniões, colaborações e momentos de descontração foram essenciais para tornar este percurso mais leve.

Ao meu companheiro, Fábio Augusto, por todo suporte, palavras de incentivo e compreensão, especialmente nos momentos de maior pressão. Sua ajuda foi essencial para que eu conseguisse finalizar este trabalho. Serei eternamente grato.

A Denis Cutrim de Lima, secretário da Associação de Moradores do Centro Histórico, pela generosidade em compartilhar informações valiosas que contribuíram significativamente para o enriquecimento deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO), por tornar possível a realização do sonho de continuar minha vida acadêmica. Agradeço também a todos os professores(as) do programa, que, de diversas maneiras, ofereceram apoio emocional, intelectual e prático, contribuindo para a concretização deste trabalho.

E por fim, aos membros da banca examinadora, Prof. Dra. Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues e Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza. Cada comentário e sugestão representou um valioso incentivo para o aperfeiçoamento deste trabalho.

RESUMO

Os espaços livres públicos configuram-se como espaços públicos por excelência, caracterizados pela ausência de barreiras físicas ou sociais que restringem o acesso, permitindo a qualquer indivíduo, independentemente de idade, gênero, classe social ou origem, o usufruto do ambiente. Entre esses espaços, as praças assumem um papel central nas cidades, servindo como locais de convivência, lazer e interação social, além de contribuírem para a qualidade de vida ao oferecer áreas verdes e ambientes propícios para atividades físicas, culturais e recreativas. Portanto, a incorporação desses espaços ao tecido urbano proporciona, em essência, um relevante benefício social para a população. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo analisar os benefícios sociais da Praça das Mercês, localizada no Centro Histórico de São Luís (MA), enquanto espaço livre público concebido para o lazer e convívio da população. Adotando uma abordagem quali-quantitativa, o percurso metodológico contemplou revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação direta extensiva com aplicação de formulários e observação direta intensiva com entrevistas, tendo sido também realizados registros fotográficos com o uso de um smartphone (Samsung modelo Galaxy A34 5G) para ratificar os dados. Os resultados da pesquisa revelam que a Praça das Mercês exerce diversas funções enquanto espaço público livre. Ela não apenas fomenta atividades de lazer e interação social, como contribui para a estética urbana, geração de renda, redução de estigmas sociais e também para manter viva a herança histórica e cultural dos povos africanos no estado do Maranhão. Os benefícios atingem pessoas de todas as faixas etárias, que residem tanto no entorno da referida praça quanto fora dele. Contudo, a pesquisa também identificou no espaço algumas limitações decorrentes de um planejamento urbano falho e excludente, como a falta de áreas sombreadas e pontos de venda de gêneros alimentícios, fatores que reduzem o potencial da praça como espaço de convivência e lazer. Em vista desses resultados, a pesquisa destaca a importância de um planejamento urbano inclusivo e contínuo, que será essencial para assegurar a sustentabilidade e relevância desse espaço público para as gerações futuras.

Palavras-chave: Espaço livre público. Praça. Praça das Mercês. São Luís (MA).

ABSTRACT

Public open spaces are configured as public spaces par excellence, characterized by the absence of physical or social barriers that restrict access, allowing any individual, regardless of age, gender, social class or origin, to enjoy the environment. Among these spaces, squares play a central role in cities, serving as places for coexistence, leisure, and social interaction, in addition to contributing to the quality of life by offering green areas and environments conducive to physical, cultural, and recreational activities. Therefore, the incorporation of these spaces into the urban fabric provides, in essence, a relevant social benefit for the population. In this context, the research aimed to analyze the social benefits of Praça das Mercês, located in the Historic Center of São Luís (MA), as a public free space designed for the leisure and conviviality of the population. Adopting a qualitative-quantitative approach, the methodological path included bibliographic review, documentary research, extensive direct observation with application of forms and intensive direct observation with interviews, and photographic records were also made with the use of a smartphone (Samsung Galaxy A34 5G model) to ratify the data. The results of the research reveal that Praça das Mercês performs several functions as a free public space. It not only fosters leisure activities and social interaction, but also contributes to urban aesthetics, income generation, reduction of social stigmas and also to keep alive the historical and cultural heritage of African peoples in the state of Maranhão. The benefits reach people of all age groups, who live both in the surroundings of the square and outside it. However, the research also identified some limitations in the space resulting from flawed and exclusionary urban planning, such as the lack of shaded areas and points of sale of foodstuffs, factors that reduce the potential of the square as a space for coexistence and leisure. In view of these results, the research highlights the importance of inclusive and continuous urban planning, which will be essential to ensure the sustainability and relevance of this public space for future generations.

Keywords: Public open space. Square. Praça das Mercês. São Luís (MA).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologias do espaço livre público segundo Alves (2003)	23
Quadro 2 - Tipos-padrão de espaços livres públicos das cidades brasileiras ..	25
Quadro 3 – Funções sociais das praças brasileiras por período.....	37
Quadro 4 - Funções da praça pública	38
Quadro 5 - Valores dos espaços livres urbanos	38
Quadro 6 - Dimensões da Praça	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Praça João Lisboa (1908) em São Luís - MA	40
Figura 2 - Praça da Família no Conjunto Habitacional São Raimundo, em São Luís - MA	42
Figura 3 - Praça dos Poetas no Centro Histórico de São Luís - MA.....	43
Figura 4 – Feirinha São Luís na Praça Benedito Leite em São Luís - MA	43
Figura 5 - Mapa de localização da Praça das Mercês, São Luís - MA	45
Figura 6 - Limites de tombamento do Centro Histórico de São Luís (MA)	46
Figura 7 - Planta da cidade de São Luís de 1912	47
Figura 8 - Fábrica da OLEAMA e galpões da <i>Boothline</i> , em 1987	48
Figura 9 - Terreno onde foi implantada a Praça das Mercês, em 2014	49
Figura 10 - Vista aérea da Praça das Mercês	50
Figura 11 - Partes da Praça das Mercês	51
Figura 12 - Crianças e adolescentes utilizando a quadra poliesportiva.....	59
Figura 13 - Crianças brincando na pista de Skate.....	59
Figura 14 – Área ajardinada da Praça das Mercês	60
Figura 15 - Questão 14 “O que os usuários mais gostam na Praça das Mercês”	62
Figura 16 - Questão 15 “O que os usuários mais sentem falta na Praça das Mercês e que gostaria que tivesse para ser mais atrativa?”	63
Figura 17 - Questão 16 “Na sua opinião, por qual motivo a praça é pouco utilizada durante os períodos da manhã e começo da tarde?”	64
Figura 18 – Vista do pôr-do-sol a partir da Praça das Mercês	65
Figura 19 - Feira Itinerante nas margens da Av. Vitorino Freire	66
Figura 20 - Espécies vegetais na Praça das Mercês	68
Figura 21 - Festival Zabumbada na Praça das Mercês.....	76
Figura 22 - Instalações do “Cidade do Carnaval” na Praça das Mercês	77
Figura 23 - Festival “Ilha Sinfônica” na Praça das Mercês	78
Figura 24 - O espetáculo teatral “Os mambembes” na Praça das Mercês.....	78
Figura 25 – Carcará Festival Sesc de Música na Praça das Mercês	79
Figura 26 - Painéis artísticos do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	80
Figura 27 - Material de divulgação em redes sociais das visitas guiadas ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	81
Figura 28 - Turistas em visita guiada ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	81
Figura 29 - Estudantes em visita guiada ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	82
Figura 30 - Mediadores com livretos informativos sobre o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Questão 1 “Você reside no entorno da Praça?”	52
Gráfico 2 - Questão 2 “Gênero dos usuários da Praça das Mercês”	52
Gráfico 3 - Questão 3 “Faixa etária dos usuários da Praça das Mercês”	53
Gráfico 4 - Questão 4 “Quantas vezes você costuma vir à praça?”	54
Gráfico 5 - Questão 5 “Qual horário geralmente mais utiliza?”	54
Gráfico 6 - Questão 6 “Quanto tempo geralmente permanece na Praça?”	55
Gráfico 7 - Questão 7 “De que forma você costuma se deslocar até essa Praça?”	55
Gráfico 8 - Questão 8 “Com quem você costuma frequentar a Praça?”	56
Gráfico 9 - Questão 9 “Com que finalidade você mais vem a Praça?”	56
Gráfico 10 - Questão 10 “Qual parte da praça você mais utiliza?”	57
Gráfico 11 - Atividade físicas mais praticadas na Praça das Mercês	58
Gráfico 12 - Questão 11 “Como você se sente em relação à Praça das Mercês?”	60
Gráfico 13 - Questão 12 “Das qualidades abaixo, qual você acha que melhor caracteriza a praça?”	61
Gráfico 14 - Questão 13 “Em sua opinião qual a Importância da Praça das Mercês para a cidade?”	61
Gráfico 15 - Questão 14 “O que os usuários mais gostam na Praça das Mercês”	62
Gráfico 16 - Questão 15 “O que os usuários mais sentem falta na Praça das Mercês e que gostaria que tivesse para ser mais atrativa?”	63
Gráfico 17 - Questão 16 “Na sua opinião, por qual motivo a praça é pouco utilizada durante os períodos da manhã e começo da tarde?”	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliação dos aspectos gerais da praça das Mercês	70
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CEP/UFMA – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão

DPHAP - Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão

FUMPH - Fundação Municipal de Patrimônio Histórico

IMPUR – Instituto Municipal da Paisagem Urbana

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MA - Maranhão

OLEAMA - Oleaginosas Maranhenses

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA.....	9
3 REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 Espaço público.....	14
3.2 Dinâmicas de produção e apropriação do espaço público.....	19
3.3 Espaços livres públicos: espaços públicos por excelência	22
3.4 Usos do espaço público	27
3.5 A praça como espaço livre público	32
3.5.1 Noções conceituais.....	32
3.5.2 Panorama histórico da praça no mundo e no Brasil	34
3.5.3 Funções da praça	37
3.5.4 A praça pública no contexto urbano de São Luís (MA)	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	45
4.1 Caracterização do objeto de estudo: a Praça das Mercês.....	45
4.2 Formulários	51
4.2.1 Perfil dos usuários	51
4.2.2 Perfil do uso	53
4.2.3 Opiniões.....	60
4.2.4 Avaliação dos aspectos gerais da praça	70
4.3 Entrevista com representante comunitário	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A - MODELO DE FORMULÁRIO ADAPTADO DE ANGELIS <i>et al.</i> (2004).....	94
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	97
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	107
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	109
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFMA.....	111

1 INTRODUÇÃO

No contexto das cidades, os espaços livres públicos, ou seja, os espaços não edificados de propriedade pública, estão fortemente associados à vida urbana, à esfera pública e à imagem da cidade. Eles se constituem como locais de conflitos e acordos, de permanência e circulação, de biodiversidade, e onde a diversidade social é evidente, sendo espaços públicos por excelência (Queiroga, 2012).

Entre esses espaços, a praça ocupa um papel de destaque, de modo que “Toda cidade possui uma praça que se destaca como símbolo urbano, palco de eventos históricos, espaço agregador ou local de confluência” (Caldeira, 2007, p. 4). Alex (2008) comenta que esses espaços, inseridos na configuração das nossas cidades e na nossa cultura popular, são, por natureza, espaços públicos destinados ao encontro e convívio de grupos sociais diversos, desempenhando um papel crucial na edificação da cidadania e da democracia. Leitão (2002) reforça a ideia da praça como espaço essencial para as cidades ao elencar suas diversas funções para a população, a saber: estar, lazer, descanso, contemplação, festa, estética e educativa.

Robba e Macedo (2010) observam que, ao longo do tempo, as praças passaram por notáveis transformações em sua forma, função e, conseqüentemente, conteúdo social; no entanto, salientam que essas mudanças não comprometeram a natureza especial desses espaços como locais voltados à celebração da vida coletiva. Fica claro, portanto, o papel especial desses espaços em trazer benefícios sociais à população citadina.

No contexto da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, a relevância da praça enquanto espaço livre público é enfatizada em estudos sob diferentes perspectivas. Rodrigues, Aquino e Marques (2022), ao estudarem a requalificação da Praça da Camboa, destacam a importância desses espaços para a promoção da saúde física e mental da população. No estudo de Silva (2022) sobre as praças do Centro Histórico dessa cidade, é ressaltado que esses espaços cumprem um papel de representação simbólica e de memória da cidade. Marques (2022), em sua pesquisa sobre a Praça dos Poetas, aponta sua relevância histórica e potencial para o turismo.

A relevância desses espaços é também evidenciada nas diversas ações dirigidas a eles por parte do Poder Público no âmbito do planejamento urbano. Criadas, reformadas e requalificadas, esses espaços têm tido um destaque cada vez maior na paisagem da cidade de São Luís do Maranhão. É nesse cenário que surge a Praça das Mercês, objeto de estudo desta pesquisa.

A Praça das Mercês foi criada por meio de uma parceria entre o Governo Federal, a Prefeitura de São Luís e a empresa Vale S/A. Localizada no bairro do Desterro, no Centro Histórico dessa cidade, foi implantada em um vazio urbano que se encontrava abandonado e sem uso há duas décadas. Em contraste com a maioria das praças do Centro Histórico da cidade, a Praça das Mercês apresenta características contemporâneas, sendo equipada com quadra poliesportiva, pista de skate e academia ao ar livre, configurando-se, portanto, em um espaço diferenciado para o lazer e convívio da população, especialmente a que reside em seu entorno.

Observando essas características que tornam a Praça das Mercês um espaço livre público de grande potencial, o pesquisador sentiu-se motivado a investigar os benefícios sociais que esse equipamento urbano tem oferecido à população, tendo como questões norteadoras: (I) Quem utiliza esse espaço e de que maneira ocorre essa utilização? (II) Como os usuários percebem e avaliam esse espaço? (III) Quais funções estão sendo desempenhadas por este espaço enquanto espaço livre público?

O objetivo principal da pesquisa, portanto, consistiu em analisar os benefícios sociais da Praça das Mercês em São Luís (MA) enquanto espaço livre público concebido para o lazer e convívio da população. Os objetivos específicos compreendem: 1) Identificar o perfil dos frequentadores da Praça das Mercês; 2) Analisar as dinâmicas de utilização da Praça das Mercês; 3) Entender como os usuários percebem e avaliam a Praça das Mercês; 4) Examinar como a comunidade próxima da Praça das Mercês se beneficia do espaço.

Para analisar e apresentar os resultados obtidos em relação aos objetivos delineados, esta pesquisa, além desta Introdução, encontra-se estruturada em outras quatro seções principais.

A seção **Metodologia** inicia com uma apresentação do método adotado na pesquisa, situando-o quanto à sua abordagem, objetivos e procedimentos. Em seguida, são detalhadas e justificadas as técnicas e instrumentos empregados na coleta de dados. Posteriormente, descreve-se o método de análise e interpretação adotado e, por fim, os aspectos éticos que envolveram a pesquisa.

A seção **Revisão de Literatura** apresenta os temas que fundamentam a pesquisa, a saber: espaço público, dinâmicas de produção e apropriação do espaço público, espaço livre público, usos do espaço público e a praça como espaço livre público. Com relação à praça pública – o foco principal desta pesquisa – são enfatizadas suas noções conceituais e a perspectiva histórica de evolução, tanto no mundo, quanto no Brasil. Ao final deste capítulo, é brevemente delineado como a praça pública está situada no contexto da cidade de São Luís, evidenciando sua importância e mudanças nos usos ao longo do tempo.

A seção **Resultados e Discussões** inicia-se com uma caracterização do objeto de estudo, a Praça das Mercês, destacando sua localização na malha urbana, os antecedentes históricos da área onde se situa, seu processo de implantação e forma atual. Em seguida, são apresentados os resultados e discussões dos dados coletados em campo.

A seção **Considerações Finais** apresenta os aspectos mais importantes encontrados na pesquisa, acompanhados de uma reflexão acerca da importância do estudo.

2 METODOLOGIA

Este estudo considera a praça como um espaço público essencial para a vida coletiva, indo além de sua função física para incorporar um significado social (Saldanha, 1993). Esse significado está ligado à ideia de espaço vivido, isto é, ao uso cotidiano das praças pelas pessoas. A análise geográfica da Praça das Mercês, foco deste estudo, irá, portanto, considerar as ações e comportamentos nela presentes, associadas com a morfologia e organização do espaço, conforme defendido por Gomes (2018).

Considerando esses aspectos, a pesquisa adotou uma abordagem qualiquantitativa, utilizando como suporte teórico-metodológico a fenomenologia, buscando compreender o conhecimento através da narrativa das experiências vividas, sem distinção entre sujeito e objeto (Martins; Theóphilo, 2016). Conforme aponta Trivinos (1987), a pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica é predominantemente descritiva, concentrando-se na análise das características dos fenômenos sociais, os quais são impregnados de significados. Assim, a fenomenologia pode ser caracterizada como:

[...] um procedimento para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, e isso incluem-se todos seus modos de vivências, como ações, lembranças e percepções. Ela vai valorizar a subjetividade do sujeito, validando a análise experiencial que estará ligada a intencionalidade com que o indivíduo passa a ver as coisas ao seu redor, juntamente com o sentimento de pertencimento ao espaço no qual está inserido (Nascimento; Costa, 2016, p. 49).

Complementando os supracitados autores, Gil (2008) argumenta que a pesquisa descritiva busca estudar as características de determinada população e fenômeno estabelecendo relações entre suas variáveis e utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados. Mendonça (2014) aponta que as principais técnicas (instrumentos) de coleta de dados geralmente utilizadas na pesquisa descritiva são formulários, entrevistas, questionários, fichas de registro para observação e coleta de dados em documentos.

A primeira etapa da pesquisa contemplou uma revisão bibliográfica, uma vez que “qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (Fonseca, 2002, p. 32). Assim, com o objetivo de obter um embasamento teórico sobre os conceitos e temas a serem abordados na pesquisa foram consultados

livros, artigos científicos, teses e dissertações. No que diz respeito ao tema central da pesquisa, as praças, destacam-se as contribuições de autores como Queiroga (2012), Robba e Macedo (2010), Leitão (2002) e Caldeira (2007).

Concomitante à revisão bibliográfica, foi realizada pesquisa documental em fontes primárias, que segundo Gil (2008) possibilita o conhecimento do passado e dos processos de mudanças sociais e culturais. Esta etapa realizou-se junto ao Arquivo Público do Maranhão e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), visando ao levantamento de dados e informações a respeito do projeto de implantação da Praça das Mercês e do histórico da área onde situa-se. Conforme pontua Gil (2008), a pesquisa em fontes primárias possibilita o conhecimento do passado e dos processos de mudanças sociais e culturais.

A segunda etapa da pesquisa foi o trabalho de campo realizado nos meses de outubro e dezembro de 2023, fevereiro e julho de 2024, com vistas à coleta de dados com informantes. Ocorreu em dois momentos diferentes: 1) observação direta extensiva; 2) observação direta intensiva.

1) Observação direta extensiva: objetivando identificar o perfil dos usuários da Praça das Mercês, sua dinâmica de uso do espaço, sua opinião e avaliação a respeito do mesmo; para tanto, foi aplicado um formulário adaptado da enquete de opinião de De Angelis *et al.* (2004) (APÊNDICE A).

Conforme apontam Pradanov e Freitas (2013, p.122), o formulário é uma “espécie de questionário preenchido pelo próprio pesquisador de acordo com as respostas do informante”. Uma vantagem que o formulário apresenta ao ser aplicado face à face com o informante é que este pode inclusive reformular as questões, dar explicações, ou seja, ajustar o formulário à experiência e compreensão de cada informante (Marconi; Lakatos, 2003). Importante ressaltar que como não são todas as pessoas que sabem escrever, e muitas das que são alfabetizadas não dispõem de habilidade para expressar sua experiência por escrito, a aplicação de formulário tornou-se, neste caso, a opção mais viável para a coleta de dados junto aos usuários da praça.

O formulário é do tipo semiestruturado, com perguntas fechadas (respostas de múltipla escolha) e abertas (respostas livres), sendo dividido em

quatro partes: (1) Perfil dos usuários; (2) Perfil do uso; (3) Opiniões; (4) Avaliação dos aspectos gerais da praça. No total, o formulário contempla 17 questões, das quais 14 são fechadas e 3 abertas.

Para alcançar os objetivos pretendidos pela coleta de dados por formulário, se fez necessário adotar os seguintes critérios para a amostra: 1. O público alvo deve residir na cidade de São Luís; 2. Possuir maioria; 3. Possuir nacionalidade brasileira. Devido à ausência de dados estatísticos fornecidos pelo poder público municipal sobre o uso da praça pela população, que pudessem fundamentar o tamanho da amostra, optou-se por aplicar os formulários até o ponto de saturação. Assim, foram aplicados um total de 100 formulários entre os dias 18, 20, 23 e 25 de outubro de 2023 e 03, 04, 05, 17 e 18 de julho de 2024.

Antes de dar início à análise decorrente da aplicação dos formulários com usuários da Praça das Mercês, convém ressaltar que foram realizadas visitas exploratórias nos dias 15 e 16 de outubro de 2023, nos turnos da manhã, tarde e noite, com o propósito de determinar os horários ideais para a aplicação. Constatou-se que o local tem pouca ou quase nenhuma movimentação durante o turno da manhã e início da tarde, ficando então definido que a aplicação aconteceria no horário das 17h às 20h, quando se observou maior movimentação. Isso permitiu ao pesquisador otimizar seu tempo e coletar dados de forma mais eficaz junto aos usuários, ao mesmo tempo em que evitou que se expusesse a eventuais situações de insegurança.

Vale destacar que alguns aspectos observados nas visitas exploratórias foram úteis também para melhorias do formulário, sendo que a constatada subutilização da Praça das Mercês nos períodos da manhã e tarde tornou-se uma questão abordada no formulário. Um pré-teste de aplicação do formulário foi realizado no dia 17 de outubro de 2023 visando identificar questões ambíguas, confusas ou de difícil compreensão que pudessem prejudicar a aplicação, o que culminou em ajustes e melhorias.

Durante essa etapa, o pesquisador teve o cuidado de ser o mais objetivo e claro possível com os informantes, a fim de evitar distorções nas informações colhidas. Além disso, foram realizados alguns registros fotográficos por meio de

smartphone (Samsung modelo Galaxy a34 5G) para ratificar as informações colhidas por formulário.

2) Observação direta intensiva: teve como objetivo compreender a importância da Praça as Mercês para a comunidade que reside em seu entorno. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) com um representante da comunidade onde está situada a Praça das Mercês. De acordo com Trivinos (1987, p.146), uma vantagem da entrevista semiestruturada é que, "ao mesmo tempo que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a pesquisa". O áudio da entrevista foi gravado e depois transcrito através da plataforma *Reshape*.

Após a etapa de trabalho de campo, seguiu-se para a terceira e última etapa: a análise e interpretação dos dados. Segundo Gil (2008) esses dois processos, embora conceitualmente diferentes, estão sempre intimamente interligados:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 2008, p. 156).

Nesse sentido, para a análise de dados da pesquisa utilizou-se de análise estatística descritiva e análise de conteúdo.

A análise estatística descritiva, cuja finalidade é representar de maneira concisa, resumida e compreensível as informações contidas em um conjunto de dados (Marconi; Lakatos, 2005), foi utilizada para análise das respostas obtidas nas questões fechadas do formulário por meio da validação e tabulação no *Microsoft Excel*, tendo sido posteriormente apresentadas por meio de gráficos e tabela.

A análise de conteúdo, por sua vez, consiste em um conjunto de técnicas voltadas para a análise da comunicação, com o objetivo de descrever sistematicamente e de forma objetiva o conteúdo das mensagens (Bardin, 1979). Essas técnicas visam identificar indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos, que permitam inferir conhecimentos sobre as condições de

produção e recepção dessas mensagens. Segundo Minayo (1998) uma das modalidades mais empregadas para análise de conteúdo é por meio das unidades de registro, isto é, dos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem, costumam ser palavras, frases ou orações.

No contexto deste estudo, a análise de conteúdo foi empregada para examinar as respostas às perguntas abertas do formulário e da entrevista com o representante da comunidade. Nessa perspectiva, como ferramenta para análise de conteúdo das respostas das questões abertas do formulário, foi utilizada a nuvem de palavras, uma representação visual da frequência das palavras em um texto, onde os termos mais mencionados pelos respondentes aparecem maiores, indicando maior relevância e os menos mencionados aparecem menores, indicando menor relevância.

Para análise de conteúdo da entrevista semiestruturada com o representante da comunidade, a unidade de registro trabalhada foi o tema, definido como “uma asserção sobre determinado assunto. Pode ser uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto de ideias ou um parágrafo” (Franco, 2008, p. 39). Nesse sentido foram selecionados trechos da entrevista que enfatizassem a temática abordada nas perguntas.

Após a análise dos dados, procedeu-se à interpretação a partir dos resultados alcançados no estudo articulados com o referencial teórico e o posicionamento do pesquisador.

Ressalta-se que devido à coleta de dados da pesquisa envolver seres humanos, foi necessária sua submissão ao exame do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA). Nesse processo, foram explicitados os objetivos da pesquisa, os procedimentos técnicos e o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) destinado ao público-alvo da coleta de dados (APÊNDICE C; APÊNDICE D). A pesquisa recebeu parecer positivo para sua realização no dia 9 de outubro de 2023 (ANEXO A).

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Espaço público

Inicialmente, é importante salientar que a noção de espaço público é intrinsecamente complexa, apresentando uma variedade de conteúdos e significados distintos. Por esse motivo, sua definição varia de acordo com o corpo teórico utilizado (Soriano, 2006). De uma maneira mais abrangente, é comum entendê-lo como "um conceito que tanto nomeia lugares materiais, como remete também à esfera da vida social e política" (Leme, 2008, p. 11). Quando considerado como um conceito relacionado à esfera social e política, o espaço público assume uma natureza abstrata e teórica, sendo percebido como um espaço social (público ou privado) em que ocorre a interação comunicativa, fundamental para a vida política e democrática, como abordado na filosofia política de Habermas (2003) e Arendt (2005). Por outro lado, quando considerado como uma designação para lugares concretos, o espaço público vincula-se a uma dimensão física e tangível, em que a interação comunicativa se manifesta, como em ruas e praças, sendo um objeto de estudo essencial para urbanistas como Silvio Soares Macedo e Eugênio Fernandes Queiroga, bem como para geógrafos como Paulo César da Costa Gomes e Ângelo Serpa. É com essa última abordagem que o espaço público será tratado aqui, na condição de espaço físico produzido para servir de suporte à vida coletiva.

Para Borja (2013), o espaço público não é um espaço residual entre ruas e edifícios, tampouco é um espaço vazio considerado público simplesmente por razões legais. É antes de tudo, espaço de uso coletivo, livre, heterogêneo, multifuncional, de convivência, integrador, carregado de sentido, de memórias, de identidade. No contexto das cidades, representa o local principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania por suas características físicas, simbólicas e políticas. É nesse sentido, o espaço da representação, no qual a sociedade se torna visível.

Criando oportunidades para a participação de todos, os espaços públicos se tornam verdadeiros motores da democracia, permitindo que uma variedade de vozes seja ouvida e representada na esfera pública. Assim, quanto mais inclusivo for um espaço público, mais ele contribuirá para a democratização

política e social (Borja, 2003). O direito ao espaço público equivale, em última instância, ao direito fundamental de exercer a cidadania por parte de todos aqueles que residem ou aspiram residir nas cidades, portanto, "investir na qualidade do espaço público, em seu planejamento, enriquecimento e conservação, nunca será uma questão de luxo, mas sim de justiça democrática" (Borja e Muxí, 2003, p.12).

Na perspectiva de Indovina (2002), o espaço público deve ser considerado fundador da cidade, e, portanto, é a própria cidade, elencando três pontos que justificam essa visão:

- É a condição geral para a realização da vida urbana e considerado uma espécie de "pré-requisito" fundamental para a própria existência da cidade. Estradas, ruas, calçadas, praças, parques, jardins, dentre outros espaços de uso coletivo, desempenham um papel indispensável na vida urbana;

- É fundamental para a identificação (e também para a identidade) dos lugares, conferindo-lhes uma forma representativa e frequentemente assumindo a qualidade de um "símbolo", como é o caso das praças famosas em diversas cidades;

- Um local de interação social, encontro e também o palco onde grupos sociais, culturais e políticos se manifestam, representando as vozes da população urbana.

O referido autor afirma que na atualidade, as funções tradicionalmente associadas ao espaço público se confundem com aquelas dos espaços de uso público, ou seja, locais de uso coletivo que nem sempre são regulados por autoridades públicas, como *shoppings* e centros comerciais privados.

Diante dessa questão, o autor supracitado argumenta que uma definição contemporânea de espaço público implica considerar diversos parâmetros, incluindo a natureza da propriedade (pública ou privada), as restrições de uso (se é ilimitado, limitado no tempo, restrito a certas categorias de cidadãos, de duração específica, etc.), o custo de acesso (gratuito ou pago) e as restrições ao seu uso (se é permitido falar, fotografar, trazer animais, etc.). A combinação desses parâmetros, possibilita criar uma "escala" que classifica os espaços de

acordo com o grau de publicidade; nesses termos, esse autor define o espaço público da seguinte maneira:

Assim, se associarmos à característica público a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público. Ao contrário, um espaço de propriedade privada, com limites de uso, de acesso pago, com fortes condicionamentos de utilização, constitui, relativamente ao primeiro, um limite oposto (um espaço de tipo privado) (Indovina, 2002, p.120).

Queiroga (2012), apoiando-se na teoria de Milton Santos, propõe uma abordagem geográfica para a compreensão do espaço público. Partindo das proposições miltonianas em que entende-se que o movimento dialético da sociedade se realiza com o espaço e que este é uma entidade híbrida composta indissociavelmente por sistemas de objetos (dimensão física do espaço geográfico) e sistemas de ações (dimensão das atividades humanas no espaço geográfico), o autor sustenta que não se deve limitar a compreensão do espaço público apenas ao seu aspecto físico, ignorando como as pessoas o utilizam; da mesma forma, não se deve focar exclusivamente nas ações que ocorrem no espaço público, negligenciando sua natureza material.

Queiroga (2012) avança no debate ao argumentar que a complexidade das apropriações contemporâneas do ambiente urbano torna difícil e por vezes inadequadas a compreensão do espaço público a partir da dicotomia público-privado. Como exemplifica o autor:

Um espaço e propriedade pública - por exemplo, uma rua num loteamento fechado ilegalmente ou numa favela - pode apresentar apropriações públicas ou não, num intervalo de tempo ou noutro. Dessa forma, seria difícil denominá-la ora de pública ora de privada, se considerássemos como critério apenas a questão da apropriação pública ou privada (Queiroga, 2012, p. 58).

Diante dessa problemática, o espaço público é concebido como “todo aquele de propriedade pública, podendo se prestar ou não a esfera pública, seja ela estrita – esfera pública política-, ou ampliada, esfera pública geral” (Queiroga, 2012, p. 58-59). A partir dessa definição fica clara a diversidade de espaços que fazem parte do domínio público, que, a despeito de prestarem a esfera pública geral (praças, ruas, etc) ou restrita (penitenciárias, creches, etc.), desempenham funções importantes para o ambiente urbano e são responsáveis pela coesão social.

Ampliando a discussão, Gomes (2002, p. 159) afirma que na atualidade há certa dificuldade em compreender a concepção de espaço público, pois “Em torno desta noção, aparentemente tão simples, há certas incompreensões que devem ser comentadas”. Para o referido autor, considerar um espaço público qualquer espaço urbano livre e aberto submetido à admiração pública, geralmente associado às formas físicas de ruas, praças e parques, implica em ignorar que o estatuto público depende de como esse espaço é concebido, usado e vivido.

Sob essa ótica, a abordagem do conceito de espaço público não se encerra na disponibilidade de acesso e em sua natureza jurídica. Conforme aponta Gomes (2002), há espaços reconhecidos como públicos, mesmo sem acesso irrestrito, como hospitais, áreas militares, administrativas e escolas. Esses locais, embora não sejam abertos a todos, mantêm seu caráter público. Por outro lado, existem espaços de acesso livre, como ruas de centros comerciais, que não são considerados públicos, pois estão sujeitos a regras impostas por administrações privadas.

Com base nessas reflexões, o autor chega à conclusão de que os elementos fundamentais de um espaço público são os princípios que organizam as relações entre indivíduos, apontando três componentes que considera essenciais na caracterização do espaço público, ou seja, a normatização social, a heterogeneidade elementar e o poder comunicacional (Gomes, 2002).

A normatização diz respeito às regras e limites impostos para que ocorra a satisfação parcial de diferentes interesses, uma vez que o espaço público é local de reunião de indivíduos com qualidades, valores, interesses e projetos diversos. Desta forma, os espaços públicos são fortemente normatizados, discriminam usos, comportamentos, funções, acessos etc. Os princípios da vida em comum em sociedades republicanas organizam materialmente esses espaços.

A heterogeneidade diz respeito à co-presença espacial dos mais diversos públicos sem que estes precisem renunciar às nossas diversidades em termos de opinião, vontades, valores, atitudes e formas de apresentação. Naturalmente, essa convivência poderá ser conflituosa e desarmônica, cabendo encontrar

formas e delimitações que compatibilizem a vida de diferentes indivíduos que dividem o mesmo espaço. Essa diversidade configura o caráter democrático do espaço público, em que cidadãos de diferentes formas de pensar e agir podem se manifestar e existir socialmente de maneira legítima. Portanto, quanto maior for a capacidade de um espaço abrigar a diversidade, maior é sua capacidade de operar convivência entre indivíduos diferentes que dividem um espaço de vida.

O terceiro componente abordado por Gomes (2002) é o poder de comunicação dos espaços públicos, em que a coexistência ativa a comunicação por meio de nossas características pessoais, incluindo linguagem, comportamento e vestimenta, que geram significado social. Tornar algo público implica submeter essas características à avaliação e opiniões de outras pessoas.

Tendo em vista esses componentes, o referido autor define o espaço público como:

[...] qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos a possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida e, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate deve ser absolutamente respeitada. Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada a força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por esse aspecto, é o lócus da lei, lugar das diferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (Gomes, 2002, p. 162).

A partir dessa definição evidencia-se o esforço de Gomes (2002) em criar um conceito de espaço público abrangente, reconhecendo a acessibilidade como fator que melhor qualifica esses espaços, mas reconhecendo que essa não é irrestrita. Nesse sentido, ainda que seja desafiador categorizar o grau de importância dos espaços públicos, considerando a acessibilidade como fator principal é possível afirmar que os espaços livres públicos, isto é, aqueles livres de edificação como praças, parques e avenidas (Magnoli, 1982) são os espaços que melhor representam os espaços públicos.

Este aspecto é especialmente reforçado por Queiroga (2012), ao descrever esses espaços como espaços públicos por excelência, pois “são eles

os espaços de maior acessibilidade, de maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica” (p. 31).

3.2 Dinâmicas de produção e apropriação do espaço público

Sobarzo (2006) explica que ao observar uma cidade, podemos analisar seus espaços públicos pela perspectiva da produção do espaço, a qual está ligada aos campos da dominação e da apropriação a partir da política (poder público e elites), da acumulação de capital (novos produtos imobiliários, aumento da circulação de capital, questionamento da relação público-privada) e da esfera da realização da vida (práticas cotidianas). Nesse sentido, o processo de produção e consumo do espaço público reflete os múltiplos conflitos de interesses entre Poder Público, capital financeiro e imobiliário, e a sociedade civil.

No campo da política, os espaços públicos planejados pelo poder público municipal são considerados elementos fundamentais das políticas urbanas e do planejamento das cidades (Bortolo, 2015). Isso, porque esses espaços representam o principal cenário para a intervenção do poder público municipal, em que este exerce seu domínio de forma legalmente estabelecida (Sobarzo, 2006).

Esse domínio revela uma mistura de interesses públicos e privados, que podem ir dos interesses próprios do prefeito até os interesses de grupos locais dominantes. Esta dominação se efetiva através da capacidade de definição/modificação das normativas legais de uso e ocupação do solo, as definições sobre política tributária, a implementação de infraestrutura, serviços e investimentos (Sobarzo, 2006).

O espaço público é dessa forma, instrumento político manipulado pela classe dominante, que dispõe de um duplo poder sobre este: em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo; e, em segundo lugar, por meio da ação do Estado, representante dos seus interesses (Sobarzo, 2006). Como elucida também Lefebvre, o espaço é um produto “*políticamente instrumental, facilitando, con ello, el control de la sociedad*” (2013, p. 34, grifo nosso).

Ao abordar essa problemática, Laurentino (2006) sustenta que o Estado, sob o pretexto de prestar contas à população, também age alinhado a interesses imediatos, buscando ganhos políticos. Isso se efetiva através da personalização das obras públicas, em que “aquilo que foi construído coletivamente, por meio de lutas e conflitos em reuniões e manifestações, acaba sendo vinculado a uma figura política por meio de estratégias de marketing ou publicidade em campanhas eleitorais” (p. 308). Nesse sentido, espaços públicos tornam-se produtos associados a uma gestão, a um governo, etc. No que diz respeito a esse assunto, Sobarzo (2006) sustenta que esta personificação das obras públicas, empregadas como "moeda de troca" em contextos eleitorais, compromete o exercício do voto, perpetuando as relações de patrimonialismo e clientelismo presentes na sociedade brasileira desde os tempos coloniais.

Ao discutir a relação entre produção dos espaços públicos na perspectiva da acumulação de capital, Sobarzo (2006) argumenta que no capitalismo, o espaço urbano torna-se mercadoria, elemento gerador de mais-valia, entrando na produção como produto através da compra, da venda e troca de parcelas do espaço. Como sustenta o autor:

A cidade vendida aos pedaços – criada, destruída, recriada, vendida novamente, valorizada ou desvalorizada, renovada, enobrecida, abandonada, apresentada na embalagem de um novo produto imobiliário a ser comprado ou consumido – torna-se parte integrante da reprodução capitalista, não só porque nela são produzidos e trocados bens materiais e imateriais, ou porque nela, num sentido amplo, a sociedade como um todo é reproduzida, mas também, num sentido que poderíamos considerar restrito, porque a cidade ela mesma passa a ser um produto consumido, comprado e vendido, assumindo uma função fundamental na circulação e acumulação de capital (Sobarzo, 2006, p. 100).

Nessa perspectiva, Borja (2013) enfatiza que a lógica dos poderes econômicos é aumentar seus lucros utilizando o espaço público como meio de valorização, promovendo sua privatização e excluindo populações e atividades não rentáveis. Ao tratar dessa questão, Carlos (2014, p. 476) alerta para uma crise urbana “cujo conteúdo é a constituição da cidade como espaço de negócios, visando a reprodução econômica em detrimento das necessidades sociais que pontuam e explicitam a realização da vida urbana”.

Essa problemática é também tratada por Serpa (2007), em seu livro "O espaço público na cidade contemporânea". Esse autor argumenta que em várias cidades do Brasil, os projetos de criação e remodelação de espaços públicos estão predominantemente focados no lazer e consumo direcionados principalmente às classes médias e elites. Esses projetos reproduzem um modelo inspirado nas reurbanizações norte-americanas, amplamente disseminadas no mundo capitalista, onde o espaço público se torna "uma mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista em escala global" (Serpa, 2007, p. 9). Como resultado, observa-se a formação de espaços públicos caracterizados por uma segregação, que no entender de Mendonça (2007, p. 303) "contradiz diretamente aos ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que, ajudaram a criar o espaço público da atualidade".

Considerando as dinâmicas de produção e apropriação do espaço público nos campos da dominação política e acumulação do capital aqui destacadas, Borja (2013) argumenta que, nessas circunstâncias, o espaço público é uma área de conquista permanente, que pode ser alcançada por meio de concessões políticas, pactos entre poder econômico, autoridades e grupos de cidadãos, mas principalmente pela mobilização coletiva dos cidadãos.

A terceira perspectiva, a qual Sobarzo (2006) propõe para leitura da produção e apropriação dos espaços públicos, é no nível da realização da vida humana a partir da apropriação que diz respeito às "[...] relações socioespaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas" (Sobarzo, 2006, p. 103). Enquanto a produção do espaço público em termos de dominação é caracterizada por uma relação de verticalidade, em que impera o discurso hegemônico criando um cotidiano obediente e disciplinado, a apropriação é caracterizada por uma relação de horizontalidade, em que as pessoas, em seu cotidiano, constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e conferem (encontram) significado ao (no) espaço público. Nesse sentido, os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta se impor na

cidade, espaço da apropriação é o espaço do usuário, o espaço do vivido (Sobarzo, 2006).

Ao abordar a apropriação pelo cotidiano, Sobarzo (2006) introduz o conceito de lugar à discussão, destacando que o espaço público apropriado se torna lugar na medida em que se atribui a ele valor e significação pelo uso, estabelecendo relações de identidade e reconhecimento para seus frequentadores. Esse aspecto é melhor compreendido quando consideramos a definição de "lugar", que implica na “[...] porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]” (Carlos, 2007, p. 14).

Ante as ideias aqui expostas, pode-se afirmar que o espaço público exprime uma relação entre dominação e apropriação, constituindo-se num campo moldado pelas ações do Estado e dos extratos sociais que representa, do ponto de vista da dominação, mas que também permite a apropriação definida pelo uso no processo da reprodução da sociedade, expresso na vida cotidiana; o espaço público, nesse sentido, é “produtor e também possibilitador das relações sociais” (Sobarzo, 2006, p. 95) ou como nos reporta Carlos (2001, p. 11), “condição, meio e produto para a realização da sociedade humana”.

Por fim, torna-se necessário enfatizar que, em que pese algumas perspectivas aqui mencionadas sugerirem uma crescente inclinação para a segmentação, segregação e até mesmo desuso do espaço público, esses elementos não se manifestam de forma completamente abrangente e definitiva nos dias atuais. Os espaços públicos ainda constituem o principal espaço da esfera pública, permanecendo como elemento essencial no planejamento urbano brasileiro e demandado por grande parte da sociedade. Em relação aos espaços livres públicos, Lima Junior (2007) observa que isso é algo visível quando observarmos o interesse da população em participar de processos de implantação e melhoramentos de parques e praças por meio de abaixo-assinados e passeatas.

3.3 Espaços livres públicos: espaços públicos por excelência

Ao considerar a importância dos espaços livres públicos, é crucial compreender que esses locais constituem um sistema integrado no contexto

urbano, estabelecendo relações de conectividade, complementaridade e hierarquia, possuindo uma natureza dinâmica que desempenha um papel estruturador na produção e organização das cidades. Servindo como áreas acessíveis e visíveis para pessoas, associações, empresas e instituições, destacando-se assim como elementos centrais na vida cotidiana e na esfera pública. São condição de existência da cidade, estabelecendo relações de identidade com ela e por isso a qualidade desses espaços define a qualidade de vida nas cidades (Queiroga, 2012).

Laurentino (2006) enfatiza que esses locais têm como característica intrínseca a espontaneidade, ou seja, permitem atos e atividades coletivas sem aviso prévio ou planejamento, orientados pelo improviso e pela emoção, priorizam a dimensão humana que foge à racionalidade, à lógica técnica e à reprodução capitalista, sendo locais propícios para manifestações religiosas, eventos culturais e práticas esportivas, entre outras atividades. Essa característica torna difícil o controle pelo Estado; no entanto, a supracitada autora enfatiza que ainda sim ele existe, apontando que se determinadas manifestações e atividades são ou se tornam aceitáveis socialmente e necessitam do espaço público para serem reproduzidas, a exemplo de festas populares, manifestações políticas em ruas e praças, há, quase sempre, a ingerência do Estado para funcionalizar, regulamentar e disciplinar esses espaços, configurando assim uma forma de controle.

Diversos são os tipos de espaços livres públicos destinados a diferentes funções no contexto urbano. Alves (2003) apresenta uma categorização do espaço livre público urbano com base naquilo que ele identifica sendo os espaços urbanos contemporâneos de maior expressão nas cidades (Quadro 1).

Quadro 1 - Tipologias do espaço livre público segundo Alves (2003)

Tipo	Variações
Ruas	Ruas exclusivamente pedonais (<i>pedestrian mall</i>); Percursos/eixos pedonais (<i>pedestrian sidewalks</i>); Ruas predominantemente motorizadas (<i>transit mall</i>) Ruas de tráfego restrito (<i>traffic restricted streets</i>)
	Praças/pracetras (<i>Squares and plazas</i>);

Praças/Largos	Pequenos largos; “ <i>Corporate plaza</i> ”
Espaços memoriais	Espaços de homenagem ou celebração
Espaços comerciais	Largos de mercados e de feiras “ <i>Atria/indoor marketplaces</i> ”; Centros/núcleos comerciais centrais;
Espaços verdes	Parques urbanos (<i>Public Parks</i>); Jardins; “ <i>Commons</i> ” (grandes áreas verdes desenvolvidas nas primeiras cidades novas inglesas); “ <i>Neighbourhood park</i> ”; Recintos/pátios (<i>Playground/ Schoolyard</i>) “ <i>Community open spaces</i> ” Vias verdes (<i>greenways/parkways</i>) Espaços intersticiais Frentes marginais de rio ou de mar (<i>Waterfronts</i>)

Fonte: Adaptado de Alves (2003).

Matos (2010) nos apresenta duas tipologias espaciais genéricas para os espaços livres públicos, isto é, os locais de permanência e os locais de circuito.

Os locais de permanência seriam aqueles que estimulam ações e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos, como por exemplo, o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, o "ver e ser visto". Esses espaços são geralmente projetados com mobiliário adequado, adaptado aos tipos de uso ou comportamentos que pretendem incentivar. Por exemplo, bancos em parques para oferecer descanso ou mobiliário em áreas de recreação infantil e campos de jogos. Esses espaços devem ser cuidadosamente planejados e equipados para atender e promover as atividades específicas a que se destinam. Além disso, eles precisam ser cada vez mais multifuncionais e versáteis, permitindo sua adaptação para acomodar usos imprevistos e diversas necessidades da comunidade.

Já os locais de circuito seriam aqueles, cuja principal função é a de permitirem a mobilidade, podendo ser projetados apenas para pedestres (percursos pedonais), para ambos (mistos) ou exclusivamente para veículos, com áreas de estacionamento designadas.

No que concerne à tipologia dos espaços livres públicos brasileiros, Custódio *et al.* (2011) elencam três tipos padrão: 1) de circulação, convívio, lazer e recreação; 2) de preservação ou conservação ambiental; 3) espaços livres relacionados a usos específicos (Quadro 2).

Quadro 2 - Tipos-padrão de espaços livres públicos das cidades brasileiras

Tipos-padrão	Variações
Circulação, convívio, lazer e recreação	Calçadas, calçadões de orla fluvial, marítima e lagunar, ciclovias, mirantes, ruas, parques, praças, zoológicos
Preservação ou conservação ambiental	Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Preservação Permanente (APP), dunas, encostas íngremes, falésias, fundos de vale em geral, grotas, lagoas, lagos, mangues, matas, morros, orlas, restingas, rios
Usos específicos	Espaços de redes infra estruturais – estações de tratamento d'água, de esgotos, de rebaixamento de tensão elétrica, aterros sanitários, cemitérios, espaços livres de complexos penitenciários, militares, esportivos, centros de pesquisa, etc.

Fonte: Adaptado de Custódio; *et al.* (2011).

Custódio *et al.* (2011) atentam para o fato de que tais tipos-padrão por vezes apresentam funções mais complexas, sendo caracterizados por uma diversidade funcional, de modo que “APP urbana pode se prestar à mobilidade de baixo impacto (ciclovias, por exemplo) e ao lazer, de forma análoga um campus universitário pode apresentar práticas esportivas e de lazer aos finais de semana” (p. 4).

Macedo (1995) argumenta que embora esses espaços sejam fundamentais como locais coletivos de múltiplas funções e essenciais para fomentar e consolidar a cidadania, muitos municípios brasileiros negligenciam os

espaços livres públicos em seus planejamentos urbanos, geralmente adotando estratégias parciais que raramente alcançam a população mais necessitada. Além disso, esses espaços frequentemente sofrem com a falta constante de manutenção, devido a orçamentos limitados e mal distribuídos (Robba; Macedo, 2010).

Essa problemática pode ser melhor visualizada na pesquisa intitulada “Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil – QUAPÁ-SEL”, conduzida pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), que nos revela alguns padrões quanto à atuação do poder público e a distribuição de espaços livres públicos nas cidades brasileiras.

Ao examinar as transformações nos espaços livres públicos em 23 municípios brasileiros, a supracitada pesquisa destaca que em determinados municípios, como Curitiba, Maceió e Natal, verifica-se uma má distribuição dos espaços livres públicos, enfatizando que o problema não é a escassez quantitativa, pois existem extensos estoques por todo o tecido urbano de várias metrópoles e cidades médias estudadas, como Belém, Brasília, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Manaus, Palmas e São Paulo. O verdadeiro problema reside na falta de áreas disponíveis para novos espaços livres no espaço intraurbano e em regiões já consolidadas, especialmente para aqueles voltados para atividades recreativas e convívio (Custódio *et al.*, 2011).

O estudo referido aponta que, embora exista planejamento urbano sendo elaborado em todas as cidades pesquisadas, prevalecem práticas políticas similares que resultam na ausência de espaços livres públicos devidamente qualificados e que atendam de fato as demandas sociais dentro de uma visão do todo urbano.

[...] a ausência da visão de conjunto, que buscaria articular as questões de caráter ambiental, funcional e cultural é recorrente, predominando a demora, a ação pontual, os projetos de oportunidades, os programas desarticulados e descontínuos, as dificuldades técnicas, o uso de material inadequado e o desconhecimento da legislação na implantação dos projetos (Custódio *et al.*, 2011, p. 20).

Um aspecto em particular enfatizado nesse estudo é que a precária manutenção dos espaços livres públicos urbanos ocorre de forma generalizada,

mas é acentuada nos bairros mais pobres. Mesmo diante da precariedade e desqualificação arquitetônica generalizada de ruas, praças, parques, etc., em especial dos bairros mais pobres, a realização da esfera pública não é anulada, sendo espaços que facultam a ação de observar e ser observado, com códigos, acordos, complementaridades, sobreposições e conflitos inerentes. Em muitos casos, argumentam os autores, esses são os únicos espaços disponíveis para o lazer e convívio da população que reside nesses bairros (Custódio *et al.*, 2011).

Ampliando a discussão, Gatti (2017, p. 42)) aponta para uma distribuição desigual dos espaços públicos nas cidades brasileiras, no qual:

As pequenas cidades brasileiras trazem a herança ibérica da praça formada em torno da igreja matriz, mas não reproduziram novos espaços públicos à medida que a cidade foi crescendo. Áreas mais periféricas, ocupadas por moradores de menor renda e distantes do centro histórico apresentam-se áridas e sem opções de lazer e as ruas são ainda mais degradadas do que as dos espaços centrais.

Diante desse cenário, a referida autora sugere que a democratização do acesso aos espaços públicos requer um planejamento cuidadoso, apoiado por mapeamentos urbanos detalhados que possibilitariam localizar as áreas mais carentes de investimentos em espaços públicos.

3.4 Usos do espaço público

Para Gehl (2013), a utilização dos espaços públicos está fundamentalmente ligada à excelência do planejamento urbano, à localização estratégica e, em menor grau, às condições climáticas externas, como vento e chuva. Esse autor enfatiza que as cidades devem ser projetadas com foco nas necessidades, conforto e qualidade de vida das pessoas que as habitam.

Apresentando estudos de caso de cidades de todo o mundo, que com sucesso implementaram projetos que transformaram espaços urbanos monótonos e voltados para o tráfego em locais vibrantes e humanizados, Gehl (2013, p. 63) argumenta que o uso dos espaços públicos depende diretamente da qualidade do projeto oferecido, afirmando que “Cidades convidativas devem ter um espaço público cuidadosamente projetado para sustentar os processos que reforçam a vida urbana”. Nesse contexto, um espaço público convidativo é aquele que oferece opções que incentivem a permanência, como bancos

confortáveis para sentar, equipamentos para exercícios físicos e jogos, boa iluminação, pavimentação adequada, proteção contra sol, vento, etc. Em resumo, “As pessoas ficam se um lugar for bonito, significativo e agradável” (Gehl, 2013, p. 147).

Em relação às atividades que ocorrem no espaço público, Gehl (2013) classifica em dois grupos: atividades em movimento; e atividades estacionárias. As atividades em movimento referem-se às ações que as pessoas realizam enquanto estão em deslocamento pela cidade, incluindo caminhar, andar de bicicleta, usar o transporte público ou dirigir. São essenciais para a conectividade urbana e permitem que as pessoas atinjam seus destinos, como o trabalho, a escola, compras e entretenimento. Já as atividades estacionárias são aquelas que as pessoas realizam enquanto permanecem em um local específico, como praças, parques ou calçadas. Inclui descansar em um banco, socializar em uma praça, desfrutar de uma refeição ao ar livre, ler um livro ou participar de eventos culturais.

As atividades estacionárias variam de acordo com sua necessidade e dependência da qualidade urbana. Em um extremo estão as atividades necessárias, aquelas direcionadas para atender às necessidades básicas e funcionais, que não dependem particularmente da qualidade urbana para acontecer, como por exemplo o comércio de rua, limpeza e manutenção. No outro extremo estão as atividades opcionais/recreativas, voltadas para o lazer, a relaxação e o prazer pessoal. Elas não são estritamente necessárias para a sobrevivência, mas contribuem para a qualidade de vida. Para que estas atividades ocorram, a qualidade do local é decisiva.

Ainda segundo o supracitado autor, os espaços de transição desempenham um papel importante para ocorrência de atividades estacionárias nos espaços públicos. Esses espaços, situados entre espaços públicos e privados, incluindo entradas de edifícios, varandas, terraços ao ar livre de restaurantes, áreas de estar em calçadas, entre outros, proporcionam conforto, abrigo e uma sensação de pertencimento, permitindo que as pessoas desfrutem das atividades estacionárias, como observar o movimento da cidade ou socializar, enquanto permanecem conectadas ao espaço público circundante. Como exemplifica Gehl (2013, p. 137), “o contato direto com construções em

apenas um dos quatro lados de uma praça pode melhorar muito as atividades estacionárias, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de atividades diretamente na praça”.

Em resumo, o espaço público quando administrado de maneira democrática, assegura o acesso e a possibilidade de expressão para todos os estratos da sociedade, bem como liberdade para envolver-se em atividades alternativas. A variedade de atividades e participantes reflete o potencial do espaço público em fortalecer a sustentabilidade social (Gehl, 2013).

Complementando as considerações de Gehl (2013), Borja e Muxí (2003) salientam que a utilização social dos espaços públicos será influenciada por uma variedade de elementos, incluindo o desenho, a acessibilidade, a estética, a promoção, a manutenção, a diversidade de utilizadores e as atividades potenciais, entre outros. Nesse sentido, os autores defendem que o fator mais importante para garantir a utilização do espaço público por todos é a diversidade, tanto de funções como de usuários. Essa característica torna o espaço multifuncional, mas também o torna mais adaptável e inclusivo.

Borja e Muxí (2003) enfatizam que aprimorar as características estéticas, espaciais e formais dos espaços públicos facilita as interações, promove o senso de pertencimento e também os torna acessíveis a todos. Nesse sentido, é fundamental que esses locais proporcionem segurança, visibilidade, iluminação e diversidade, assegurando assim que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades de uso. Os autores elencam três características ligadas ao uso do espaço público que evidenciam uma boa qualidade físico-espacial: 1) maior diversidade, marcada pela presença de pessoas de diferentes idades, sexos que desenvolvem atividades diversas; 2) maior tempo de utilização, marcada pela relação direta com o grau de segurança que os espaços apresentam; 3) circulação intensiva, promovida pela condição de espaços que formam fronteiras vitais nos bairros, resultando em uma ocupação significativa.

Alex (2008) concebe a acessibilidade como fator fundamental para a apropriação e utilização de um espaço, uma vez que entrar em um local é uma condição essencial para sua utilização. Por seu turno, Cars *et al.* (1995)

categorizam três tipos de acesso ao espaço público: acesso físico; acesso visual; e acesso simbólico.

O acesso físico diz respeito à eliminação de barreiras arquitetônicas que possibilitem a entrada e saída do local, incluindo considerações sobre a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. O acesso visual, ou visibilidade, refere-se à qualidade do primeiro contato do usuário com o lugar, permitindo a percepção de ameaças potenciais e tornando mais convidativa a utilização de espaços visíveis a partir das calçadas. Já o acesso simbólico ou social envolve a presença de sinais, tanto sutis quanto evidentes, que indicam quem é bem-vindo ou não, incluindo a influência de porteiros, guardas, construções e atividades que exercem controle social sobre o acesso, frequentemente direcionando ou inibindo públicos específicos. Estes três tipos de acesso podem ser combinados para tornar-se um espaço mais ou menos acolhedor para o uso.

Do ponto de vista de Bortolo (2015), os usos do espaço público são resultados do plano vivido, das ações do cotidiano que se materializam nas diferentes vontades, tempo histórico, nas relações de poder, dentre outras. Nesse sentido, o espaço público está em constante metamorfose, tanto em sua forma física como na forma de seus usos. Argumenta o referido autor que, na atualidade, o avanço tecnológico tem gerado mudanças nos usos urbanos, em que as relações entre pessoas e instituições se expandem para além da escala urbana, resultando em relações desmaterializadas e invisíveis nos processos urbanos. A fragmentação crescente e a descontinuidade da cidade contribuem, assim, para alterações ou redução de certos usos dos espaços públicos.

Mendonça (2007) sublinha que diversos fatores têm impacto na utilização de espaços públicos. O avanço nos meios de transporte, integrando deslocamentos metropolitanos à rotina, aumenta as oportunidades de utilização de equipamentos urbanos. Por outro lado, a disseminação dos meios eletrônicos, tanto para lazer quanto para trabalho, reduz a importância do deslocamento físico e consequente aproveitamento de apropriação dos espaços públicos. Adicionalmente, o medo, inicialmente ligado à violência urbana nas grandes cidades e agora presente também em médias e pequenas cidades, limita o potencial de ocupação desses espaços.

No entender de Gatti (2017) o planejamento urbano tem priorizado o carro, negligenciando a dimensão humana das cidades. Essa escolha tem resultado no estreitamento de calçadas, aumento da poluição e na perda de segurança e conforto em espaços públicos, como praças e ruas. Além disso, os investimentos para melhorar esses espaços são reduzidos em favor de obras viárias, comprometendo a função social e cultural desses espaços públicos.

A autora ainda argumenta que a falta de atratividade é um fator que tem contribuído significativamente para a subutilização dos espaços públicos no Brasil:

Os espaços públicos das cidades brasileiras sofrem de uma carência importante: atratividade. Lugares onde algo aconteça, lugares onde seja possível tomar um sorvete, beber um suco, ouvir uma boa música, e que isto possa ser feito com conforto, onde se tenha bancos para sentar, lugares onde as pessoas possam eventualmente se proteger da chuva ou do sol. Não temos a cultura de instalar bares, cafés ou lanchonetes em praças e parques, o que faz com que muitos espaços permaneçam sem uso, e percam a oportunidade de se tornarem lugares que agreguem pessoas democraticamente (Gatti, 2017, p. 48).

Este cenário descrito pela autora revela um descompasso entre as práticas urbanas e as demandas contemporâneas de convivência, no qual muitos cidadãos tem optado por socializar em espaços privados que em muitos casos oferecem uma experiência de lazer mais completa e confortável.

Um outro fator que contribui para a subutilização dos espaços públicos é que muitos desses espaços são projetados sem levar em conta as reais necessidades dos seus usuários, sendo criados, muitas das vezes, apenas para embelezamento das cidades. A respeito disso, Gatti (2013, p. 9) chama atenção para o fato de que:

É importante lembrar que não basta projetar uma praça ou um parque. É preciso entender a dinâmica de uma cidade e a vida das pessoas no seu cotidiano, a fim de que os espaços públicos a serem projetados reflitam as necessidades e os anseios dos seus usuários, para só assim serem realmente utilizados. Um bom projeto de espaço público não depende apenas de uma boa execução técnica; também deve ser o espaço certo, no lugar certo e para as pessoas certas.

Alex (2008), por sua vez, acrescenta que quando os espaços públicos da cidade não são utilizados, perdem-se oportunidades de sociabilização e de fortalecimento da cidadania, o que gera maior dependência de locais privados

para convivência social e, assim, amplia as desigualdades e a exclusão social. De Angelis (2005) reforça essa perspectiva ao comentar que “Projeta-se a praça sem se quer saber a que clientela ela irá atender. O resultado é o que todos conhecem: praças desvinculadas da realidade da população local, abandono e desinteresse pelo logradouro” (p. 25).

3.5 A praça como espaço livre público

3.5.1 Noções conceituais

Ao lado das ruas, a praça constitui-se num dos mais importantes espaços livres públicos, sendo espaço de diversas práticas sociais, que vão “do convívio público cotidiano, às grandes manifestações políticas, passando por atividades de lazer, comércio, festas religiosas, espaços de atividades lícitas e ilícitas, conflitos, amores e memórias” (Queiroga, 2012, p. 95). No entanto, essas práticas sociais não dependem apenas das características físicas da praça, mas também do contexto urbano ao seu redor, que pode potencializar ou não o uso público do espaço.

Nesse contexto, Queiroga (2012) argumenta que “não existe uma boa praça enquanto forma-conteúdo se o contexto urbano não lhe é favorável, pois não basta um bom projeto e boa manutenção para garantir apropriações públicas intensas e diversificadas” (p. 95-96). A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que êxito de uma praça como espaço livre público está diretamente relacionado a um ambiente urbano que favoreça seu uso, considerando aspectos como acessibilidade, segurança, proximidade de atividades urbanas e uma cultura de uso pela população. Em outras palavras, a integração da praça com o entorno urbano e a relevância social que ela adquire são cruciais para que o espaço se torne verdadeiramente ativo e significativo na vida cotidiana das pessoas.

No entendimento de Robba e Macedo (2010), duas premissas básicas caracterizam a praça enquanto espaço livre público: o uso e a acessibilidade do espaço. Essas características distinguem esse espaço público de outros erroneamente associados às praças, que, apesar de apresentarem potencial cênico, carecem de programa social, equipamentos de lazer e recreação, além de infraestrutura que facilite o acesso do pedestre, como ocorre em canteiros de avenidas e jardins urbanos. Considerando esses aspectos, os autores definem

praças como “espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (Robba; Macedo, 2010, p. 17).

Na perspectiva de Alex (2008), a praça é um espaço urbano por natureza, voltado para o encontro e o convívio. Por permitir os mais diversos usos e fluxos, imprime o caráter de lugar e ponto central da manifestação da vida pública, configurando-se em maneira ampla, num espaço para a troca.

Segundo Lamas (1993), a praça é um espaço destinado ao encontro, permanência, eventos, práticas sociais, expressões da vida urbana e de arquitetura significativa. É componente morfológico característico das cidades ocidentais, que se diferencia de outros espaços pela sua posição na estrutura urbana e pela intencionalidade do seu planejamento.

Nessa mesma linha de pensamento, Lynch (1997) conceitua as praças como “espaços de encontro e lazer dos transeuntes, são locais de escape dentro do contexto urbano, onde proporcionar o bem-estar dos indivíduos é o principal objetivo” (p. 18). A referida autora pontua ainda que para atrair a população e garantir seu conforto no espaço, as praças precisam de mobiliário e equipamentos urbanos como bancos, iluminação, fontes, coberto vegetal, sombreamento.

Ao considerar a praça como um recinto urbano ao lado de avenidas e ruas, Mascaró (2008) define praça como um espaço pleno de significado e ambiências próprias delimitado pelas fachadas de edifícios que a circundam. Para tal autora, trata-se do mais importante espaço popular e também o mais antigo dos espaços urbanos, que se confunde com a própria origem conceitual da cidade no mundo ocidental. Fisicamente, não há uma forma única que caracterize esse espaço, podendo ser de diferentes tamanhos e podendo apresentar ou não elementos naturais, como árvores, grama e arbustos, e elementos artificiais, como estátuas, bancos e canteiros.

Para Caldeira (2007) as praças são espaços urbanos fundamentais na cultura ocidental, servindo como locais de encontros e manifestações ao longo da história das cidades. Desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais, elas representam postos-chave na organização urbana, proporcionando espaços

vazios que quebram a monotonia da paisagem dominada por edifícios. Além disso, funcionam como marcos visuais e pontos focais na estruturação da cidade. São consideradas o *locus* privilegiado da cidade pelo seu caráter multifuncional, importância que pode ser comprovada nas políticas de intervenção urbana, nas quais as praças aparecem como elemento fundamental.

Diante das diversas perspectivas e definições apresentadas sobre o papel e significado das praças nas cidades, reforça-se que esses espaços desempenham um papel fundamental na vida urbana e na construção da identidade coletiva.

3.5.2 Panorama histórico da praça no mundo e no Brasil

Examinando a história das cidades, observa-se que a praça existe desde os tempos remotos, sendo “um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano” (Segawa, 1996, p. 31). A praça ocidental tem seu embrião na *Ágora* grega (De Angelis *et al.*, 2005; Caldeira, 2007; Vieiro e Barbosa Filho, 2009). A *Ágora* grega caracterizava-se como um pátio aberto cercado por edifícios institucionais, sagrados, e comerciais, estrategicamente situado, donde podia ser visualizado por toda a comunidade. Era o local onde os cidadãos livres exerciam a política, por meio da ação e do discurso. A palavra era compartilhada, e decisões eram estabelecidas. A vida pública manifestava-se nesse espaço (Caldeira, 2007).

No império romano, o Fórum, assim como a *Ágora* grega, representava o centro da vida pública, não apenas da própria Roma, mas de todo o império onde se realizavam encontros políticos, espetáculos públicos, cultos e administrava-se a cidade nos tribunais e edifícios institucionais. Um aspecto a destacar sobre o Fórum é que este simbolizava o poder político representado pela figura do imperador, de modo que a criação de um novo espaço marcava o poderio da sua gestão (Caldeira, 2007).

Na Idade Média, a praça assumiu papel de espaço de interação social por excelência, em que o privado deu lugar ao público. Era o local de mercado, de encontros políticos, espetacularização do cotidiano e das relações sociais (De Angelis *et al.*, 2005). Caldeira (2007) observa que além de representar um espaço de interação social através de feiras, festas, procissões e representações

teatrais, a praça medieval também era local onde o governo exibia e exercia seu poder através de cerimônias, anúncio de leis e julgamento, e execuções públicas.

No Renascimento, houve uma valorização intensa e prática das praças das cidades e uma harmonização entre elas e os edifícios públicos adjacentes com uma forte relação artística entre eles (Sitte, 1992). Conforme destaca De Angelis *et al.* (2005), foi nesse período histórico que a praça foi convertida em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades, adquirindo valor político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. De modo parecido, Lamas (1993) enfatiza a importância dada às praças no Renascimento ao destacar que foi partir desse período que esses espaços passaram a ser incorporados ao planejamento urbano, tornando-se uma parte obrigatória do desenho urbano nos séculos XVIII e XIX.

De Angelis *et al.* (2004) argumentam que o Renascimento e as correntes artísticas subsequentes - Barroco, Rococó, Classicismo, Maneirismo, Neoclassicismo - criaram praças que, comumente, primavam pelo refinamento da arte. Essas praças traduziam a ostentação de um rei, da nobreza, do clero. Era o lugar da espetacularização e cenário de poder. Tais praças, antecessoras do modernismo, tinham uma função endógena e estavam submetidas a um edifício (sagrado como a igreja; espaço cívico anexo a um edifício municipal; propriedade de um palácio) ou identificada com um uso específico (mercado).

No contexto brasileiro, as praças surgiram no período colonial a partir dos espaços adjacentes às capelas, igrejas, conventos e irmandades religiosas. Essas áreas localizadas em frente aos templos constituíram exatamente o local de origem das praças (Caldeira, 2007; Queiroga, 2012). A praça colonial, conhecida como largo, terreiro ou rossio, era o ponto de encontro de todos os segmentos da sociedade na cidade colonial. Era onde as pessoas demonstravam sua identidade territorial, fé religiosa, poder e condição socioeconômica. Esse espaço multifuncional servia como cenário para diversas expressões culturais e hábitos da população, além de promover a interação entre os diferentes estratos sociais da época (Robba; Macedo, 2010).

Conforme indicado por Robba e Macedo (2010), a praça brasileira, em sua origem representada pelos largos coloniais, experimentou transformações significativas ao longo do tempo, adotando distintas formas e funções, passando pelas linhas projetuais do eclético, moderno e contemporâneo.

A praça brasileira de linha projetual eclética surgiu nas primeiras décadas do século XX, quando o modelo de praça ajardinada com programa contemplativo consolidou-se por todo o país como padrão paisagístico. Nesse sentido, o largo colonial, utilizado de diversas formas para atividades de comércio, lazer, convivência e passagem, deu lugar à praça-jardim, repleta de regras e normas de comportamento social e destinada apenas ao passeio e à contemplação. Foi durante esse período que a praça pública passou a ser projetada pelos primeiros paisagistas e jardineiros (Robba; Macedo, 2010).

A praça moderna brasileira surge como resposta para as transformações socioeconômicas e o crescimento urbano da segunda metade do século XX, período em que as cidades tinham de se adaptar às crescentes necessidades de lazer, recreação, circulação e habitação de uma população cada vez mais dependente do ambiente urbano. Assim, as praças passam a englobar em seus programas o lazer ativo (atividades esportivas e a recreação infantil) e o lazer cultural, incorporando em seus desenhos quadras esportivas, *playgrounds*, pistas para caminhada, museus e pavilhões de exposição. A praça moderna se caracteriza, nesse sentido, como espaço livre público idealizado para a permanência e não para o simples caminhar dos transeuntes, tendo sido ratificada socialmente como elemento necessário à vida na cidade (Robba; Macedo, 2010).

A praça contemporânea brasileira surgiu no final do século XX como representação de uma conjuntura urbana na qual muitas formas de expressão foram aceitas. Outro aspecto é a valorização dos usos que melhor se adaptam às necessidades urbanísticas da cidade contemporânea. Com o objetivo de atrair mais público, na praça contemporânea são introduzidos estabelecimentos comerciais e de serviços (utilitarismo), heranças da tradição colonial dos largos que havia sido perdida nos modelos praças ecléticas e modernas. São também características do projeto da praça contemporânea o direcionamento do uso para a passagem de pedestres, a circulação e a criação de espaços multifuncionais e

adaptáveis, que podem ser utilizados pela população das mais diversas formas (Robba; Macedo, 2010).

Atualmente, a praça contemporânea brasileira se caracteriza por sua polivalência, oferecendo opções de lazer e contemplação através de seus equipamentos, a exemplo de quadras poliesportivas, parque para recreação infantil, academia ao ar livre, entre outros, ao mesmo tempo que incorpora elementos e estruturas cênicas para valorizar o ambiente (Robba; Macedo, 2010). Para Favole (1995), a praça contemporânea é um espaço que não tem uma função específica, nem depende de um edifício ou de um monumento, pois sua finalidade é a de se constituir em um lugar atrativo de encontro e reunião. Para Caldeira (2007), essas características reafirmam a vocação da praça como de espaço coletivo, reassumindo o papel de principal espaço livre público da cidade.

A evolução das funções sociais das praças brasileiras por período está sintetizada no quadro abaixo (Quadro 3).

Quadro 3 - Funções sociais das praças brasileiras por período

Período	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Função social	Convívio social Uso religioso Uso militar Comércio e feiras Circulação Recreação	Contemplação Passeio Convívio social Cenário	Contemplação Recreação Lazer esportivo Lazer cultural Convívio social Cenário	Contemplação Recreação Lazer esportivo Lazer cultural Convívio social Comércio Serviços Circulação Cenário

Fonte: Adaptado de Robba e Macedo (2010).

3.5.3 Funções da praça

A importância das praças enquanto espaços livres públicos podem melhor ser compreendidas através das suas funções. Para Leitão (2002), as praças são fundamentais para o desenvolvimento da vida urbana por desempenharem o papel social de lugar de encontro e acontecimento da vida coletiva. Segundo

essa autora, “a função das praças é definida pelo modo com que cada sociedade expressa sua vida coletiva e varia em consequência das mudanças sociais e históricas vivenciadas ao longo do tempo” (p. 21). De modo geral, a autora elenca oito funções relacionadas à praça pública (Quadro 4).

Quadro 4 - Funções da praça pública

1. Estar	espaço que a população usa para jogar dominó, para conversar com amigos e para passar o tempo;
2. Descanso	espaço onde as pessoas param para descansar entre um e outro expediente e para proteger-se das variações climáticas;
3. Lazer	local para o qual a população se desloca para se divertir e para desfrutar o tempo livre;
4. Esporte	local destinado à prática de esportes;
5. Contemplação	espaço para desfrutar a paisagem;
6. Festa	onde acontecem celebrações populares tanto de caráter religioso quanto profano;
7. Estética	espaço que, graças à qualidade estética do projeto, permitem a diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade;
8. Educativa	ambiente para desenvolvimento de atividades extra-classes e de programa de educação.

Fonte: Adaptado de Leitão (2002).

Para Robba e Macedo (2010), a função que as praças desempenham na cidade contemporânea pode melhor ser compreendida pelos valores dos espaços livres urbanos: valores ambientais; valores funcionais; e valores estéticos e simbólicos (Quadro 5).

Quadro 5 - Valores dos espaços livres urbanos

Valores ambientais	• Melhoria na ventilação e aeração urbana; • Melhoria da insolação de áreas muito adensadas; • Melhoria na drenagem das águas pluviais com superfícies permeáveis; • Proteção do solo contra a erosão;
--------------------	---

Valores funcionais	Do ponto de vista funcional, os espaços livres públicos são uma das mais importantes opções de lazer urbano (tanto o lazer ativo, que envolve movimento físico e participação ativa, como esportes, caminhadas, ciclismo, dança, entre outros, como o lazer passivo, que não envolve o esforço físico e participação ativa, como descansar e contemplar a paisagem);
Valores estéticos e simbólicos	São simbolicamente importantes, pois se tornam objetos referenciais e cênicos na paisagem da cidade exercendo importante papel na identidade do bairro ou da rua. São ainda objetos de embelezamento urbano, resgatando a imagem da natureza na cidade.

Fonte: Robba e Macedo (2010).

Ao analisar as funções que as praças podem assumir, Queiroga (2012) adota uma abordagem semelhante à de Robba e Macedo (2010), estruturando essas funções em três dimensões: social; simbólica; e ambiental (Quadro 6).

Quadro 6 - Dimensões da Praça

Dimensão social	Palco para práticas sociais diárias, grandes eventos políticos, atividades de lazer, comércio, festividades religiosas, locais de ações lícitas e ilícitas, conflitos, amores e memórias.
Dimensão simbólica	Imagem e memória coletiva sobre a cidade, marcos referenciais em si ou associados a edifícios públicos.
Dimensão físico-ambiental	Contribui para a drenagem urbano, amenização do microclima, apoio e alimento para a fauna para conservação de espécies vegetais poucos frequentes no meio urbano.

Fonte: Adaptado de Queiroga (2012).

Considerando as diversas funções que uma praça pode desempenhar como espaço livre público, é importante ressaltar que embora não exista um modelo de praça perfeita, a eficácia desse espaço em promover a sustentabilidade social será aprimorada ao incorporar o maior número possível de funções.

3.5.4 A praça pública no contexto urbano de São Luís (MA)

No contexto da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, a história das praças públicas se entrelaça com a própria formação da urbe, tendo

como marco a área escolhida para repouso pelos franceses, em 1612, que viria a se tornar o Largo do Palácio, primeira praça da cidade, atualmente conhecida como Praça Dom Pedro II (Vieira Filho, 1971). Com a expansão da cidade pelos portugueses, surgem praças de inspiração renascentista, com estrutura geométrica, e que exercem a função de centro formal e funcional da cidade (Zenkner, 2002).

Em razão dos ciclos econômicos do algodão (1780 a 1820) e da cana-de-açúcar (1850 a 1870), que impulsionaram um rápido crescimento econômico do Maranhão e particularmente da cidade de São Luís devido às funções política e portuária, essas praças foram submetidas a melhorias urbanísticas e remodelações, adotando os padrões estilísticos europeus da época (Lopes, 2004).

Segundo Vieira Filho (1971), essas praças eram centros onde a vida coletiva pulsava, cenários de encontros de intelectuais, celebrações religiosas e movimentados mercados populares. Exemplo emblemático é a Praça João Lisboa (Figura 1), tradicionalmente chamada de Largo do Carmo, que foi o local das primeiras feiras da cidade e o primeiro abrigo público, sendo considerada [...] “o coração da cidade em que a noite instalava-se o ‘Senado da Praça’ e o DIVA (Departamento de Informação da Vida Alheia)” (Ferreira, 2016, p. 35).

Figura 1 - Praça João Lisboa (1908) em São Luís - MA



Fonte: Fotografia de Gaudêncio Cunha retirada livro “São Luís, 1908 * 2008 - A cidade no tempo”, de Ramos (2008).

Na primeira metade do século XX, esses espaços continuaram a ser alvos do planejamento urbano impulsionado pelo discurso da necessidade de modernização da cidade de São Luís. Um exemplo disso são as reformas empreendidas por Pedro Neiva de Santana, então prefeito do município, por meio do plano “O novo Plano da cidade”, que cortou as árvores existentes na Praça João Lisboa, ajardinou e modernizou a iluminação da Praça Gonçalves Dias (Lopes, 2004). Apesar dos esforços de modernização da cidade de São Luís, na segunda metade do século XX as praças passaram a servir a um público residente cada vez mais escasso em função do esvaziamento da área central e expansão dessa cidade (Cruz, 2011).

Ao tratar desse assunto, Silva (2022) explica que, em que pese muitas dessas praças perderem ao longo do tempo parte das funções que outrora desempenhavam, devido tanto ao esvaziamento da área central da cidade quanto à violência urbana, elas constituem-se espaços de representação simbólica para São Luís, que nos faz recordar e refletir sobre importantes acontecimentos e figuras históricas. Seus topônimos não só identificam esses lugares, mas também evocam as lembranças associadas a eles.

No século XXI, a relevância das praças como espaços livres significativos para a cidade de São Luís é evidenciada por meio das diversas ações direcionadas a elas no âmbito do planejamento urbano. O escopo dessas ações abrange a implantação e a realização de reformas e requalificações. É pertinente observar que tais iniciativas extrapolam as esferas de influência do poder municipal, a exemplo do Programa “Praças da Família”, iniciado em 2020 e implementado pelo Governo Estadual. Este programa tem viabilizado a criação de praças em diversos bairros, que sendo equipadas com quadras, *playgrounds* e academias ao ar livre, estabelecem-se como espaços significativos para o lazer e convívio em bairros em que a infraestrutura é deficiente (Figura 2).

Figura 2 - Praça da Família no Conjunto Habitacional São Raimundo, em São Luís - MA



Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2021).

No Centro Histórico de São Luís, essas ações particularizam-se por geralmente estarem inseridas em programas que visam à requalificação da área. Para citar algumas dessas, destacam-se o Programa de Revitalização do Centro Histórico, instituído pela Prefeitura Municipal de São Luís em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que no ano de 2020 requalificou as Praças da Bíblia, Praça da Misericórdia e Praça da Saudade, bem como o Programa Federal PAC Cidades Históricas, que promoveu a requalificação das praças Deodoro, Panteon e João Lisboa, entre os anos de 2017 e 2020.

Além disso, é relevante destacar o uso turístico desses espaços no Centro Histórico de São Luís. A Praça dos Poetas, no bairro Praia Grande, é um exemplo notável (Figura 3). Fruto das ações do Programa “Nosso Centro”, do Governo Estadual, essa praça se tornou um ponto de visitação proeminente para moradores, visitantes e turistas, por proporcionar uma apreciação paisagística única, possuir infraestrutura adequada e *insights* sobre a história cultural maranhense¹ (Marques, 2021). Outros exemplos são as praças Benedito Leite e João Lisboa, que desde 2017, aos domingos, recebem atividades da Feirinha

¹ Dentre os homenageados na Praça dos Poetas encontram-se poetas e romancistas maranhenses que tiveram relevância nacional como Ferreira Gullar, Gonçalves Dias, Nauro Machado, Bandeira Tribuzzi e Maria Firmina.

São Luís² (Figura 4), organizada pela Prefeitura com o intuito de fomentar o turismo e o comércio local através da comercialização e exposição de produtos agroecológicos, de artesanato, artes plásticas e literárias, gastronomia e das apresentações culturais, como o Tambor de Crioula e o Bumba Meu Boi, além de shows de artistas locais (São Luís, 2023).

Figura 3 - Praça dos Poetas no Centro Histórico de São Luís - MA



Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2020).

Figura 4 – Feirinha São Luís na Praça Benedito Leite em São Luís - MA



Fonte: Jornal O Imparcial (2020).

Cabe destacar, também, a importância das praças de São Luís para a promoção da saúde física e mental da população, o que foi evidenciado nos

² Devido ao reconhecimento de sua relevância social, a Feirinha São Luís tornou-se evento permanente no calendário cultural da cidade de São Luís através da aprovação do Projeto de Lei nº 179/200, votado no plenário da Câmara Municipal de São Luís em 2020.

estudos de Rodrigues, Aquino e Marques (2022), que ao analisarem a requalificação da Praça da Camboa, no bairro homônimo, destacaram que esses benefícios são potencializados quando há melhorias nas condições de infraestrutura e acesso. Em relação aos usos e apropriações desses espaços, Cruz (2011), ao estudar quatro praças de São Luís aponta que os usos sociais desses espaços variam de acordo com a facilidade de acesso, proximidade e sensação de intimidade. Esclarece o referido autor que nas áreas residenciais, a praça se integra ao cotidiano como cenário do dia-a-dia e opção de lazer próximo às residências, em que os usuários estabelecem redes de relações, resultando em interações mais intensas e duradouras. Em contraste, nas praças centrais, em que a vida comunitária é menos presente, a proximidade afetiva entre os usuários é menor, e as interações geralmente ocorrem entre desconhecidos ou estranhos

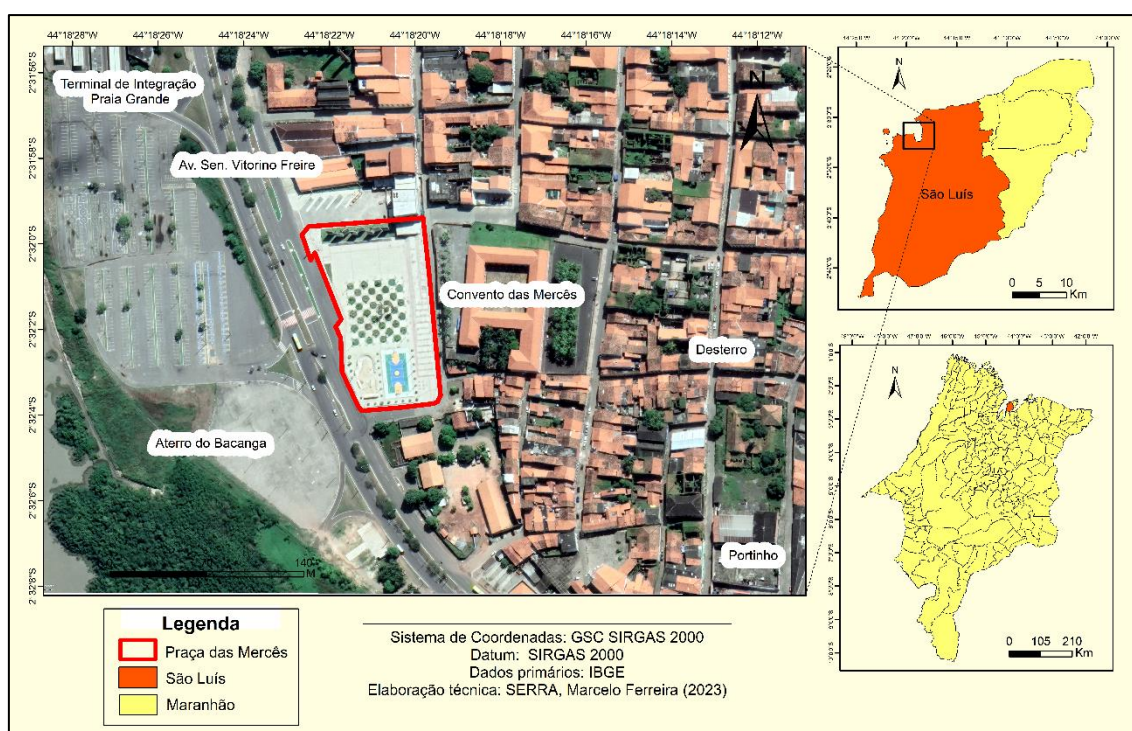
No que concerne à legislação urbanística vigente na cidade em tela, o Plano Diretor de São Luís (Lei nº 7.122, de 12 de abril de 2023), que serve como instrumento normativo orientador para a política de desenvolvimento, considera as praças públicas como Áreas de Interesse Paisagístico, conforme definido no Art. 107, inciso V. Além disso, no Art. 110, é prevista a utilização de áreas remanescentes de loteamentos para a implantação desses espaços como parte das ações estratégicas da Política da Paisagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização do objeto de estudo: a Praça das Mercês

A Praça das Mercês está localizada no bairro Desterro (Figura 5), que juntamente com a área conhecida como Praia Grande (parte do bairro Centro), representa o núcleo inicial da cidade de São Luís, tendo sido ocupado a partir de 1615 pelos colonizadores portugueses (São Luís, 2005). Durante os séculos XVIII e XIX, essa área se estabeleceu como um importante porto, desempenhando um papel fundamental como ponto de desembarque de mercadorias e escravos (Costa, 2014).

Figura 5 - Mapa de localização da Praça das Mercês, São Luís - MA

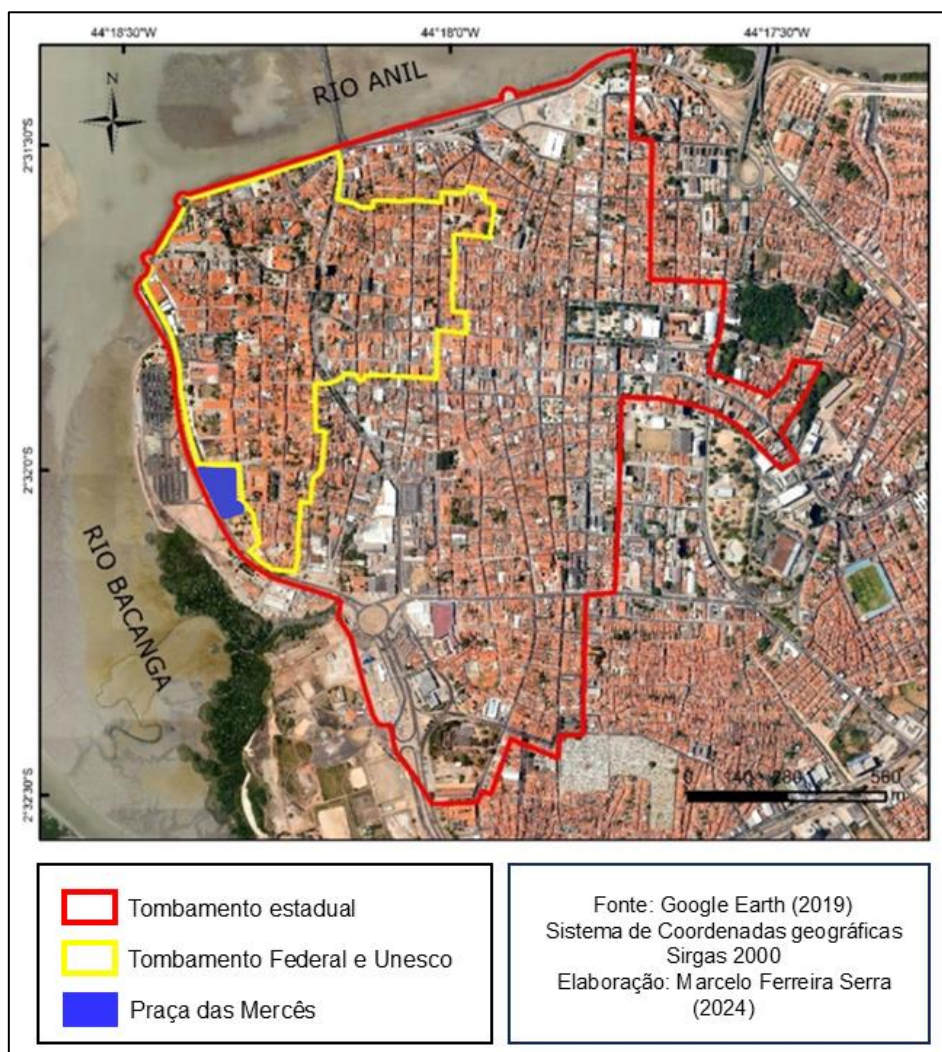


Fonte: Elaboração própria (2023).

O bairro do Desterro, junto a outros dez compõem o Centro Histórico de São Luís, situando-se na faixa costeira noroeste da Ilha do Maranhão, mais precisamente na confluência dos rios Anil e Bacanga. O Centro Histórico de São Luís é um espaço de grande valor paisagístico, arquitetônico, histórico e cultural, preservando uma malha urbana do século XVII que abriga o maior acervo arquitetônico de arquitetura civil de origem portuguesa do mundo, perfeitamente adaptada ao clima equatorial (Andrès, 2012). Em função de sua importância histórica, o perímetro em que se situa o bairro do Desterro e a Praia Grande

(parte do bairro Centro), é tombado pela esfera federal como Patrimônio Cultural do Brasil desde 1974, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela esfera estadual pelo Decreto n.º 10.089, de 6 de março de 1986. Desde 1997, a porção correspondente ao tombamento federal também ostenta o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, chancelado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Figura 6).

Figura 6 - Limites de tombamento do Centro Histórico de São Luís (MA)



Fonte: Elaboração própria (2024).

Fisicamente, o bairro Desterro divide-se em duas áreas: uma elevada; e outra baixa e plana; ambas limitadas pelo Rio Bacanga. Na área elevada, caracterizada principalmente pelo uso residencial e comercial, situa-se a maior parte do patrimônio tombado, destacando-se além dos imóveis residenciais de

arquitetura tradicional portuguesa, a Igreja de São José do Desterro e o Convento das Mercês. Na área baixa e plana, conhecida como Portinho, desenvolvem-se atividades econômicas ligadas à pesca (São Luís, 2007).

A área atualmente ocupada pela Praça das Mercês corresponde a um terreno situado no sopé do Convento das Mercês, edificação que remonta a 1655 (Lopes, 2008). Segundo sugere o laudo arqueológico de Melo Neto (2014), na segunda metade do século XVI, estabeleceu-se nesse terreno um trapiche, uma espécie de armazém para recepção e/ou despacho de cargas das mais diversas, não havendo informações precisas sobre o período em que iniciou e encerrou suas operações. Ao lado do terreno onde esteve instalado o trapiche funcionou o Dique das Mercês, espaço destinado para reparação de embarcações, estando atualmente ocupado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). Tanto o trapiche quanto o Dique das Mercês são representados em uma planta da cidade de São Luís datada de 1912, elaborada por Justo Jansen Ferreira (Figura 7).

Figura 7 - Planta da cidade de São Luís de 1912



Fonte: Jansen (1912).

Em 1961, a empresa Oleaginosas Maranhense S/A (OLEAMA) começou a operar na área, utilizando as instalações da antiga Usina Sônia, que já existia no local. A empresa manteve suas operações até 1975. Com a mudança dessa empresa para o distrito industrial de São Luís, o complexo fabril ficou inutilizado

até o final da década de 1990 (Matos, 2017). Segundo Melo Neto (2014), junto à fábrica da OLEAMA, ocupando um lote de dimensões mais reduzidas, existiam três galpões de reparos navais, pertencentes à empresa de vapores de origem inglesa *BoothLine*, contudo, não há registros precisos sobre o início ou o término das atividades desses galpões. No registro fotográfico capturado por Edgar Rocha em 1987 e incluído no livro "*São Luís: Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade*", de Andrès (2012), é possível visualizar a fábrica da Oleama e os galpões da empresa *Boothline* (Figura 8).

Figura 8 - Fábrica da OLEAMA e galpões da *Boothline*, em 1987



Fonte: Adaptado de Andrès (2012).

Em 1999, sob a direção do então Superintendente Regional do IPHAN, Joaquim Itapary, foram demolidos os galpões onde operava a *Boothline* e a maior parte das ruínas da Fábrica da OLEAMA. A justificativa para essa ação foi a de que as ruínas afetavam negativamente a paisagem do sítio urbano e não possuíam proteção por qualquer ato de tombamento (Silva, 2011). O espaço em frente ao convento constituiu-se, a partir desse momento, em um vazio urbano marcante na paisagem do Centro Histórico de São Luís (Figura 9), permanecendo sem uso definido até a implantação da Praça das Mercês.

Figura 9 - Terreno onde foi implantada a Praça das Mercês, em 2014



Fonte: Melo Neto (2014).

As obras para implantação da Praça das Mercês tiveram início em fevereiro de 2020 e foram concluídas em dezembro do mesmo ano. Sua execução foi realizada por meio da parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Prefeitura Municipal de São Luís e a empresa Vale S/A. A obra é originária do Programa “PAC Cidades Históricas”, iniciativa do governo federal que em 2013 foi destinada exclusivamente para obras de restauração e requalificação de edifícios e espaços públicos dos sítios históricos urbanos protegidos pelo citado instituto. O “PAC Cidades Históricas” constitui uma vertente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenada pelo Ministério do Planejamento, com o objetivo de retomar o planejamento e a execução de importantes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética em todo o Brasil. A Praça das Mercês, nesse contexto, foi concebida como novo espaço de cultura e lazer para a população, além de reforçar a vocação turística da capital do Maranhão (IPHAN, 2020) (Figura 10).

Figura 10 - Vista aérea da Praça das Mercês



Fonte: IPHAN (2020).

Em novembro de 2023, a Praça das Mercês foi requalificada para receber o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão. Esta iniciativa contou com o patrocínio do Instituto Cultural Vale, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e foi realizada pela Prefeitura de São Luís, com a colaboração da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH). Como parte da requalificação, foram instalados oito painéis artísticos com 6m x 4,80m, produzidos por artistas negros maranhenses³, cada um enfatizando uma temática relacionada diretamente com o protagonismo do povo negro e suas contribuições formadas a partir do seu processo de (re) adaptação nos territórios onde vivem e/ou atuam. Também foi instalado um painel de granito negro, com 45 metros de extensão que exibe dados sobre as datas, os portos de embarque, os nomes dos navios e a quantidade de africanos de várias nações que chegaram ao Maranhão entre 1693 e 1841.

A Praça das Mercês ocupa uma área de 11.734,97 m² e está estruturada em 10 partes (Figura 11): (1) mirante e Posto Policial; (2) Monumento à Diáspora Africana no Maranhão, que serve também como elemento de definição do limite

³ O projeto para instalação do Monumento a Diáspora Africana no Maranhão foi desenvolvido por uma comissão composta de pessoas envolvidas nos movimentos negros e por estudiosos especializados nos temas relacionados ao monumento. Os temas abordados em cada um dos oito painéis e seus respectivos artistas criadores são: Baobá: origens diaspóricas (Elisabete Nascimento); Matrizes africanas: religiosidades (Sônia Nogueira); Territorialidade: pertencimento ao lugar (Ncinha Durans); Culinária: afeto e empoderamento (Alberto Rodrigues); Tecnologias africanas: base e inspiração (Alberto Rodrigues); Arte e cultura: expressões, memórias e heranças (Goreth Pereira); Intelectualidades Negras (Pietra D'Ofá) e (Re)Existências: historicidade e militância (Luanda Martins Campos).

Norte da praça; (3) trecho destinado ao estacionamento de ônibus de turismo e de veículos; (4) trecho aberto para a realização de eventos; (5) faixa reservada para estacionamento de veículos; (6) trecho central ajardinado, servindo para lazer e descanso; (7) pista de *skateboard*; (8) quadra poliesportiva; (9) academia ao ar livre; (10) Escadaria.

Figura 11 - Partes da Praça das Mercês



Fonte: Elaboração própria (2024).

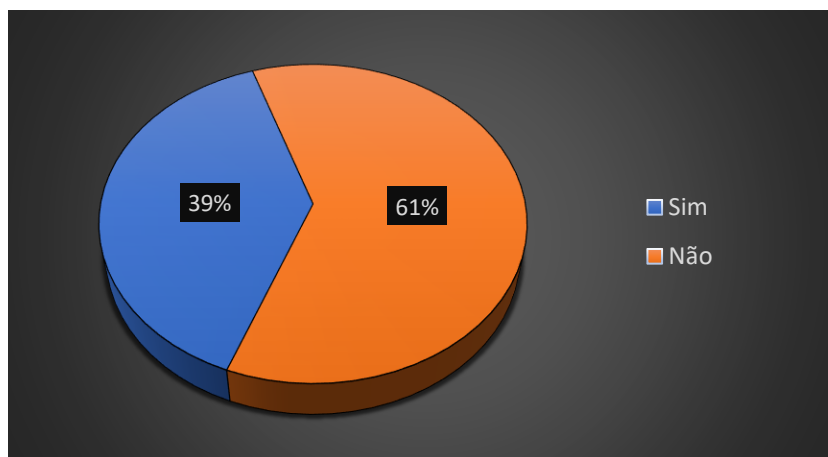
4.2 Formulários

4.2.1 Perfil dos usuários

Em relação à primeira parte do formulário, na questão que buscou identificar se os usuários residem ou não no entorno da praça em tela (bairros Madre Deus, Centro e Portinho), constatou-se que a maioria dos usuários reside fora do entorno (61%), enquanto 39% residem próximo (Gráfico 1). Quanto ao

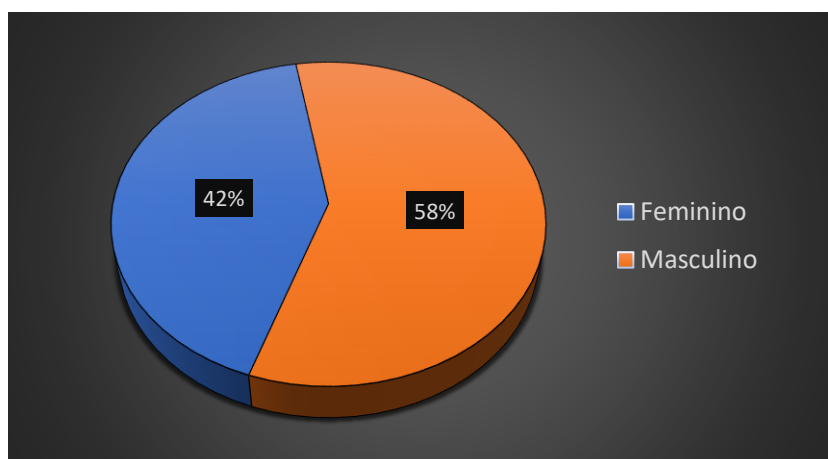
gênero, a maioria é do gênero masculino (58%) (Gráfico 2). Em se tratando da faixa etária, a de maior expressão é a que varia de 41 a 59 anos, pois nela estão inseridos 45% do total dos informantes. A segunda faixa etária mais expressiva é de 60 anos ou mais anos, representada por 25%. As faixas etárias restantes, de 18 a 30 anos e de 31 a 40 anos, somadas, correspondem a 28% dos informantes (Gráfico 3).

Gráfico 1 - Questão 1 “Você reside no entorno da Praça?”



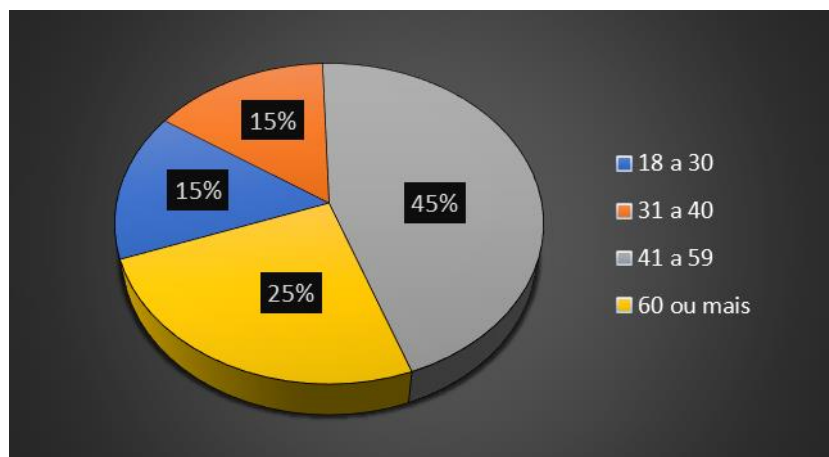
Fonte: Elaboração própria (2024).

Gráfico 2 - Questão 2 “Gênero dos usuários da Praça das Mercês”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Gráfico 3 - Questão 3 “Faixa etária dos usuários da Praça das Mercês”



Fonte: Elaboração própria (2024).

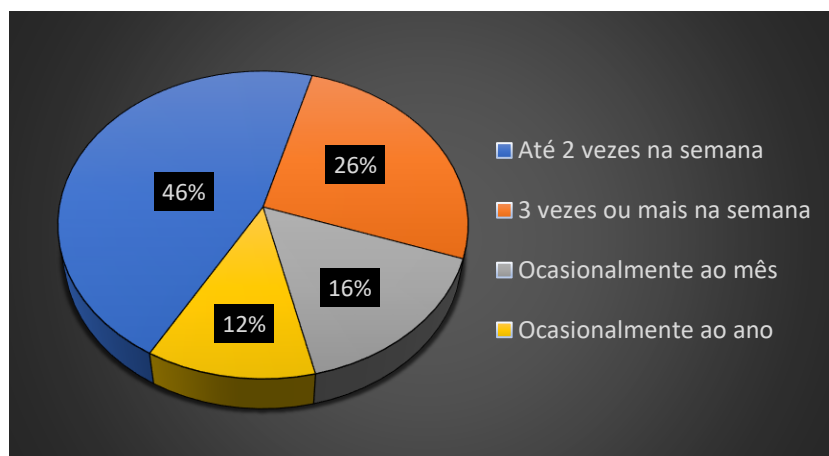
A análise do perfil dos usuários da Praça das Mercês revela que a maioria dos frequentadores não reside no entorno imediato da praça, o que reforça a importância desse espaço além das fronteiras do bairro em que está localizado, assim como a sua plena funcionalidade. Embora a praça seja utilizada por pessoas de todas as faixas etárias, observa-se uma predominância de usuários do gênero masculino. Quanto a esse aspecto, não é possível determinar com precisão os fatores que contribuem para tal fenômeno. No entanto, é relevante destacar que, conforme Borja e Muxí (2003), a inclusão e a diversidade de usuários são indicadores fundamentais da qualidade física e espacial dos espaços públicos. Nesse sentido, a Praça das Mercês apresenta certa limitação.

4.2.2 Perfil do uso

Nesta segunda parte do formulário, que buscou identificar o perfil de uso da praça, os resultados foram os seguintes:

Para a questão 4, que objetivou identificar a frequência de utilização da Praça das Mercês, a maioria dos informantes (46%) respondeu que utiliza a praça 2 vezes ou mais na semana, enquanto 26% a utilizam até 3 vezes na semana, 16% revelaram que ocasionalmente ao mês e 12% ocasionalmente ao ano (Gráfico 4).

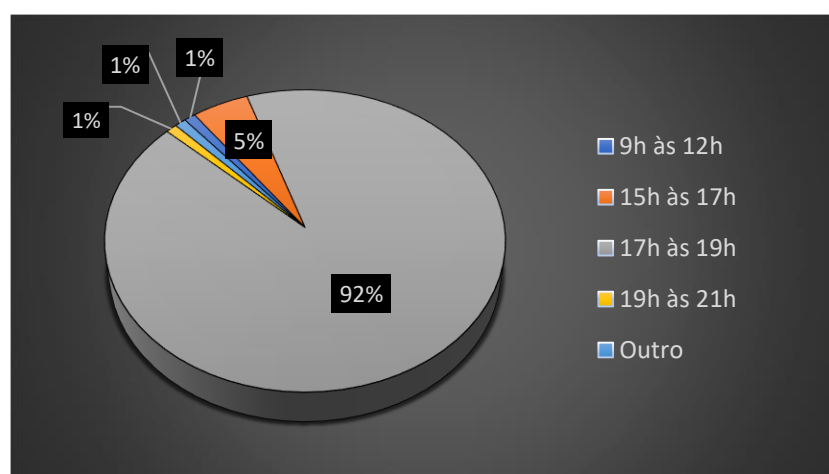
Gráfico 4 - Questão 4 “Quantas vezes você costuma vir à praça?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação aos horários que os usuários mais utilizam a Praça das Mercês, as respostas da questão 5 revelaram que a grande maioria dos informantes (92%) utiliza o espaço das 17h às 20h, enquanto 5% a frequentam entre as 15h e 17h (Gráfico 5).

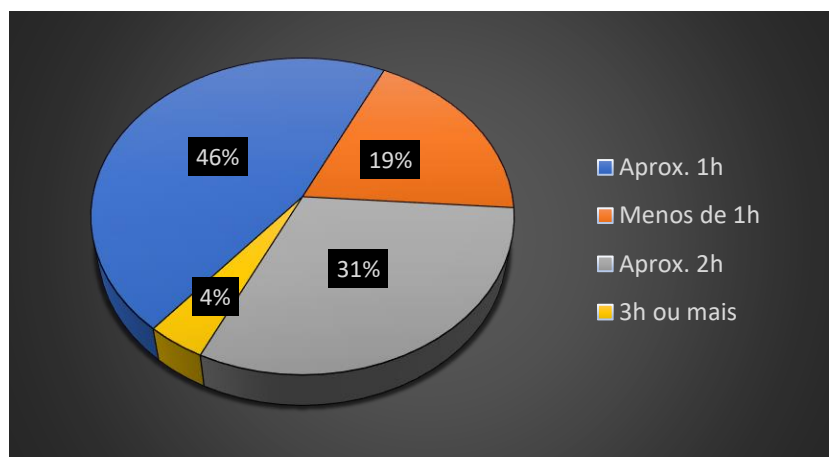
Gráfico 5 - Questão 5 “Qual horário geralmente mais utiliza?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Quanto ao tempo de permanência na praça em tela, os resultados das respostas da questão 6 assim ficaram: 46% responderam que permanecem aproximadamente 1h; 31% afirmaram permanecem aproximadamente 2h; 19% responderam que permanecem menos de 1h; e 4% disseram que permanecem 3h ou mais (Gráfico 6).

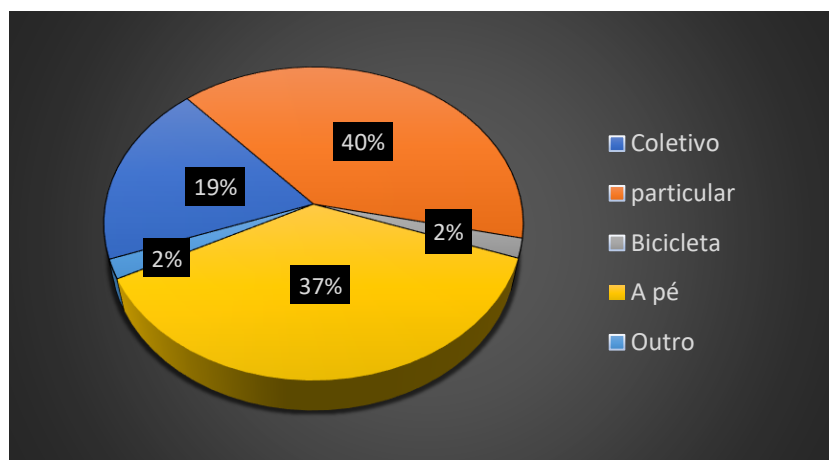
Gráfico 6 - Questão 6 “Quanto tempo geralmente permanece na Praça?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Para as respostas da questão 7, que buscou identificar as formas de deslocamento até a praça referida, os dados revelam que a maioria se desloca por transporte particular (40%) e a pé (37%) (Gráfico 7).

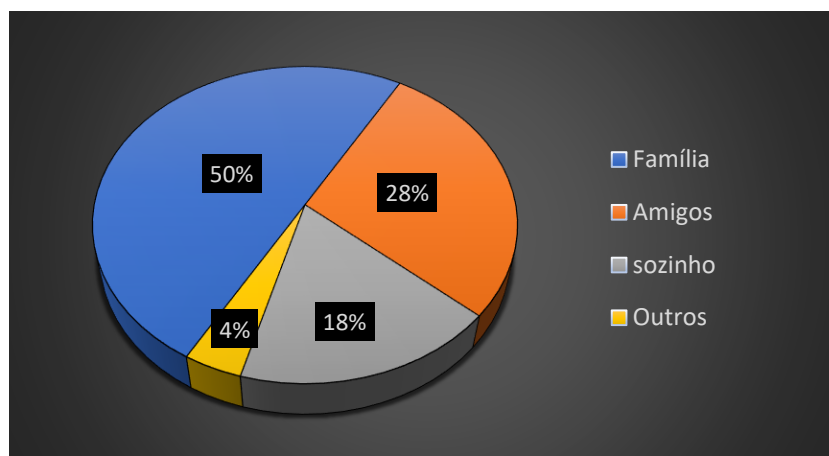
Gráfico 7 - Questão 7 “De que forma você costuma se deslocar até essa Praça?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Na questão 8 (“Com quem você costuma frequentar a praça?”), a maioria dos informantes relatou frequentar a Praça das Mercês na companhia de alguém, principalmente por familiares (55%) e amigos (20%) (Gráfico 8).

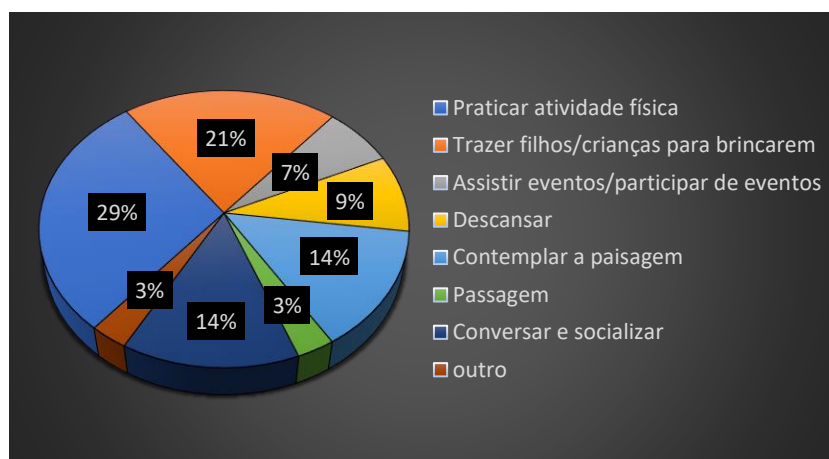
Gráfico 8 - Questão 8 “Com quem você costuma frequentar a Praça?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

A questão 9, que buscou identificar quais atividades são mais realizadas na praça pelos usuários, 29% utilizam o espaço para praticar atividade física, sendo também significativo o uso recreativo revelado na resposta “trazer filhos/crianças para brincarem (21%) e conversar e socializar (14%) (Gráfico 9).

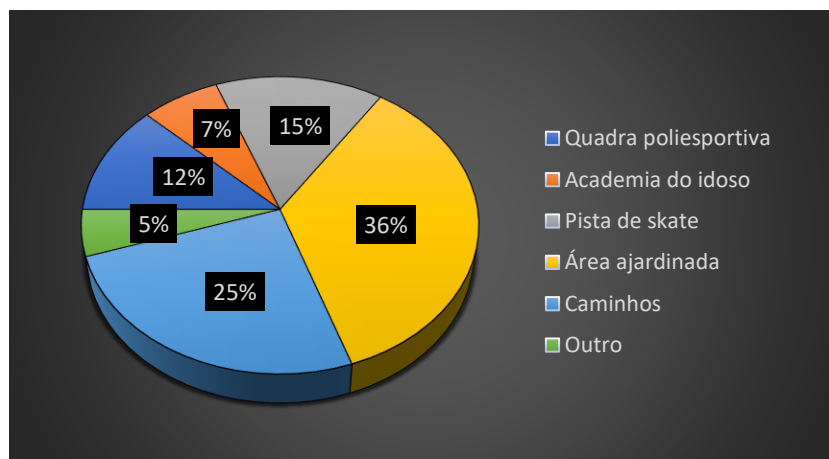
Gráfico 9 - Questão 9 “Com que finalidade você mais vem a Praça?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação às partes mais utilizadas da praça, levantada na questão 10, sobressaem-se a área ajardinada (36%) e os caminhos (25%) (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Questão 10 “Qual parte da praça você mais utiliza?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em síntese, os resultados da segunda parte do formulário revelaram que os usuários da Praça das Mercês têm contato frequente com esse espaço, sendo uma parte regular de suas rotinas, independentemente de viverem ou não nas suas proximidades.

A preferência de utilização no horário das 17h às 19h (Gráfico 5) ratifica o que foi observado durante visita exploratória visando definir horário para coleta de dados: uma subtilização da Praça das Mercês no período matutino e início do período vespertino. As longas permanências verificadas (Gráfico 6) são um indicativo do quão atrativa e funcional é a referida praça para seus usuários, conforme indicado pela teoria de Gehl (2013), que destaca a permanência como um indicador de um espaço público bem utilizado.

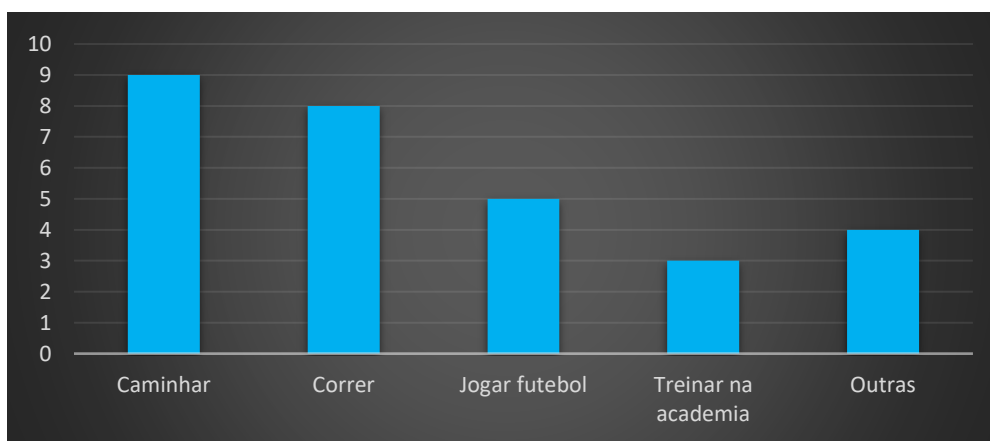
Em relação às formas de deslocamento para a praça em questão, tem-se que boa parte das respostas que indicou que a maioria se desloca por transporte particular (Gráfico 7) é derivada do fato de a maioria dos informantes não residirem no entorno da Praça das Mercês. O fato de 19% desses informantes se deslocarem por transporte coletivo reforça que a localização da praça é acessível para quem utiliza essa modalidade de transporte.

O fato de que os usuários frequentam a Praça das Mercês principalmente na companhia de amigos e familiares (Gráfico 8) destaca o papel do desse espaço como local de encontro e convívio. Além disso, contrastando com as conclusões de Cruz (2011) sobre outras praças centrais de São Luís, em que as interações sociais ocorrem principalmente entre desconhecidos, na Praça das

Mercês, a familiaridade entre os frequentadores desempenha um papel significativo na vivência do espaço público.

Dentre as funções que tal praça desempenha, as respostas revelam que proporcionar o lazer ativo é a mais significativa (gráfico 9), sendo caminhar e correr as atividades físicas mais praticadas (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Atividade físicas mais praticadas na Praça das Mercês



Fonte: Elaboração própria (2024)

Essa característica é potencializada pela boa oferta de equipamentos voltados à prática de atividade física, que atrai públicos de diferentes faixas etárias. Entretanto, torna-se necessário fazer algumas observações quanto aos usos e perfil dos usuários na quadra poliesportiva e na pista de *skate*.

A quadra poliesportiva, mencionada por 12% dos entrevistados como um dos espaços mais utilizados na Praça das Mercês (Gráfico 10), é, conforme observado durante toda a etapa de trabalho de campo, a parte mais intensamente utilizada, especialmente por crianças e adolescentes, público não contemplado na aplicação dos formulários (Figura 12).

Figura 12 - Crianças e adolescentes utilizando a quadra poliesportiva



Fonte: Elaboração própria (2024).

Da mesma maneira, a pista de *skate*, que representa 15% das respostas na mesma questão, foi observada uma considerável presença de crianças, que diante da ausência de um espaço específico para recreação, utilizam o local para inúmeras brincadeiras (Figura 13), enquanto a prática real de *skateboard* foi notada apenas em alguns poucos usuários.

Figura 13 - Crianças brincando na pista de Skate



Fonte: Elaboração própria (2023).

A popularidade da área ajardinada, evidenciada no Gráfico 10, pode ser atribuída ao fato de que é essa área que concentra o maior número de bancos da Praça em tela (Figura 14), tornando-a especialmente convidativa para uso.

Conforme observa Gehl (2013), esse mobiliário urbano é um dos que mais incentivam a permanência das pessoas nos espaços públicos.

Figura 14 – Área ajardinada da Praça das Mercês

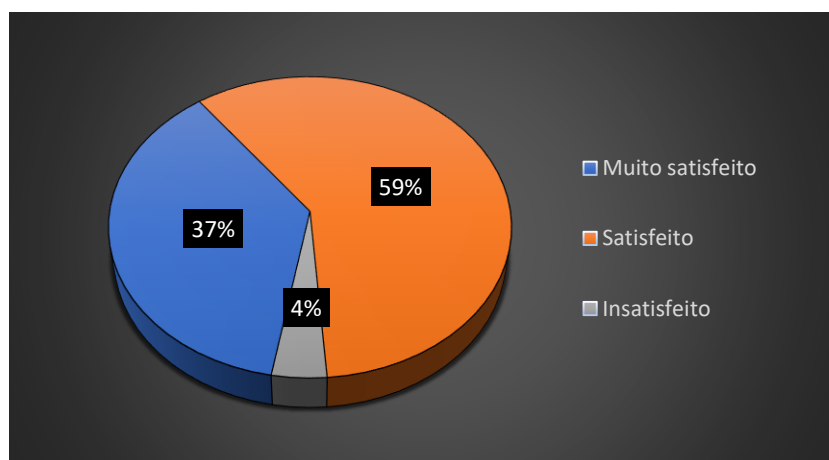


Fonte: Elaboração própria (2024).

4.2.3 Opiniões

Em relação ao nível de satisfação com a Praça das Mercês, as respostas evidenciaram que os usuários no geral aprovam o espaço, pois 59% deles estão muito satisfeitos e 37% satisfeitos (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Questão 11 “Como você se sente em relação à Praça das Mercês?”

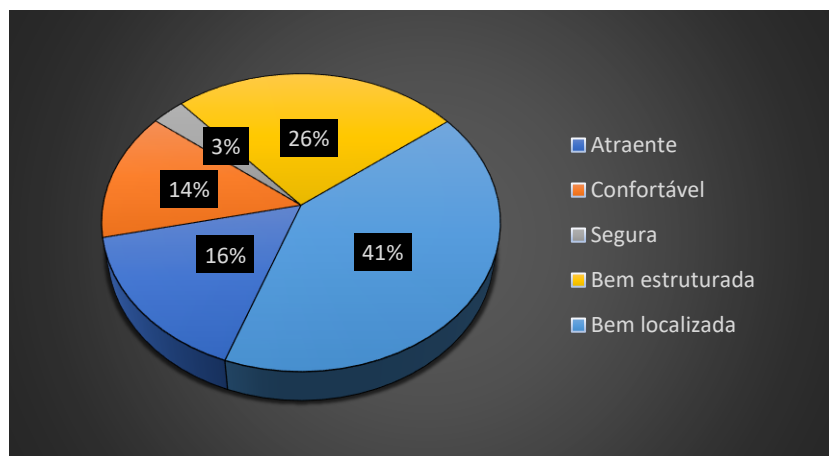


Fonte: Elaboração própria (2024).

Na questão 12, relativa à qualidade que melhor define a praça em análise, as respostas foram as seguintes: 41% definem como “Bem localizada”; 26%

“Bem estruturada”; 16% “Atraente”; e 14% “Confortável” e somente 3% como segura (Gráfico 13).

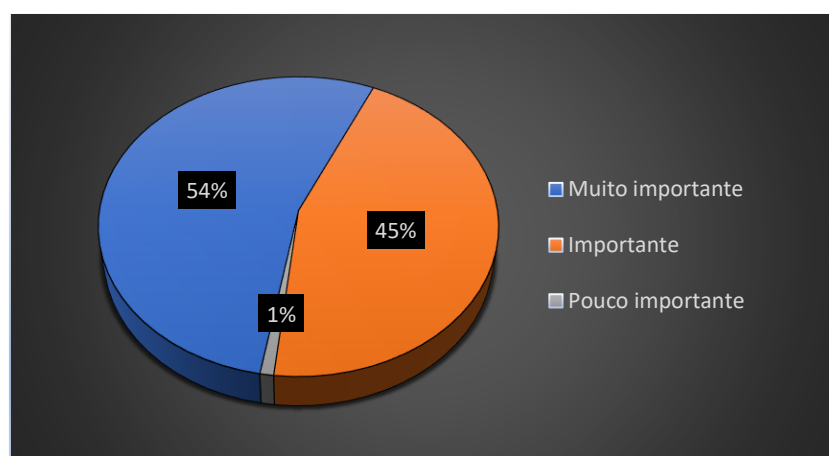
Gráfico 13 - Questão 12 “Das qualidades abaixo, qual você acha que melhor caracteriza a praça?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Quanto à importância da Praça das Mercês para São Luís, conforme investigado na pergunta 13, a grande parte das respostas enfatiza a relevância do espaço, com 54% dos entrevistados classificando-a como "Muito importante" e 45% como "Importante" (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Questão 13 “Em sua opinião qual a Importância da Praça das Mercês para a cidade?”

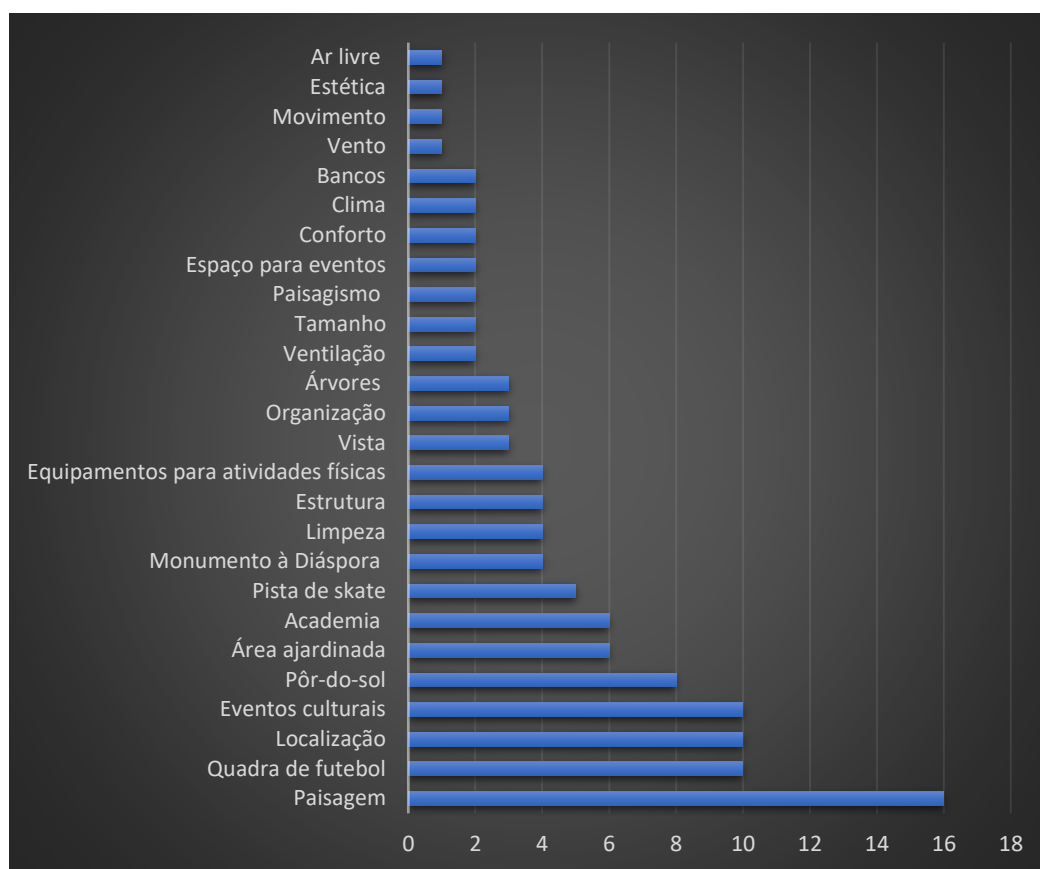


Fonte: Elaboração própria (2023).

Para a questão 14, que buscou saber o que os usuários mais gostam na Praça das Mercês, inúmeros aspectos foram destacados, com especial

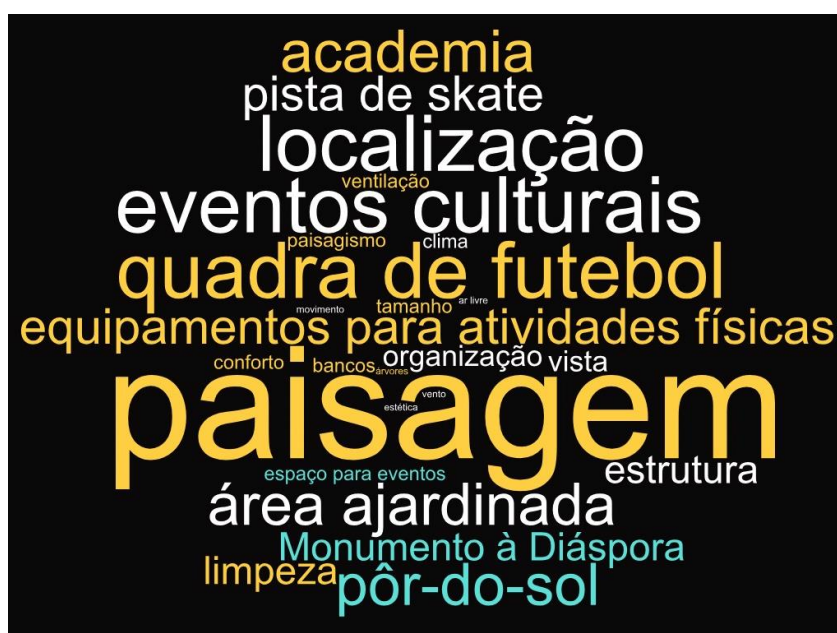
relevância para a paisagem, quadra de futebol, eventos culturais e localização (Gráfico 15; Figura 15).

Gráfico 15 - Questão 14 “O que os usuários mais gostam na Praça das Mercês”



Fonte: Elaboração própria (2024).

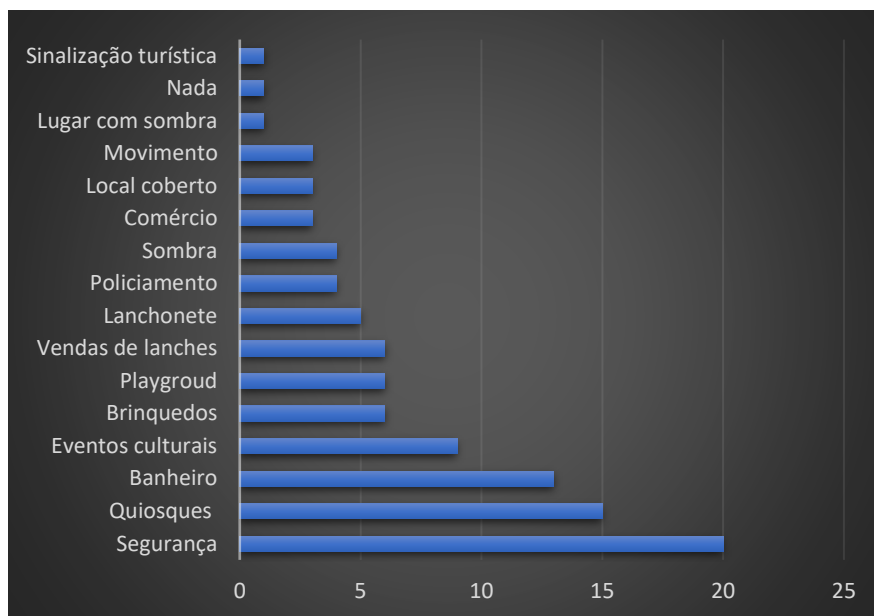
Figura 15 - Questão 14 “O que os usuários mais gostam na Praça das Mercês”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação à questão 15 do formulário (“O que você mais sente falta nesta praça e que gostaria que tivesse para ser mais atrativa?”), as respostas foram variadas, mas abrangendo tanto elementos associados à infraestrutura como aos serviços da Praça das Mercês (Gráfico 16; Figura 16).

Gráfico 16 - Questão 15 “O que os usuários mais sentem falta na Praça das Mercês e que gostaria que tivesse para ser mais atrativa?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

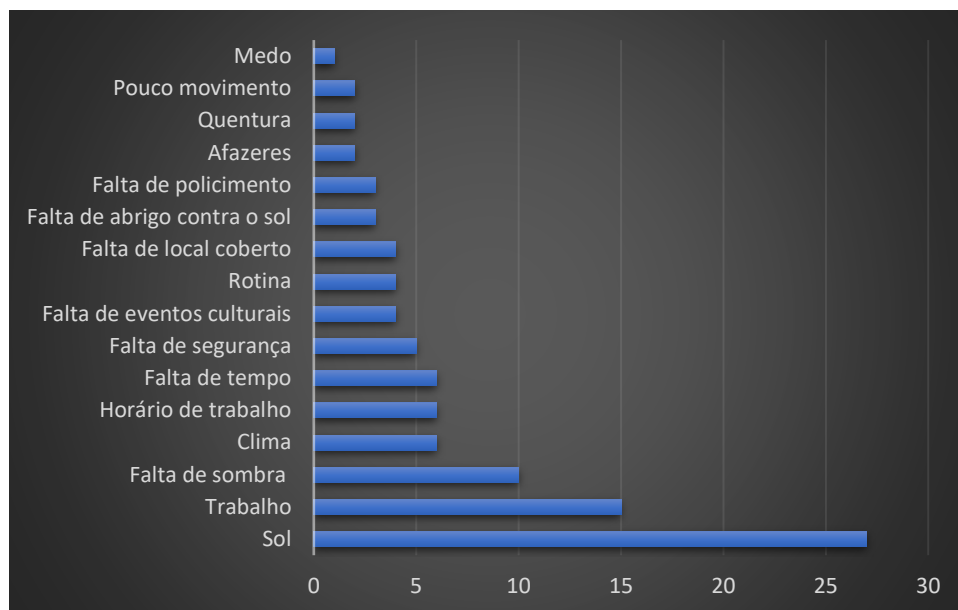
Figura 16 - Questão 15 “O que os usuários mais sentem falta na Praça das Mercês e que gostaria que tivesse para ser mais atrativa?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

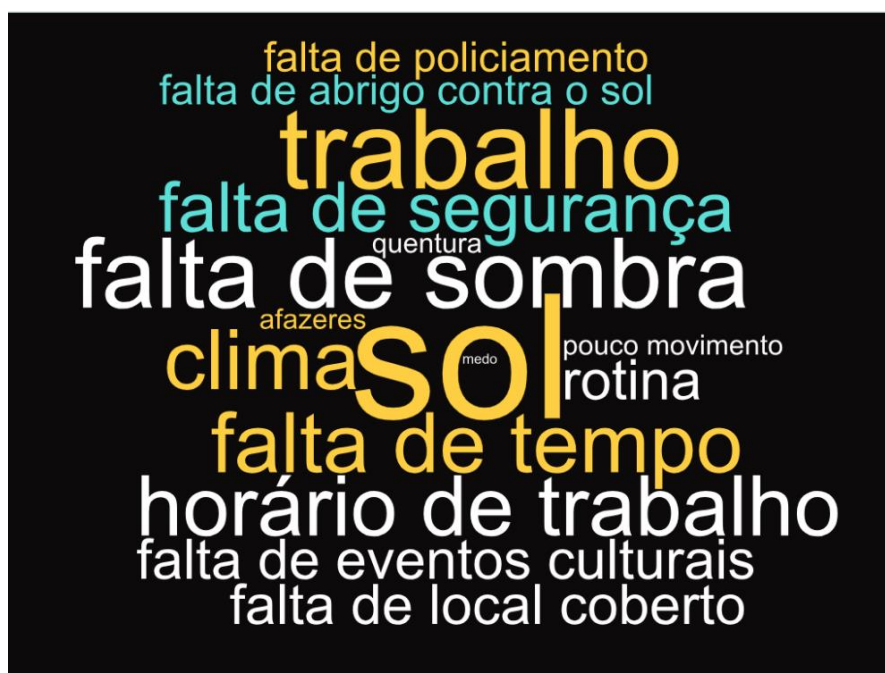
Na questão 16 (“Por qual motivo a praça é pouco utilizada durante os períodos da manhã e começo da tarde?”), as respostas dos informantes destacaram tanto aspectos ambientais quanto fatores responsáveis pela subutilização da Praça das Mercês nos períodos da manhã e tarde (Gráfico 17; Figura 17).

Gráfico 17 - Questão 16 “Na sua opinião, por qual motivo a praça é pouco utilizada durante os períodos da manhã e começo da tarde?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 17 - Questão 16 “Na sua opinião, por qual motivo a praça é pouco utilizada durante os períodos da manhã e começo da tarde?”



Fonte: Elaboração própria (2024).

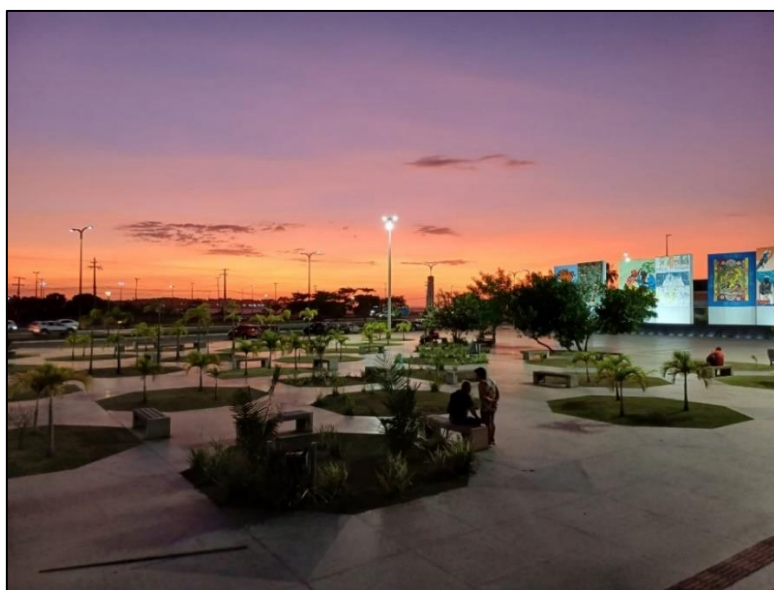
A análise das opiniões dos frequentadores da Praça das Mercês em relação às questões 11 (Gráfico 12), 12 (Gráfico 13) e 13 (Gráfico 14) evidencia que a maioria tem uma visão positiva desse espaço público livre, reconhecendo nele diversas características urbanas e percebendo sua importância como um elemento essencial da infraestrutura da cidade de São Luís.

Em relação às respostas das questões abertas dos formulários é possível fazer algumas inferências.

As respostas para a questão que buscou saber o que os usuários mais gostam na Praça das Mercês (Figura 15) revela que os usuários da praça apreciam uma combinação de elementos, tanto de infraestrutura física e aspectos estéticos/visuais, como a "paisagem" e o "pôr-do-sol", quanto a programação cultural do espaço. Essa diversidade de aspectos destacados sugere que a praça referida atende a uma ampla gama de interesses e necessidades dos usuários.

A menção recorrente ao termo "paisagem" como um dos aspectos mais apreciados na Praça das Mercês ressalta sua distinção estética no contexto urbano de São Luís (Figura 18). Essa preferência evidencia a atratividade da praça e sua contribuição para o embelezamento da cidade, além de reforçar seu papel como ponto de referência cênica na capital maranhense.

Figura 18 – Vista da Praça das Mercês



Fonte: Elaboração própria (2024).

As menções a "eventos culturais" destacam o papel especial desse aspecto para a sociabilização na Praça das Mercês, tornando-o uma característica referencial do local. Entre os equipamentos destinados à prática de atividades físicas, a "quadra de futebol" foi a mais frequentemente mencionada pelos informantes, indicando uma elevada aceitação e aprovação por parte dos usuários.

As menções à "localização" sugerem que a praça se beneficia de uma posição geográfica estratégica, que atrai frequentadores por sua facilidade de acesso e proximidade com pontos de interesse, como o terminal de Integração da Praia Grande e a área comercial e turística da Praia Grande. Além disso, há instituições governamentais e educacionais situadas no entorno, como a Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão, o Museu Cafua das Mercês e o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP). É importante destacar também o próprio Convento das Mercês, onde está instalada a Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB), que, além de funcionar como museu, é um espaço frequentemente utilizado para eventos culturais da cidade de São Luís. Outro ponto relevante é que, nas quintas-feiras, uma feira livre itinerante acontece em um terreno localizado em frente à Praça das Mercês, do lado oposto da Avenida Vitorino Freire (Figura 19), contribuindo para um aumento expressivo no fluxo de pessoas na área.

Figura 19 - Feira Itinerante nas margens da Av. Vitorino Freire



Fonte: Elaboração própria (2024).

No tocante às respostas para a questão que intencionou identificar o que os usuários mais sentem falta na Praça das Mercês e que gostaria que tivesse para ser mais atrativa (Figura 15) as palavras mais mencionadas fornecem uma visão clara dos elementos que os frequentadores consideram essenciais para a melhoria do supracitado espaço.

A repetida menção ao termo "segurança" indica que a insegurança é uma das maiores preocupações dos frequentadores da Praça das Mercês. Ressalta-se que embora exista um posto da Guarda Municipal na praça em tela, a ausência de rondas, constatado durante toda a etapa de trabalho de campo, gera uma sensação de vulnerabilidade e medo, que, segundo Mendonça (2007) e Queiroga (2012), é um dos fatores que fazem pessoas evitarem utilizar os espaços públicos, fazendo-as optarem por espaços privados.

As menções dos termos "quiosques", "venda de lanches", "comércio", "lanchonetes" indicam que a Praça das Mercês é pouca atrativa para quem procura serviços de alimentação devido à ausência de comercialização de gêneros alimentícios, inclusive no seu entorno imediato, sendo esse um aspecto muito distinto desse espaço. Ressalta-se ainda que em nenhum momento durante as etapas de trabalho de campo foi observado a presença de vendedores ambulantes. A comercialização de gêneros alimentícios é, conforme destacado por Robba e Macedo (2010) e Gatti (2017), um elemento importante para aumentar a atratividade de praças públicas.

As menções "brinquedos" e "playground" indicam que, apesar da frequência considerável de crianças na Praça das Mercês, a experiência recreativa poderia melhor ser potencializada com a presença de equipamentos especialmente destinados a esse público.

A falta de banheiros na Praça das Mercês foi outro aspecto bastante citado pelos respondentes. Em que pese esse não ser um equipamento muito presente nos espaços públicos da cidade de São Luís, atender a essa demanda básica iria aprimorar a experiência dos frequentadores, principalmente em um espaço usado para atividades físicas com estadias prolongadas e que tem sediado eventos culturais.

As menções aos termos “Sombra”, “local coberto”, “lugar com sombra”, “abrigo contra o sol” indicam que a Praça das Mercês se mostra consideravelmente limitada em termos da sua capacidade de amenizar o microclima (Queiroga, 2012), melhorar a insolação de áreas altamente adensadas (Robba; Macedo, 2010) e oferecer proteção às variações climáticas (Leitão, 2002). Analisando o projeto paisagístico implementado no local, fica evidente que os responsáveis por sua concepção negligenciaram esse aspecto, tendo optado pelo plantio de espécies vegetais com pouca capacidade de oferecer sombra, que cumprem apenas uma função paisagística (Figura 20).

Figura 20 - Espécies vegetais na Praça das Mercês



Fonte: Elaboração própria (2023).

É fundamental destacar que, apesar da diversidade de usos, elementos, formas, cores e materiais ser uma característica expressiva no desenvolvimento de projetos de praças contemporâneas, essa flexibilidade não deve negligenciar a priorização dos usos que melhor atendam às demandas urbanísticas da cidade. Nesse sentido, frisa-se que a arborização se constituiu numa solução recomendada para praças diante do clima brasileiro, pois permite a permanência da população, mesmo em horários de sol a pino e em temperaturas externas superiores a 30°C (Queiroga, 2012).

Em resumo, as respostas para a questão indicam que as principais melhorias necessárias na Praça das Mercês para torná-la mais atrativa incluem

o aumento da segurança, a instalação de banheiros públicos, a criação de áreas sombreadas e cobertas, a inclusão de pontos de vendas, brinquedos e o fortalecimento de eventos culturais. A segurança e a inclusão de pontos de vendas e banheiros são as prioridades mais urgentes, seguidos pela necessidade de mais infraestrutura para suporte ao lazer e à cultura.

Um modelo de espaço público que atende a necessidades não contempladas na Praça das Mercês é a Praça da Bíblia (Figura 21), situada no Centro de São Luís entre as avenidas Kennedy e Guaxenduba. Na requalificação realizada em 2020 pelo Poder Público Municipal, foram instalados quiosques de alimentação e playground para recreação infantil, além de mantidas as espécies vegetais frondosas que fornecem sombra ao longo de quase toda a praça. Ou seja, as intervenções adotadas no espaço ampliaram as possibilidades de lazer, mas também se preocuparam em garantir o conforto térmico, o que resultou num espaço agradável e acolhedor para o uso em variados momentos do dia.

Figura 21 - Praça da Bíblia no Centro de São Luís, MA



Fonte: O imparcial (2020)

Quanto à subutilização da Praça das Mercês durante as manhãs e o início da tarde, apontada na questão 16 (Figura 17), pode ser atribuída a vários fatores. De modo geral, os termos mencionados pelos informantes indicam que as principais causas para esse fenômeno são a falta de áreas sombreadas para proteção contra a intensidade do sol e a dinâmica diária da vida urbana, na qual os trabalhadores dispõem de pouco tempo livre para o lazer durante a maior parte do dia, em especial no horário comercial.

4.2.4 Avaliação dos aspectos gerais da praça

De forma geral, a Praça das Mercês apresenta boa avaliação em termos de conservação, acesso, iluminação, piso e limpeza. No entanto, a segurança (22% ruim; 42% regular) e os equipamentos para atividades físicas (10% ruim; 31% regular) são itens que necessitam de atenção (Tabela 1). Melhorias nesses aspectos poderiam aumentar significativamente a satisfação dos usuários dessa praça.

Tabela 1 - Avaliação dos aspectos gerais da Praça das Mercês

Itens avaliados	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
Conservação/manutenção	3%	23%	53%	21%
Acesso	0%	11%	67%	22%
Iluminação	4%	16%	69%	11%
Segurança	22%	42%	31%	5%
Arborização e conforto ambiental	5%	36%	43%	16%
Piso	2%	6%	59%	33%
Limpeza	1%	11%	56%	32%
Equipamentos para atividades físicas	10%	31%	37%	22%

Fonte: Elaboração própria (2024).

4.3 Entrevista com representante comunitário

A entrevista com o representante comunitário foi realizada com o intuito de aprofundar a compreensão sobre os benefícios que a Praça das Mercês trouxe para a comunidade local, além de investigar aspectos relacionados à participação da mesma em sua implantação e manutenção. Para isso, recorreremos à entidade de representação da área, neste caso, a União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís, que além do Desterro, inclui o bairro Centro e o área do Portinho. Essa entidade foi criada em 30 de julho de 1995 com o objetivo de defender os interesses da comunidade, participando e acompanhando, sempre que possível, das políticas públicas implementadas nessa parte da cidade.

O representante entrevistado foi Denis Cutrim de Lima, que atua como secretário da entidade. Residindo há 59 anos em uma casa no Beco da Lapa,

uma via de acesso imediato à Praça das Mercês, o secretário da União dos Moradores do Centro Histórico tem acompanhado de perto as transformações ocorridas na área nos últimos anos. A entrevista (APÊNDICE B) ocorreu na residência do entrevistado em 3 de dezembro de 2023; no entanto, em função de algumas questões que precisaram ser esclarecidas, se fez necessário realizar outra entrevista, que ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2024. As falas do entrevistado serão aqui identificadas pela sigla RC (Representante Comunitário).

Inicialmente, ao ser questionado se havia alguma expectativa da comunidade para que o Poder Público destinasse algum uso social no local que hoje é a Praça das Mercês por meio da construção de algum espaço público, o entrevistado ressaltou que: “Foi pedido por muito tempo algo pra ser feito aqui, tanto no espaço que hoje é a praça como no prédio que sobrou da OLEAMA, foi uma demanda que ficou em aberto por praticamente 20 anos” (RC, 2023). A respeito desta fala do entrevistado, essa longa espera pela construção de um equipamento público na área reflete a ausência de um planejamento urbano mais efetivo, que poderia ter proporcionado o aproveitamento mais rápido do espaço.

O representante comunitário destacou que o espaço, antes da construção da Praça das Mercês, nunca foi utilizado pela comunidade. Além disso, o local era considerado perigoso, sendo frequentemente ocupado por dependentes químicos e marcado por atos recorrentes de violência.

Esse espaço era um espaço marginalizado, depois que a OLEAMA foi demolida, como eu falei, essa área ficou como uma Cracolândia, haviam muitos moradores de rua que consumiam todo tipo de droga. Então aqui aconteceram vários assaltos, inclusive de pessoas que não moravam aqui, mas frequentavam o centro que foram assaltadas naquele setor ali. Alguns assaltos, alguns eventos de criminalidade por conta do tráfico de droga, do uso de entorpecentes, os adictos abordavam as pessoas e às vezes tomavam os pertences, existia assim um receio de passar ali em alguns horários, a gente se policiava muito nesse sentido de não “vacilar” ali porque era um local muito tenebroso (RC, 2023).

Ao responder sobre a participação da comunidade no processo de implantação da Praça das Mercês, o representante da União dos Moradores dos bairros Praia Grande, Desterro-Portinho ressaltou que essa participação ocorreu exclusivamente por meio da mobilização da própria União dos Moradores. Não

havia, portanto, uma iniciativa por parte do Poder Público de incluir a comunidade de forma deliberada nesse processo. Isso ocorreu porque:

[...] na época eu era presidente da União de Moradores do centro histórico e a gente tinha reuniões periódicas com o pessoal do IPHAN reivindicando algumas demandas aqui da comunidade pra diversos órgãos tanto municipais, estaduais como federais. Então a gente foi até eles (RC, 2023).

A partir dessa mobilização, a União dos Moradores iniciou negociações com o IPHAN, órgão responsável pela elaboração do projeto da Praça das Mercês, para reivindicar equipamentos considerados importantes para a comunidade. Dessa reivindicação, a União dos Moradores conseguiu que o IPHAN adicionasse ao projeto a quadra poliesportiva, até então não contemplada no projeto inicial:

[...] a gente pediu a quadra poliesportiva aqui na praça Mercês. Aí a resposta do IPHAN através da sua superintendente foi que nós já tínhamos uma quadra lá na Praça do Pescador [...]. Mas a gente falou assim: “não, a gente quer a que a praça dotada de uma quadra poliesportiva. Isso é um sonho nosso”. E pedimos também os aparelhos de ginástica. Né? Eles colocaram alguns aparelhos de ginástica lá. O alambrado da quadra foi colocado mais de um ano depois que a quadra foi entregue, mas a quadra foi feita e está servindo muito bem pra atividade esportiva aí da comunidade. [...] Foi então uma reivindicação da comunidade que fez pressão e conseguiu através de muito esforço trazer essa quadra pra cá, essa que é a realidade (RC, 2023).

A forma como a comunidade foi envolvida no processo de concepção e implantação da Praça das Mercês reflete uma problemática recorrente na implementação de projetos urbanos no Brasil, que é a negligência do Poder Público em relação a participação popular nos projetos urbanos. Negligenciar essa participação pode resultar em áreas subutilizadas e desconectadas das reais necessidades dos usuários, como afirma Gatti (2017). É importante ressaltar que a participação popular em planos e projetos urbanos é também um direito garantido pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que determina, como uma de suas diretrizes gerais, a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (artigo 2º, inciso II).

Também é importante destacar que a participação da população na criação das praças públicas influencia diretamente o comprometimento com sua manutenção e preservação:

Se ao se projetar uma praça os responsáveis pelo projeto pudessem fazer uma pequena enquête junto aos moradores com relação àquilo que eles gostariam de ver implantado na praça, certamente muitas das nossas praças estariam melhores preservadas. Isso se explica pelo simples fato de que ao se ouvir os moradores e, de alguma forma atendê-los em suas reivindicações, eles passam a se sentirem corresponsáveis pela preservação daquele espaço (De angelis *et al.*, 2005, p. 25).

A luta da comunidade pela Praça das Mercês é contínua e atualmente tem sido travada visando atender as demandas de manutenção adequada do espaço, como mencionado pelo entrevistado acerca das más condições da academia ao ar livre e também pela segurança deficiente.

Em relação a academia ao ar livre, que necessita de reparos, ele destacou que a União de Moradores está empenhada em resolver a situação, porém, enfrenta obstáculos burocráticos:

[...] A academia está com alguns parelhos quebrados, já solicitamos a troca deles com a prefeitura, mas elas se enquadram num projeto de nível nacional da qual a prefeitura faz parte, eles têm que fazer o pedido e tem todo um processo pra isso. Todas essas burocracias são empecilhos para manutenção da praça (RC, 2023).

Em vista da burocracia destacada pelo entrevistado, o papel da comunidade na manutenção da Praça das Mercês tem sido mais vigilante, no sentido de evitar a depredação por vândalos, problema muito recorrente no Centro Histórico de São Luís, como relatado pelo entrevistado.

A partir da inauguração pediram (o IPHAN) que a gente cuidasse da praça. Não foi um pedido formal, apenas verbal: “você vão tomar conta da praça, não deixa depredar...”, porque aqui no Centro Histórico existe muita depredação e roubo de material histórico, por exemplo, tampa de bueiro, luminária, essas coisas que eles roubam pra vender no ferro velho (RC, 2023).

Quanto a segurança da Praça das Mercês, as palavras do representante comunitário enfatizam a necessidade de uma maior atenção a essa questão, em alinhamento ao que foi enfatizado nas respostas no formulário, expondo que

essa questão não somente pode afetar o uso do espaço, mas também compromete a manutenção de sua estrutura.

A população tem reclamado da segurança da praça, apesar de ter um posto do guarda civil, eles não saem pra fazer ronda. Isso é temerário, porque você faz um monumento desse aí, que custou milhões aí você deixa abandonado. Por exemplo, tem uns refletores bem embaixo da laje de 45 metros que ilumina o Monumento a Diáspora, aquilo ali pode ser roubado a qualquer momento. Tem uns corrimões de ferro bem ao lado do posto da guarda municipal que foram roubados e ninguém sabe quem foi, pra vocês verem como que é a situação. Então nos reclamamos muito disso, inclusive irei fazer um ofício solicitando câmera de vídeo, pequena, não precisa ser grande aí faz o sistema de monitoramento lá mesmo dentro do posto, já que eles não querem andar. Isso tudo pra gente exercer um certo controle, não por pichação, mas roubo de equipamento e também de pessoas (RC, 2023).

Sobre essa questão é importante destacar que a degradação dos espaços públicos gera uma imagem de abandono, afetando negativamente a percepção dos cidadãos sobre áreas coletivas e limitando interações sociais e trocas culturais, o que acentua o individualismo (Gatti, 2017). Nesse sentido, os esforços tomados pela União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís para resolver essa problemática são de extrema urgência para evitar que a Praça das Mercês sofra o mesmo esvaziamento que acomete muitas praças da cidade de São Luís.

Quando questionado sobre a ausência de espécies vegetais que forneçam sombra na Praça das Mercês, o entrevistado destacou que essa questão é diretamente responsável pelo uso limitado do espaço. Ele ressaltou, ainda, que a comunidade não foi consultada no desenvolvimento do projeto paisagístico, sendo que as poucas áreas de sombra existentes foram implementadas pela própria comunidade antes da construção da referida praça.

A gente não foi consultado a respeito do paisagismo da praça. Isso daí é por conta do IMPUR, tanto é que essa questão, ela esbarra justamente na questão de prática de atividades físicas dentro da praça. Não sei se tu já viu, mas tem gente aqui da comunidade que pratica caminhada bem cedo, tipo cinco e meia da manhã. Mas depois o sol incide muito forte e não tem como fazer. E outra, não tem cobertura vegetal, as plantas da praça são plantas ornamentais. [...] Então não se pratica esporte na praça a tarde por conta disso, não há proteção contra o sol, não tem árvore que dê sombra. A única que dá alguma sombra lá é uma que fica perto do posto da Guarda Civil, não é uma árvore grande, foi plantada por um colega nosso, o Bigorna, que é também da União dos moradores. Hoje, quando o pessoal do IMPUR

vai fazer a manutenção do jardim, é lá que eles se abrigam contra o sol, que é muito forte (RC, 2023).

O entrevistado associa essa problemática a uma política urbana de higienização social promovida pelo poder público, que busca limitar o uso dos espaços públicos por pessoas em situação de vulnerabilidade no Centro Histórico de São Luís, com o objetivo de preservar uma imagem de ordem e prosperidade. Nas palavras do próprio:

Tudo isso tem a ver com uma coisa na sociologia chamada controle social. As pessoas fazem, por exemplo, um banco de praça sem encosto para tu não dormir no banco, não coloca uma árvore frondosa para não dar sombra, não atrair pessoas. A cidade não acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social porque não quer passar essa imagem de que aqui é local de gente desocupada, principalmente aqui no Centro histórico que é um setor turístico, Patrimônio cultural da humanidade. É uma higienização social. Esse discurso vem lá do Reviver para cá, proprietários de restaurantes e bares que não são daqui ocupam espaços de calçadas, o que é proibido, mas se incomodam de vendedores ambulantes ocuparem espaço de 1 metro quadrado. Então eles querem fazer essa higienização social para criarem uma política que é comum em quase todos os centros históricos do mundo, que é a gentrificação, que é encarecer os serviços e o preço dos imóveis, para tirar o pessoal pobre (RC, 2023).

A fala do representante comunitário à política de higienização social implementada pelo poder público, aponta para a necessidade da criação de diretrizes urbanas que acolham os grupos mais vulneráveis no Centro Histórico de São Luís. A busca por uma cidade mais justa e inclusiva deve pautar as discussões sobre o uso e a ocupação dos espaços públicos da cidade, garantindo que a diversidade social e cultural seja refletida e respeitada em todas as suas manifestações.

Em relação à ausência de quiosques na Praça das Mercês, o representante comunitário reconhece a importância desse tipo de mobiliário urbano para incentivar a ocupação dos espaços públicos. No entanto, essa demanda não foi apresentada ao IPHAN em nenhum momento, devido a um trauma coletivo da comunidade, que teve experiências negativas com essa questão no passado. Isso ocorreu porque:

[...] essa questão é complicada aqui no bairro. A gente conviveu com isso aí lá na Praça do Pescador, tinham vários quiosques, mas lá era criminalidade pura, só vendia bebida, era pra vender artesanato, lanches e tal, mas se transformou num verdadeiro “inferninho”, com drogas, bebidas, prostituição, assassinatos, então eles resolveram não

fazer nada disso aqui. Fora que que se fossem construídos quatro ou cinco quiosques iria dar uma briga enorme, tipo “pra quem que vai isso aí? viria gente de fora pra administrar, enfim. [...] Então por conta disso, da experiência crítica que tivemos lá na Praça do Pescador, nós nem fizemos esforço pra reivindicar quiosques pra cá. Mas sei que é algo que criticam muito (RC, 2023).

No que diz respeito aos eventos culturais realizados periodicamente na Praça das Mercês, eles têm proporcionado uma chance de crescimento econômico para a comunidade ao permitir que os trabalhadores informais exerçam suas atividades de maneira regularizada.

Isso ocorreu inicialmente por uma articulação entre a União dos Moradores e o “Festival Zabumbada” (Figura 22), cujo evento é voltado às festividades de São João e patrocinado pelo Instituto Cultural Vale, que promove o encontro de batalhões do bumba-meu-boi e grupos de dança locais como atrações convidadas, tendo já ocorrido três edições, em 2022, 2023 e 2024, respectivamente. Segundo o representante:

[...] a organização do zabumbada nos convidou e a gente formou um grupo de vendedores de ambulantes para se beneficiar do comércio que aconteceu na praça [...] gerou emprego e renda pra comunidade, foi muito importante (RC, 2024)

Figura 22 - Festival Zabumbada na Praça das Mercês



Fonte: festivalzabumbada.com.br

Outro evento importante que culminou em geração de renda para a comunidade foi o “Cidade do Carnaval” (Figura 23), organizado pela Prefeitura de São Luís, entre janeiro e fevereiro de 2024, que incluiu a Praça das Mercês

no circuito das festividades de carnaval da capital maranhense, recebendo diversas atrações culturais. Segundo o entrevistado:

[...] esse evento foi o evento mais marcante que tivemos na praça [...] a gente pôde colocar cinquenta e dois vendedores ambulantes do comércio informal que foram renomeados, como comércio legal, com colete de identificação e licença [...] a gente teve uma prioridade pra alguns espaços, trazendo essa oportunidade de geração de emprego e renda pra várias famílias da comunidade (RC, 2024).

Figura 23 - Instalações do “Cidade do Carnaval” na Praça das Mercês



Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís (2023).

O entrevistado enfatizou que a regularização dos trabalhadores informais nesses eventos tem representado um fator importante para diminuição do preconceito em relação a estes; na fala do próprio: “isso foi muito bom pra inserção social desse grupo, que trabalha na atividade informal e que as vezes é marginalizada por conta da informalidade” (RC, 2024), complementando de forma positiva que “A praça vai nos beneficiar em outros eventos com certeza por que como te falei anteriormente esse será um novo point cultural de São Luís” (RC, 2024).

Em complemento a essa última fala do entrevistado, cabe destacar alguns eventos que ocorreram na Praça das Mercês ao longo do desenvolvimento desta pesquisa que reforçam a perspectiva de que a Praça das Mercês vem se consolidando ponto de encontro cultural: O “Cidade da Alegria”, complexo organizado pela Prefeitura Municipal de São Luís para sediar os

eventos em comemoração aos 412 anos da cidade, ocorrido entre 31 de agosto e 04 setembro de 2024, tendo ocorrido apresentações musicais ligadas as religiões de matriz africana e ao reggae, que contaram com a participação de artistas locais e de outras regiões; O festival “Ilha Sinfônica” (Figura 24), projeto que celebrou os 412 anos de São Luís unindo o clássico e o popular da música maranhense, ocorrido em 29 de setembro de 2024; O espetáculo teatral itinerante “Os mambembes” (Figura 25), baseado no texto de mesmo nome escrito por Artur Azevedo em 1904, ocorrido no dia 3 de novembro de 2024; O “Carcará Festival Sesc de Música” (Figura 26), evento musical que reuniu músicos dos nove estados da região Nordeste, ocorrido nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2024.

Figura 24 - Festival “Ilha Sinfônica” na Praça das Mercês



Fonte: Portal Imirante (2024).

Figura 25 - O espetáculo teatral “Os mambembes” na Praça das Mercês



Fonte: Os mambembes (Perfil do Instagram) (2024).

Figura 26 – Carcará Festival Sesc de Música na Praça das Mercês



Fonte: O imirante (2024).

Quanto à relevância do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão, espaço que recorda e celebra a jornada e influência dos povos africanos na cultura do estado do Maranhão, as palavras do entrevistado realçam essa dimensão simbólica que a Praça das Mercês possui, cuja localização no passado foi ponto fundamental para desembarque dos povos africanos no Maranhão.

[...] é um registro histórico importante para o bairro Desterro, que conta uma história que ficou esquecida por parte da população [...] a história desse degredo, dessa diástase, dessa exploração com mais de trezentos e cinquenta anos do povo negro que ajudou a construir a cidade de São Luís e que muita gente não sabe [...] é de uma grande importância porque além de ser um registro histórico, é uma marca que vai ficar como exemplo pra que as futuras gerações possam ter essa consciência de que a escravidão é a miséria da humanidade (RC, 2024).

Ainda segundo o entrevistado, a Praça das Mercês, em função do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão (Figura 24), tem fomentado o turismo no bairro do Desterro, frequentemente relegado a segundo plano em relação à região da Praia Grande: Os painéis ficaram super belos, muitos turistas hoje vêm até a praça pra visita-los, isso aí pra nós é de suma importância porque a gente tem monumentos importantíssimos aqui no Distrito Portinho (RC, 2024).

Figura 27 - Painéis artísticos do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Elaboração própria (2024).

Uma das ações que reforçam o comentário do líder comunitário foram as visitas guiadas com mediação cultural ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão, promovidas pela Fundação Municipal do Maranhão de Patrimônio Histórico de São Luís entre os dias 22 de maio e 08 de junho de 2024 (Figura 25). Durante esse período, turistas, moradores e grupos de estudantes da rede pública e privada da cidade de São Luís também tiveram a oportunidade de conhecer a história e contribuição do povo negro para a cultura do estado do Maranhão (Figura 26 e 27), representadas e celebradas nos oito painéis artísticos que compõem o monumento. As visitas duravam aproximadamente 15 minutos e cada visitante recebia um livreto informativo dos mediadores (Figura 28). Assim, além de seu valor estético e simbólico, o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão cumpre também uma função educativa.

Figura 28 - Material de divulgação em redes sociais das visitas guiadas ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (2024)

Figura 29 - Turistas em visita guiada ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 30 - Estudantes em visita guiada ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 31 - Mediadores com livretos informativos sobre o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Elaboração própria (2024).

Quando perguntado se a comunidade estava satisfeita com a Praça das Mercês, o entrevistado destacou de forma positiva a contribuição do espaço para diminuição da violência e promoção de atividades de lazer, enfatizando o potencial transformador que o espaço livre público exerceu na estrutura social da comunidade. Assim:

A população tá bem satisfeita, depois que fizeram a construção da praça, melhorou muito a questão dos assaltos que ocorriam aqui, hoje a comunidade tem um local para praticar atividade física ao ar livre, as crianças tem espaço para brincar, muito jovem praticando esporte, todo dia tem um jogo de bola, tem campeonato...mudou muito a dinâmica do bairro [...] Como eu falo sempre, pequenas intervenções no tecido urbano da cidade fazem uma grande diferença na estrutura social do meio em você vive, às vezes um local é degradado e com muita criminalidade é porque não está sendo cuidado (RC, 2024).

Uma fala que nos chamou atenção foi “às vezes um local é degradado e com muita criminalidade é porque não está sendo cuidado” (RC, 2024), pois é enfatizada a responsabilidade do Poder Público em promover o bem-estar e a qualidade de vida da população através da adequada criação e manutenção de espaços livres públicos.

Por fim, o entrevistado ressaltou o impacto social positivo que a Praça das Mercês, uma vez que através de suas múltiplas funções tem concorrido para a revalorização do bairro Desterro/Portinho e à desconstrução de estereótipos relacionados a ele:

A praça tem contribuído para desmitificar esse preconceito com o bairro Desterro e Portinho, que é considerado por muitas pessoas periferia do Centro Histórico, como um lugar perigoso, ligado a prostituição. Aqui é um lugar de cultura muito forte, com uma rica história, ligada ao nascimento da cidade, essa praça veio para reforçar esses valores (RC, 2024).

A Praça das Mercês, portanto, atua como um espaço de ressignificação cultural, cuja presença tem resgatado e valorizado a história e o papel cultural dos bairros Desterro/Portinho no contexto urbano de São Luís, reafirmando seus vínculos com a fundação da cidade e suas tradições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados com este estudo contribuem significativamente para a compreensão dos benefícios das praças enquanto espaços livres públicos de primeira importância. Ao mesmo tempo, promove uma reflexão sobre a necessidade de um planejamento urbano mais eficiente e democrático, capaz de atender às necessidades da população e projetar espaços públicos tanto atraentes como funcionais.

Em relação aos benefícios sociais revelados pela pesquisa, a Praça das Mercês destaca-se como um exemplo de espaço livre público que atende a um público diversificado, evidenciando seu papel inclusivo, sendo acessível e acolhedora para diferentes idades e grupos sociais. Essa diversidade é uma das bases que tornam as praças importantes como espaços de integração na comunidade.

Suas estruturas possibilitam a realização de diversas atividades de lazer, tanto ativo quanto passivo. No caso do lazer ativo, a praça se caracteriza como um espaço diferenciado na área central da cidade de São Luís, que tem oportunizado a população de adotar hábitos saudáveis por meio de atividades físicas e recreativas, beneficiando tanto quem reside no entorno do espaço como fora dele. A praça das Mercês, portanto, contribui diretamente para aumento da qualidade de vida na cidade ao promover a melhoria da saúde física e mental da população.

Em relação ao lazer passivo, a Praça das Mercês tem se consolidado como um espaço cultural de grande importância, que tem abrigado eventos que além de enriquecerem a vida cultural da cidade, servem como oportunidade para a geração de renda local. Dessa forma, a praça em tela exemplifica como os espaços públicos livres podem transcender sua função inicial, atendendo a demandas sociais e econômicas integradas.

O valor estético da Praça das Mercês é outro ponto relevante evidenciado pela pesquisa que merece destaque. Ao se estabelecer como um marco visual e de beleza para a cidade de São Luís do Maranhão, a praça em tela enriquece o panorama urbano e se torna um símbolo de identidade para os moradores, o que fortalece o vínculo entre a comunidade do entorno com o espaço.

A Praça das Mercês desempenha também um papel simbólico e educativo por meio do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão. Esse espaço tem tido uma função especial na difusão do conhecimento e na valorização da memória coletiva dos povos africanos, cuja influência foi fundamental para a formação da identidade cultural brasileira.

Entretanto, em que pese os benefícios sociais da Praça das Mercês para o lazer, a cultura, geração de renda e educação destacados aqui, é importante salientar que alguns aspectos comprometem o uso do espaço.

Do ponto de vista estrutural, há falhas graves no projeto paisagístico adotado e na ausência de alguns mobiliários urbanos que, se incluídos no espaço, potencializariam seu uso. Uma arborização adequada, capaz de fornecer área sombreada em abundância, por exemplo, tornaria o espaço muito mais atrativo durante os horários de sol a pino, prologando a estadia tanto para o descanso quanto para a prática de atividades físicas ou mesmo possibilitaria receber eventos culturais de pequeno porte. De modo igual, a presença de pontos de venda de gênero alimentícios, como quiosques, atrairia e prolongaria a estadia de muitos usuários, inclusive daqueles que utilizam a praça apenas como passagem.

A segurança constitui um outro elemento crítico na Praça das Mercês que pode limitar seu potencial como espaço de integração social. Garantir a segurança no espaço irá fazer com que as pessoas se sintam seguras para frequentá-la, o que, por sua vez, poderá promover uma ocupação constante, trazendo mais vitalidade para o espaço e permitindo que cumpra com mais efetividade seu papel social como ponto de encontro e convivência comunitária.

Torna-se fundamental enfatizar que as falhas identificadas, ou parte delas, poderiam ter sido evitadas se houvesse uma participação mais efetiva da população no processo de concepção e implementação da praça em questão, especialmente dos moradores do entorno. Nesse sentido, a forma como ocorreu a participação cidadã no planejamento e execução da Praça das Mercês foi bastante limitada e evidencia um planejamento urbano pouco democrático e despreocupado com as necessidades locais. Por outro lado, também evidencia a capacidade de organização popular em buscar o reconhecimento de seus

direitos, exemplificada na mobilização da União dos Moradores para garantir que o espaço atendesse, ao menos parcialmente, a algumas das necessidades locais e também na luta por sua adequada manutenção.

O desafio agora reside em conservar e ampliar os benefícios sociais proporcionados pela Praça das Mercês, promovendo um ambiente onde os cidadãos possam continuar a desfrutar e participar ativamente da vida pública da cidade. Compreender como a população utiliza e percebe esse espaço é essencial para implementar melhorias, seja por meio de ações preventivas ou corretivas. Nesse sentido, é imprescindível o papel do Poder Público Municipal em manter uma linha ativa de comunicação não somente com a entidade representativa do bairro onde a praça situa-se, mas também diretamente com seus usuários, que, como evidenciou a pesquisa, reconhecem sua importância para a cidade, mas possuem diversas demandas em relação à melhoria da infraestrutura e dos serviços desse espaço público.

Essa sinergia será fundamental para fortalecer o vínculo entre o usuário e o espaço, garantindo que a Praça das Mercês não apenas opere de forma eficaz, mas também permaneça funcional a longo prazo, proporcionando experiências diversas, memoráveis e significantes. Como nos faz lembrar Alves (2003) o reforço de identificação dos indivíduos com o espaço público será mais eficaz quanto maior for a participação da comunidade ou grupo na manutenção e gestão desse espaço.

REFERÊNCIAS

- ALEX, S. **Projeto da praça: Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- ALVES, F. M. B. **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica**, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2003.
- ANDRÈS, L. P. **São Luís: Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade**. São Luís: Edgar Rocha, 2012.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BORJA, J; MUXÍ, Z. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Editora Electa, 2003.
- BORJA, J. **Espaço público, teste da cidade democrática**. ArchDaily Brasil. 24 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155061/espaco-publico-teste-da-cidade-democratica>. Acesso em: 19 out. 2023.
- BORTOLO, C. A. de. **A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – PGE – UEM – PR, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2869>. Acesso em: 15 de out. 2023.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Concluída a implantação da praça das Mercês em São Luís (MA)**. [BRASÍLIA]: IPHAN, 22 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/concluida-a-implantacao-da-praca-das-mercês-em-sao-luis-ma>. Acesso em: 20 set. 2022.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Concluída a implantação da praça das Mercês em São Luís (MA)**. [BRASÍLIA]: IPHAN, 22 de dez. 2020. Disponível em: [Concluída a implantação da praça das Mercês em São Luís \(MA\) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/concluida-a-implantacao-da-praca-das-mercês-em-sao-luis-ma). Acesso em: 20 jun. 2023.
- CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira, trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências

Humanas) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf. Acesso em 03 fev. 2023.

Câmara aprova projeto que torna Feirinha permanente. **O imparcial** (online), São Luís, 14 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/politica/2020/12/camara-aprova-projeto-que-torna-feirinha-permanente/>. Acesso em 04 set. 2024.

Carcará Festival Sesc de Música faz estreia de sucesso e reúne mais de 3 mil pessoas. **O Imirante** (online). São Luís, 11 de outubro de 2024. Disponível em: <https://imirante.com/entretenimento/sao-luis/2024/11/11/carcara-festival-sesc-de-musica-faz-estreia-de-sucesso-e-reune-mais-de-3-mil-pessoas>. Acesso em: 12 out. de 2024.

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 18, n. 3, p. 472-486, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>. Acesso em: 18 out. 2023.

COSTA, K. A. **Projeto Básico para a contratação de Projetos de Reabilitação Urbana/ Elaboração de Projetos para a Implantação da Praça das Mercês** (RELATÓRIO) (IPHAN). São Luís, 2014.

CRUZ, M. A. M. da. **Usos e apropriações sociais do espaço público nas praças de São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Programa Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

CUSTÓDIO, V.; *et al.* Espaços livres públicos nas cidades brasileiras. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2201>. Acesso em: 19 out. 2023.

DE ANGELIS, B. L. D.; *et al.* **Praças: história, usos e funções**. Coleção Fundamentum. n. 15. EDUEM, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

DE ANGELIS, B. L. D; CASTRO, R. M. De; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil**, v. 4, n. 1, p. 57-70, 2004. Disponível em: [civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag 57-70.pdf](http://civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2057-70.pdf). Acesso em: 04 de ago. 2023.

FAVOLE, P. **La Plaza em la Architecture Contemporânea**. Barcelona. Gustavo Pili, 1995.

FERREIRA, A. J. de A. Memória e sentido a partir da cidade de São Luís do Maranhão. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú - MA, v. 2, p. 26-44, set. dez./ 2016.

FESTIVAL ZABUMBADA 2023. Disponível em: <https://festivalzabumbada.com.br/>. Acesso em 15 fev. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GATTI, S. **Coordenação do Programa Solução para Cidades. Espaços Públicos: Diagnóstico e Metodologia de Projeto**. São Paulo, ABPC, 2013. Disponível em: <https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

_____. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo, ABPC, 2017. Disponível em: <https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>. Acesso em 08 de jun. 2023.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P. C. D. C. **A condição urbana: ensaios da geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. D. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557>. Acesso em: 05 dez. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Governo do Maranhão finaliza obra da Praça dos Poetas no Centro Histórico de São Luís**. [S.l.]: Governo do Estado do Maranhão, 8 ago.2020. Disponível em: [Governo do Maranhão finaliza obra da Praça dos Poetas no Centro Histórico de São Luís | Governo do Estado do Maranhão \(www3.ma.gov.br\)](http://www3.ma.gov.br). Acesso em: 14 out. 2023.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Ilha Sinfônica atrai multidão para Praça das Mercês com atrações eruditas e populares. **O Imirante** (online). São Luís, 03 de setembro de 2024. Disponível em: <https://imirante.com/index.php/entretenimento/sao-luis/2024/10/03/ilha-sinfonica-atrai-multidao-para-praca-das-mercês-com-atracoes-eruditas-e-populares>. Acesso em: 03 set. de 2024.

INDOVINA, F. O Espaço Público: tópicos sobre a sua mudança. **Cidades, comunidades e territórios**, n. 5, 2002. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168/6615>. Acesso em: 05 dez. 2022.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LAURENTINO, F. de P. ESPAÇO PÚBLICO: ESPAÇO DE CONFLITOS. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 33, 2006. Disponível em: [ESPAÇO PÚBLICO: ESPAÇO DE CONFLITOS | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\)](https://pucsp.br/revistas/revista-do-programa-de-estudos-pos-graduados-de-historia/v33/espaco-publico-espaco-de-conflitos). Acesso em: 22 nov. 2023.

LEITÃO, L. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer. Manual de procedimentos para intervenção em praças**. Recife: Editora Prefeitura do Recife. 2002.

LOPES, J, A. **Arquitetura do século XX in São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. 1 ed. (bilíngue). Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES, J. A. V. **Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, S, S. **Espaços livres. Paisagem e ambiente**, n. 7, p. 15-56, 1995. Disponível em: [Espaços Livres | Paisagem e Ambiente \(usp.br\)](https://usp.br/revistas/revista-de-estudos-de-paisagem-e-ambiente/v7/espacos-livres). Acesso em: 31 mar. 2023.

MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. São Paulo, 1982. 116 f. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. MARQUES, M. A. Praça dos

poetas: espaço histórico, cultural e de uso turístico. Estudos Geográficos: **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 20, n. 1, p. 109-122, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16375>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, G. de A; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da pesquisa científica nas ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980.

MASCARÓ, J. L.; *et al.* **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2008.

MATOS, F. L. Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades: caso da cidade do Porto. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010. Disponível em: http://www.observatorium.ig.ufu.br/html/pdfs/2edicao/n4/Espacos_publicos.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

MATOS, H. Oleama: a empresa maranhense que já foi considerada a melhor do Brasil. **Jornal O Estado do Maranhão** (Online). São Luís, 11 de novembro de 2017. Disponível em: [Oleama: a empresa maranhense que já foi considerada a mel... \(imirante.com\)](http://www.imirante.com). Acesso em: 15 jun. 2023.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926>. Acesso em: 21 out. 2023.

NASCIMENTO, T. F. do.; COSTA, B. P. da. Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Vol. 20 (2016), n.3, p. 43-50. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/20152>. Acesso em: 05 out. 2023.

MELO NETO, U, P. Projeto de Implantação da Praça das Mercês. **Laudo de Avaliação do Potencial Arqueológico**. São Luís, MA, ETAPA II (IPHAN). São Luís, 2014.

Prefeito Edivaldo Holanda entrega nova Praça da Bíblia. **O Imparcial (online)**. São Luís, 6 de agosto de 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/08/prefeito-edivaldo-holanda-entrega-nova-praca-da-biblia/>. Acesso em: 15 out. de 2024.

PRODANOV, C. L.; FREITAS, S. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Doutorado em Urbanismo e Paisagismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: [Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios,... \(usp.br\)](#). Acesso: em 22 jul. 2023.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 19, n.1, p. 25–35, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645703> . Acesso em: 23 jun. 2023.

ROBBA, F; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2010 (Coleção Guapá).

RODRIGUES, Z. M. R.; AQUINO, J. J.; MARQUES., L. R. Praças promovendo a saúde: o caso da Praça da “Camboa” em São Luís – Maranhão. In: RODRIGUES, Z. M. R; FEITOSA. M. M. M. (Org.). **Singularidades do espaço urbano de São Luís: toponímia, memória, ressignificação**. Teresina: Cancioneiro, 2022, p. 247-263.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça: o público e o privado na vida social e histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal de. **Desterro, um bairro além dos mapas**. São Luís: QG Qualidade Gráfica e Editora, 2005.

_____. **Lei nº 7.122, de 12 de abril de 2023**. Plano Diretor de São Luís. Disponível em: [Novo Plano Diretor de São Luís | Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural \(saoluis.ma.gov.br\)](#). Acesso: em 07 de novembro de 2023.

_____. **Praças, o que fazer**. [S. l.]: 2023. Disponível em: <https://turismosaoluis.com.br/o-que-fazer/pracas/>. Acesso em: 12 out. 2023.

_____. **Prefeitura abre Cidade do Carnaval com presença de milhares de foliões que se divertiram ao som de Joelma e de artistas locais.** [S. l.]: 2024. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/agencia/noticia/40722/prefeitura-de-sao-luis-abre-cidade-do-carnaval-com-presenca-de-milhares-de-folhoes-que-se-divertiram-ao-som-de-joelma-e-de-artistas-locais>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SEGAWA, H. **Ao amor do público** – Jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SILVA, A. O. Lugares de memória: praças, largos e becos do Centro Histórico de São Luís como espaços de representação simbólica. *In*: RODRIGUES, Z. M. R; FEITOSA, M. M. M. (Org.). **Singularidades do espaço urano de São Luís**: toponímia, memória, ressignificação. Teresina: Cancioneiro, 2022, p. 45-64.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo; Ática, 1992.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 10, n. 2, p. 93-111, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>. Acesso: em 31 out. 2023.

SORIANO, A. G. W. **O espaço público e cidade contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção.** 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8830>. Acesso em: 18 fev. 2022.

VIEIRA FILHO, D. **Breve história das ruas e praças de São Luís.** São Luís: Editora Olímpica, 1971.

ZENKNER, T. T. S. **Legado Renascentista e forma urbana:** as cidades de São Luís e Belém no século XVII. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. Disponível em: [untitled \(ufpe.br\)](https://repositorio.ufpe.br/handle/ri/8830). Acesso em: 16 nov. 2023.

**APÊNDICE A - MODELO DE FORMULÁRIO ADAPTADO DE ANGELIS
et al. (2004)**

Local: Praça das Mercês

Data:

____/____/____

Turno de aplicação do questionário: () manhã () tarde () noite

PARTE 1 - PERFIL DOS USUÁRIOS

1. Você reside no entorno da praça? () Sim () Não

Em qual bairro? _____

2. Gênero: () Feminino () Masculino

3. Faixa etária: Idade: ____ () 18 a 30 () 31 a 40 () 41 a 59 () Acima de 60.

PARTE 2 - PERFIL DO USO

4. Quantas vezes você costuma vir à praça?

() Até 2 vezes na semana

() 3 vezes ou mais na semana

() Ocasionalmente ao mês

() Ocasionalmente ao ano

() Primeira vez que visita.

5. Qual horário geralmente mais utiliza?

() 09h às 12h () 12h às 15h () 15h às 17h () 17h às 19h () 19h às 21 ()
outro

6. Quanto o tempo geralmente permanece na praça?

() Menos de 01 hora () 1 hora () 2 horas () 3 horas ou mais.

7. De que forma você costumar se deslocar até essa praça?

() transporte coletivo

() transporte particular

() bicicleta

() a pé

() outro? Qual? _____

8. Com quem você costuma frequentar a praça?

() Sozinho () Família () Amigos () Outros

9. Com que finalidade você mais vem a praça? (pode marcar mais de 1 opção)

() Praticar atividade física. Qual? _____

() Trazer filhos/crianças pra brincar

() Assistir/participar de eventos

() Descansar

() Contemplar a paisagem

() Passagem. Para onde? _____

() Conversar e socializar com conhecidos

() Outro. Qual? _____

10. Qual parte da praça você mais utiliza?

() Quadra poliesportiva

() Academia para idosos

() Pista de skate

() Área ajardinada

() Caminhos

() Mirante

() Outro

PARTE 3 – OPINIÕES**11. Como você se sente em relação a praça?**

() Muito satisfeito

() Satisfeito

() Indiferente

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

12. Das qualidades abaixo, qual você acha que melhor caracteriza a praça?

() Atraente

() Confortável

() Segura

() Bem estruturada

() Bem localizada

13. Em sua opinião qual a importância dessa praça para a cidade?

() Muito importante

() Importante

() Pouco importante

() Sem importância

() Não soube dizer

14. O que você mais gosta nesta praça?

15. O que mais você sente falta nesta praça, que não tem mas deveria ter?

16. Na sua opinião, por qual motivo a praça é pouco utilizada durante os períodos da manhã e começo da tarde?

PARTE 4 – AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS DA PRAÇA

17. Avalie:

Itens avaliados	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Conservação/manutenção do espaço				
Acesso à praça				
Iluminação				
Segurança				
Arborização e conforto ambiental				
Piso				
Limpeza				
Equipamentos para atividades físicas				

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM LIDERANÇA COMUNITÁRIA

Transcrição da entrevista com Denis Cutrim de Lima, secretário da União de Moradores do bairro da Praia Grande, Desterro e Portinho (03/12/2023)

Seu Dênis, a comunidade tinha expectativa de que algum dia fosse feito algum espaço público no espaço que é a hoje é a Praça das Mercês?

A praça, ela surgiu após uma série de demandas aí da comunidade com relação a esse espaço que estava ocioso. Esse espaço, ele foi demolido no começo dos anos dois mil, se vocês forem aqui no convento tem uma exposição de como era a praça antes, né? Esta praça, no espaço dessa praça, tinha construções antigas, não tão antigas assim, fábrica de babaçu e arroz e sabão também. Era a Oleama, Oleaginosas Maranhenses, era aqui. Aí depois tinha uma oficina, que era um estaleiro de alvarenga, que era a “Booth” [Boothline] e mais aqui no final tinha uma serraria que depois que se transformou em uma fábrica de beneficiamento de coco babaçu e arroz que era do seu Mano, aí depois ele vendeu, aí fizeram a Ilha das Miudezas, mas com a estrutura antiga que já tinha, porta antiga e tudo. Aí no começo dos anos dois mil, todo esse complexo foi demolido, por decisão da Superintendência do IPHAN. Foi pedido por muito tempo algo pra ser feito aqui, tanto no espaço que hoje é a praça como no prédio que sobrou da OLEAMA, foi uma demanda que ficou em aberto por praticamente 20 anos. Bem, durante todo tempo praticamente da gestão da Kátia Bogéa⁴, quando ela estava pra sair, ela soube que a Vale estava liberando uma verba de compensação ambiental, esse recurso ia ser julgado lá em Minas Gerais, de algum crime ambiental que a Vale cometeu que não sei dizer pra vocês qual foi. E essa verba foi pleiteada por vários estados, por várias cidades, uma delas foi a cidade de São Luís e ela (Kátia Bogéa) foi lá, levou projeto, pleiteou a verba e conseguiu trazer a verba pra cá. Essa verba ela serviu para a construção da Praça das Mercês e para a reforma do Largo do Carmo. Deixaram uma parte ainda da Oleama e vocês podem visualizar lá no canto, ali era uma parte que foi reformada agora e agora a gente está esperando que esse espaço seja entregue pra comunidade porque foi prometido pelo governo. Lá era pra funcionar a

⁴ Ocupou o cargo de Superintendente do IPHAN no Maranhão no período de 2003 a 2015, tendo sido responsável por planejar e articular o PAC Cidades Históricas.

fábrica de arte e seria gerido por uma instituição cultural daqui do bairro chamada “Os caras de onça” que faz um trabalho com as crianças, os jovens de cultura, tambor de crioula, ensinando ritmos e uma série de coisas. E também para agregar também outras brincadeiras também do boi, a flor do samba e quem sabe a União dos moradores, o espaço é bem grande. Só que foi reformado, mas não foi entregue, embaixo dela funciona um posto da Guarda Civil Metropolitana.

Então antes da construção da Praça, nunca houve algum uso daquele espaço pela comunidade?

Não. Aquele espaço era um espaço degradado, que foi demolido há mais de vinte anos atrás e não tinha nenhum projeto após a demolição do conjunto arquitetônico que tinha lá, que era a fábrica da Oleama e um outro prédio onde funcionou a Ilha das Miudezas, Brinquedolândia e depois que foi destruído lá virou um local muito ermo, onde muitos crimes aconteciam assaltos e virou tipo uma Cracolândia lá. Não teve uso e nem proveito da comunidade em momento nenhum.

Por conta disso então havia um medo das pessoas passarem por lá?

Sim, como eu falei, esse espaço era um espaço marginalizado, depois que a OLEAMA foi demolida essa área ficou como uma Cracolândia, haviam muitos moradores de rua que consumiam todo tipo de droga. Então aqui aconteceram vários assaltos, inclusive de pessoas que não moravam aqui, mas frequentavam o centro, que foram assaltadas naquele setor ali. Alguns assaltos, alguns eventos de criminalidade por conta do tráfico de droga, do uso de entorpecentes, os adictos abordavam as pessoas e às vezes tomavam os pertences, existia assim um receio de passar ali em alguns horários, a gente se policiava muito nesse sentido de não “vacilar” ali porque era um local muito tenebroso.

Seu Dênis, houve alguma participação da comunidade na implantação da Praça das Mercês? E se teve essa participação, de que maneira aconteceu?

Bom, o poder público não nos procurou para execução do projeto. A única coisa que a gente teve possibilidade é de estar articulando pra que fosse colocado na praça foi a quadra poliesportiva e os aparelhos de ginástica. Somente isso. O

restante do projeto foi todo articulado pelo IPHAN. Na gestão da Kátia Bogéa, lá foi construído um memorial na praça em homenagem a diáspora africana como vocês já devem saber, né? Porque ali era um posto de desembarque dos navios negreiros que faziam o traslado dos escravos da África para o Brasil, para Esportes do Maranhão para que eles fossem comercializados aqui mesmo no centro de São Luís.

Como ocorreu exatamente essa articulação pra reivindicar a quadra poliesportiva?

Exatamente na época eu era presidente da União de Moradores do Centro Histórico e a gente tinha reuniões periódicas com o pessoal do IPHAN reivindicando algumas demandas aqui da comunidade pra diversos órgãos tanto municipais, estaduais como federais. Então a gente foi até eles, a princípio, estava contemplada uma pista de skate a qual nós questionamos, não que a gente não quisesse a pista de skate. A gente falou o seguinte pra eles, a pista de skate não era uma vocação da nossa comunidade, que gostava de futebol, de vôlei, essas outras... e a resposta que nós tivemos foi que a praça não era só nossa, então pra diminuir o conflito entre a comunidade e o órgão gestor do projeto que era o IPHAN, a gente pediu a quadra poliesportiva aqui na praça Mercês. Aí a resposta do IPHAN através da sua superintendente foi que nós já tínhamos uma quadra lá na Praça do Pescador que é aquela praça que tem um jardim onde tem uma estátua do pescador bem aqui do lado do Mercado do Peixe. Mas a gente falou assim: “não, a gente quer a praça dotada de uma quadra poliesportiva. Isso é um sonho nosso”. E pedimos também os aparelhos de ginástica. Eles colocaram alguns aparelhos de ginástica lá. O alambrado da quadra foi colocado mais de um ano depois que a quadra foi entregue, mas a quadra foi feita e está servindo muito bem pra atividade esportiva aí da comunidade. A garotada batendo bola lá direto, tem já teve vários campeonatos, mas a reivindicação foi nossa, eles não nos procuraram pra fazer a quadra, nós que procuramos eles pra reivindicar a quadra na planta original do projeto, que não tinha essa quadra poliesportiva. Foi então uma reivindicação da comunidade que fez pressão e conseguiu através de muito esforço trazer essa quadra pra cá. Essa que é a realidade.

A praça não conta com muitas áreas sombreadas para abrigo contra o sol, isso é um problema para as pessoas da comunidade que fazem uso dela?

A gente não foi consultado a respeito do paisagismo da praça. Isso daí é por conta do IMPUR⁵, tanto é que essa questão, ela esbarra justamente na questão de prática de atividades físicas dentro da praça. Não sei se tu já viu, mas tem gente aqui da comunidade que pratica caminhada bem cedo, tipo cinco e meia da manhã. Mas depois o sol incide muito forte e não tem como fazer. E outra, não tem cobertura vegetal, as plantas da praça são plantas ornamentais. Tinham duas palmeiras bem grandes que cresceram depois que a Oleama saiu daí, eles (executores do projeto da Praça das Mercês) queriam cortar, mas a gente pediu que não cortasse e eles não cortaram. O que aconteceu foi que o IMPUR não cuidou das palmeiras corretamente e elas morreram e tiveram de ser retiradas. Então não se pratica esporte na praça a tarde por conta disso, não há proteção contra o sol, não tem árvore que dê sombra. A única que dá alguma sombra lá é uma que fica perto do posto da Guarda Civil, não é uma árvore grande, foi plantada por um colega nosso, o Bigorna, que é também da União dos moradores. Hoje quando o pessoal do IMPUR vai fazer a manutenção do jardim, é lá que eles se abrigam contra o sol, que é muito forte. Essa praça, com esse monumento da Diáspora, a tendência é a visitação turística crescer, talvez na parte da noite, porque mudar esse aspecto paisagístico da praça em relação a vegetação, acho que não mudam mais.

Seu Dênis, então o senhor acha então que é proposital eles não terem colocado mais áreas sombreadas?

Sim, tudo isso tem a ver com uma coisa na sociologia chamada controle social. As pessoas fazem, por exemplo, um banco de praça sem encosto para tu não dormir no banco, não coloca uma árvore frondosa para não dar sombra, não atrair pessoas. A cidade não acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social porque não quer passar essa imagem de que aqui é local de gente desocupada, principalmente aqui no Centro histórico que é um setor turístico, Patrimônio cultural da humanidade. É uma higienização social. Esse discurso vem lá do Reviver para cá, proprietários de restaurantes e bares que não são

⁵ Instituto Municipal da Paisagem Urbana

daqui ocupam espaços de calçadas, o que é proibido, mas se incomodam de vendedores ambulantes ocuparem espaço de 1 metro quadrado, menos de um metro às vezes. Então eles querem fazer essa higienização social para criarem uma política que é comum em quase todos os centros históricos do mundo, que é a gentrificação, que é encarecer os serviços e o preço dos imóveis, para tirar o pessoal pobre. Pra trazer pessoas de classe média pra cá, de classe média alta, fazendo talvez pousadas, restaurantes, os serviços. Isso é uma forma de gentrificar, eles começam devagar, depois que expulsam todo mundo, vai pagar um aluguel de casa que custa mil reais? Isso que eles querem. Essa higienização acontece, tanto é que existe um estigma muito grande nessa área, nesse recorte que vai da rua direita até o bairro Potrinho, que é ligado ao bairro Desterro, existe um estigma nessa área, que era chamada de zona de baixo merecimento. Foi algo ficou cristalizado no imaginário popular das pessoas, como um lugar perigoso.

Quais são as principais demandas da comunidade em relação a praça, seu Dênis? Vocês recebem reclamações sobre algum aspecto dela?

Recebe, né? Eu recebo algumas reclamações com relação a academia. A academia está com alguns aparelhos quebrados, já solicitamos a troca deles com a prefeitura, mas elas se enquadram num projeto de nível nacional da qual a prefeitura faz parte, eles têm que fazer o pedido e tem todo um processo pra isso. Todas essas burocracias são empecilhos para manutenção da praça. Enfim, são questões que a gente tem enfrentado lá no núcleo gestor enquanto representantes da comunidade. A comunidade também tem reclamado muito da segurança da praça, apesar de ter um posto do guarda civil, eles não saem pra fazer ronda. Isso é temerário, porque você faz um monumento desse aí, que custou milhões aí você deixa abandonado. Por exemplo, tem uns refletores bem embaixo da laje de 45 metros que ilumina o Monumento à Diáspora, aquilo ali pode ser roubado a qualquer momento. Tem uns corrimões de ferro bem ao lado do posto da guarda municipal que foram roubados e ninguém sabe quem foi, pra vocês verem como que é a situação. Então nos reclamamos muito disso, inclusive irei fazer um ofício solicitando câmera de vídeo, pequena, não precisa ser grande, aí faz o sistema de monitoramento lá mesmo dentro do posto, já que eles não querem andar. Isso tudo pra gente exercer um certo controle, não por pichação, mas roubo de equipamento e também de pessoas.

E a quadra poliesportiva? A comunidade tem alguma demanda para ela?

Bom, a quadra, não havia projeto pra cobertura da quadra, tinha projeto para o alambrado da quadra, agora, que a gente conseguiu, depois de três anos, com a requalificação da praça em função desse monumento que custou mais de 2 milhões, bancada pela Vale, que a gente conseguiu que colocassem o alambrado, para proteção das pessoas que trafegam, crianças, pessoas idosas que usam a academia e poderia levar uma bolada.

Seu Dênis, a praça não tem nenhum equipamento para venda de lanches e nem banheiros, vocês, junto ao IPHAN chegaram a pautar essa questão?

Nós não requeremos essa questão, porque essa questão é complicada aqui no bairro. A gente conviveu com isso aí lá na Praça do Pescador, tinham vários quiosques, mas lá era criminalidade pura, só vendia bebida, era pra vender artesanato, lanches e tal, mas se transformou num verdadeiro “inferninho”, com drogas, bebidas, prostituição, assassinatos, então eles resolveram não fazer nada disso aqui. Fora que se fossem construídos quatro ou cinco quiosques iria dar uma briga enorme, tipo “pra quem que vai isso aí?”, viria gente de fora pra administrar, enfim... Eu até acho bom que seja assim, que só funcione a venda só durante os eventos, mas isso não impede que alguém coloque seu carrinho de cachorro quente lá, é só tirar a licença na prefeitura, não impede que alguém faça sua venda lá, desde que seja legalizada, que não vire bagunça, tipo como lá na Praça da saudade. Então por conta disso, da experiência crítica que tivemos lá na Praça do Pescador, nós nem fizemos esforço pra reivindicar quiosques pra cá. Mas sei que é algo que criticam muito.

Em relação a falta de banheiros, não tem banheiro nem lá na Nauro Machado, que é mais turístico. Aqui não fizeram e nem vão fazer. A prefeitura poderia colocar banheiros químicos aí, eles têm recurso pra isso, colocavam quatro banheiros, dois pra homens e dois pra mulheres, mas não fazem. Tem muita coisa que a gente pensa que é difícil de fazer, mas é fácil, mas por falta de vontade política não se faz. Mas que a construção da Praça melhorou muito esse aspecto da criminalidade, melhorou bastante, foi uma intervenção urbana que mudou a área aqui.

E quanto aos eventos realizados na Praça das Mercês, quais são eles e como a comunidade se envolve?

Bom, se existe ou já existe uns eventos realizados pela comunidade na praça? Não. Quer dizer, algumas ações a gente realizou na praça, né? Atividades esportivas, como o “Grupo Formação”, que é um grupo que faz uma parceria com a União de Moradores histórico, tem também o “Academia na praça”. E lá foi feito o evento pela prefeitura em homenagem ao tambor de crioula e a zabumbada que é um evento que já aconteceu por dois, duas vezes lá na praça todo ano eles trazem o zabumbada pra lá. Aonde a comunidade é beneficiada com a venda do comércio formal pelos vendedores daqui da comunidade. E agora a cidade do Carnaval, que com certeza vai transformar aquela praça num novo point cultural de São Luís. Foi uma descoberta daquele espaço que era um espaço que com certeza ele vai contribuir muito para a democratização da cultura aqui no Maranhão, descentralizando as atividades que aconteciam geralmente na praça Nauro Machado, na Benedito Leite e na Maria Aragão. Isso é bom pra você desinflar esse número imenso de pessoas que vão pra espaço super resumidos como a praça Nauro Machado e acaba que vira uma bagunça ali. Aqui [a Praça das Mercês] é um espaço imenso grande dotado de Terminal da Integração, tem um estacionamento muito grande, fácil acesso as ruas. Tem um grupo que sempre se apresentava lá, que acho que é de classe média alta, era um evento fechado, não davam oportunidade pra ninguém vender lá. O evento se chama algazarra. Tem também campeonatos de futebol na quadra, poliesportiva. E as pessoas que “trabalham” com skate. Os grupos que trabalham com skate fazem campeonato de skate lá na praça também. Já teve campeonato de basquete, mas são pessoas de outros lugares que vem pra cá e utiliza na praça. Pra prática de basquete, pra prática do skate. E eles fazem eventos, campeonatos. De vez em quando eles fazem isso na praça. A gente sempre bateu nessa tecla de tentar fortalecer a identidade cultural do bairro estendendo o braço do turismo de lá, do Reviver, que é o fetiche do Centro Histórico e da Praça Benedito Leite e João Lisboa, que agora é a Feirinha, pra cá, que é uma área riquíssima culturalmente.

Seu Dênis, a comunidade tem participado na manutenção da Praça das Mercês?

Bem, a partir da inauguração pediram pra gente que a gente cuidasse da praça. Não foi um pedido formal, apenas verbal: “você vão tomar conta da praça, não deixa depredar...”, porque aqui no Centro Histórico existe muita depredação e roubo de material histórico, por exemplo, tampa de bueiro, luminária, essas coisas que eles roubam pra vender no ferro velho.

No geral, como a população está satisfeita com a Praça das Mercês?

A população tá bem satisfeita, depois que fizeram a construção da praça, melhorou muito a questão dos assaltos que ocorriam aqui, hoje a comunidade tem um local para praticar atividade física ao ar livre, as crianças tem espaço para brincar, muito jovem praticando esporte, todo dia tem um jogo de bola, tem campeonato...mudou muito a dinâmica do bairro. Então a gente tem esse aspecto positivo com relação a construção dessa praça. Como eu falo sempre, pequenas intervenções no tecido urbano da cidade fazem uma grande diferença na estrutura social do meio em você vive, às vezes um local é degradado e com muita criminalidade é porque não está sendo cuidado. Muitas coisas podem melhorar? Podem, tipo ganhar a colocação de mais aparelhos, mais atrações culturais. Isso daí depende muito da participação popular e das pessoas que trabalham nas associações comunitárias que são líderes comunitários, lideranças, né? Pra que elas façam essa ponte aí entre a comunidade e o poder público. E um deles aí sou eu, representando a União dos Moradores lá no núcleo gestor do Centro Histórico, eu sempre tô cobrando essas demandas.

Transcrição da entrevista com Denis Cutrim de Lima, secretário da União de Moradores do bairro da Praia Grande, Desterro e Portinho (15/02/2024)

Seu Dênis, em razão dessas festividades de carnaval que estão ocorrendo na Praça das Mercês, que chamou muito minha atenção, você poderia explicar melhor como a comunidade tem se beneficiado desses eventos culturais?

Bom, a partir do Zabumbada a gente foi provocado a participar do evento né. A Organização do zabumbada nos convidou e a gente formou um grupo de vendedores de ambulantes para se beneficiar do comércio é que aconteceu na praça. Na primeira zabumbada foram três ou quatro dias, na segunda foram dois, mas gerou emprego e renda pra comunidade foi muito importante. Agora no

Carnaval tem cidade de Carnaval. Foi até bom eu ter te respondido isso agora porque esse evento foi o evento mais marcante que tivemos na praça. Lotou a praça, a gente pôde colocar cinquenta e dois vendedores ambulantes do comércio informal que foram renomeados, renomeados como comércio legal com colete com licença. Lá na praça a gente teve uma prioridade pra alguns espaços, trazendo essa oportunidade de geração de emprego e renda pra várias famílias da comunidade. Assim como vendedores de todo canto de São Luís do Maranhão. Cadastrados nós temos cinquenta e dois, mas teve outras pessoas também que não estavam cadastradas que entraram também no circuito, quer dizer, isso foi muito bom pra inserção social desse grupo, que trabalha na atividade informal, vendendo comida e bebida e que as vezes é marginalizada por conta da informalidade. A praça vai nos beneficiar em outros eventos com certeza por que como te falei anteriormente esse será um novo point cultural de São Luís.

Seu Dênis, em relação ao Monumento à Diáspora Africana no Maranhão, a comunidade achou importante a inclusão desse monumento na praça? Há uma valorização por parte dela?

A comunidade acha muito importante a inclusão do monumento na praça, pra nós foi de suma importância porque é um registro histórico, que conta uma história que ficou subsumido aí certo? Geralmente eles não contam a história desse degredo, dessa diástase, dessa exploração com mais de trezentos e cinquenta anos do povo negro que ajudou a construir a cidade de São Luís e que muita gente não sabe, que aqui era o porto onde desembarcaram dezenas e dezenas de navios. Vocês podem ver lá pelo registro no mármore negro de navios que chegaram aqui com sete escravos vivos né? Os demais todos mortos escurões jogados ao mar servindo de comida pra Tubarão. Quer dizer, isso aí pra nós é de uma grande importância porque além de ser um registro histórico é uma marca que vai ficar como exemplo pra que as futuras gerações possam ter essa consciência de que a escravidão é a miséria da humanidade. A privação da liberdade, a exploração do homem pelo homem não constrói nada a não ser pra algumas elites, algumas minorias. Os painéis ficaram super belos, muitos turistas hoje vêm até a praça pra visita-los, isso aí pra nós é de suma importância porque a gente tem monumentos importantíssimos aqui no Distrito Portinho.

Seu Dênis, além da questão de oferecer momentos para lazer e cultura, qual outro impacto social positivo o senhor acha que a implantação da Praça das Mercês trouxe para a comunidade do Desterro-Portinho?

Eu acho que a praça tem contribuído para desmitificar essa visão que as pessoas tem do bairro Desterro e Portinho, que é considerado por muitas pessoas periferia do Centro Histórico, como um lugar perigoso, ligado a prostituição. Aqui é um lugar de cultura muito forte, com uma rica história, ligada ao nascimento da cidade, essa praça veio para reforçar esses valores. Temos o convento [Convento das Mercês] um prédio de oito mil e quinhentos metros quadrados, que ocupa todo um quarteirão, do século dezessete, de 1654. Temos a Cafua das Mercês, temos a Igreja do Desterro, a primeira igreja de São Luís do Maranhão e temos essa malha urbana que foi traçada pelo Frias [Frias de Mesquita], engenheiro português na época da fundação de São Luís. O Desterro é o bairro que nasceu junto com a Praia Grande, a cidade foi descoberta na Praia Grande, mais atrás o Desterro. A aglomeração urbana que veio pra cá pra construir a Praia Grande, pra construir o centro da cidade morava aqui no Desterro. Então a gente tem o traçado dessas ruas, becos e ruas, calçadas de pedra, sabão, pedra de cantaria, nossos casarões, tudo isso é importante pra nós e a praça ajudou a cristalizar essa memória porque ela dá um visual pra quem passa na avenida Senador Vitorino Freire. Quem passa logo observa e eu espero que daqui por diante ela seja melhor aproveitada pra eventos culturais que possa trazer desenvolvimento social pra essa comunidade do Desterro. E a gente espera que essa praça dê uma nova dinâmica pra essa comunidade, com certeza ela vai colaborar muito pra esse crescimento. Espero ter colaborado com as suas questões e aguardo a conclusão do teu trabalho quando estiver pronto manda uma cópia pra que a gente possa ler, isso é importante pra que a comunidade seja divulgada nas academias, paras as pessoas que fazem pesquisa e que pra que a nossa história e a nossa realidade ela seja conhecida, ela seja e desmistificada, que ela seja desestigmatizada e para o crescimento dessa comunidade. Peço desculpas por não ter respondido antes, mas foi até bom, foi pertinente.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa intitulada **“A Praça das Mercês: análise de um espaço livre público no Centro Histórico de São Luís (MA)”**, desenvolvida por **Marcelo Ferreira Serra**, discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGEO- UFMA) sob orientação do **Professor Dr. Antônio José Araújo**.

O objetivo central desta pesquisa é analisar os benefícios sociais da Praça das Mercês em São Luís (MA) enquanto espaço livre público concebido para o lazer e convívio da população.

Sua participação será fornecer informações relevantes para o estudo, como o seu perfil, as atividades que faz na praça, sua opinião e avaliação do espaço. Para isso, será necessário responder oralmente um formulário impresso contendo 16 itens referentes as variáveis já supracitadas. O próprio pesquisador é quem lerá as questões contidas no formulário e anotarás as respostas por você fornecidas. Estima-se que você precisará de aproximadamente 6 minutos para fornecer as informações.

Sua participação não oferece riscos a sua integridade física como participante, mas no mínimo pode provocar um desconforto pelo tempo exigido. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa da UFMA (CEP/UFMA), respeitando assim os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Você pode entrar em contato com o CEP/UFMA por meio do telefone 3272-8708 e do e-mail: cepufma@ufma.br.

As informações desta pesquisa são confidenciais e seus resultados serão divulgados na dissertação e em eventos ou publicações acadêmicas, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Qualquer outra dúvida em relação a pesquisa, você pode me procurar pelo telefone (98) 9 98455-0669 ou pelo e-mail marcelo.serra@discente.ufma.br.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

São Luís/MA, ____ de _____ 2023.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa intitulada **“A Praça das Mercês: análise de um espaço livre público no Centro Histórico de São Luís (MA)”** desenvolvida por **Marcelo Ferreira Serra**, discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGEO- UFMA) sob orientação do **Professor Dr. Antônio José Araújo**.

O objetivo central desta pesquisa é analisar os benefícios sociais da Praça das Mercês em São Luís (MA) enquanto espaço livre público concebido para o lazer e convívio da população.

Sua participação será fornecer informações relevantes quanto a importância desse espaço para a comunidade que vive em seu entorno. Para isso, será necessário entrevista-lo, no qual suas falas serão gravadas para posterior transcrição.

Sua participação não oferece riscos a sua integridade física como participante, mas no mínimo pode provocar um desconforto pelo tempo exigido. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa da UFMA (CEP/UFMA), respeitando assim os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Você pode entrar em contato com o CEP/UFMA por meio do telefone 3272-8708 e do e-mail: cepufma@ufma.br.

As informações desta pesquisa são confidenciais e seus resultados serão divulgados na dissertação e em eventos ou publicações acadêmicas, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Qualquer outra dúvida em relação a pesquisa, você pode me procurar pelo telefone (98) 9 98455-0669 ou pelo e-mail marcelo.serra@discente.ufma.br.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

São Luís/MA, ____ de _____ 2023.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Uso, função e percepção do espaço público: uma análise da Praça das Mercês em São Luís (MA)

Pesquisador: MARCELO FERREIRA SERRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71129223.9.0000.5087

Instituição Proponente: Universidade Federal do Maranhão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.416.867

Apresentação do Projeto:

Nos últimos anos, a cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, tem passado profundas transformações na sua paisagem urbana com a reforma, requalificação e implantação de vários espaços públicos. Dentre esses espaços, a Praça das Mercês, implantada no Centro Histórico da cidade destaca-se por sua localização privilegiada e seu projeto contemporâneo, ofertando uma variedade de estruturas de lazer e convívio, mas, conforme observado empiricamente, tem sido subutilizada em determinados horários do dia. Sabendo que os espaços públicos urbanos se caracterizam como os mais importantes espaços de sociabilidade e lazer das cidades, impactando diretamente no modo de vida das pessoas, a pesquisa tem como objetivo compreender a importância e os significados urbanos da Praça das mercês em São Luís (MA) enquanto equipamento público urbano contemporâneo a partir de seus usos, funções e percepção de seus usuários. Tendo a fenomenologia como aporte teórico metodológico, para se alcançar os objetivos propostos serão realizadas revisão bibliográfica, pesquisa documental, caracterização da praça e seu entorno, entrevista com liderança comunitária e aplicação de formulários com os usuários do espaço.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 6.416.867

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a importância e os significados urbanos da Praça das mercês em São Luís (MA) enquanto equipamento público urbano a partir de seus usos, funções e percepção de seus usuários.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não oferece riscos a sua integridade física do participante, mas no mínimo pode provocar um desconforto pelo tempo exigido. Para evitar uma eventual demora, durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento.

Benefícios:

O estudo é relevante por abordar a atual crise dos espaços de sociabilidade relacionando com o debate sobre produção do espaço urbano e o planejamento urbano pela gestão pública e pela iniciativa privada. Depois de finalizado, pode constituir-se numa importante ferramenta para pesquisadores e demais pessoas que queiram se debruçar sobre o tema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta relevância acadêmica e social, justificando a realização do estudo

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Entregues de forma adequada

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Deferido

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2173344.pdf	07/07/2023 00:19:02		Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 6.416.867

Outros	CARTA.pdf	07/07/2023 00:13:05	MARCELO FERREIRA SERRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	06/07/2023 23:26:32	MARCELO FERREIRA SERRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOS_DE_CONSENTIMENTO.pdf	06/07/2023 23:26:12	MARCELO FERREIRA SERRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	06/07/2023 22:59:05	MARCELO FERREIRA SERRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	03/07/2023 21:57:16	MARCELO FERREIRA SERRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/07/2023 21:56:16	MARCELO FERREIRA SERRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 09 de Outubro de 2023

Assinado por:
Emanuel Pércles Salvador
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br